



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ANA CLÁUDIA ARAÚJO DINIZ

**PODER E SEXO: uma análise dos territórios de prostituição no
Centro de Campina Grande-PB.**

**RECIFE – PE
2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ANA CLÁUDIA ARAÚJO DINIZ

**PODER E SEXO: uma análise dos territórios de prostituição no
Centro de Campina Grande-PB.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá

Coorientador: Prof. Dr. Francisco Kennedy Silva dos Santos

**RECIFE – PE
2016**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

D585p Diniz, Ana Cláudia Araújo.
 Poder e sexo : uma análise dos territórios de prostituição no Centro de
 Campina Grande-PB / Ana Cláudia Araújo Diniz. – 2016.
 151 f. : il. ; 30 cm.

 Orientador : Prof. Dr. Alcindo José de Sá
 Coorientador : Prof. Dr. Francisco Kennedy Silva dos Santos
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.
 Inclui Referências.

 1. Geografia. 2. Paraíba - Prostituição. 3. Prostituição. 4. Geografia
 humana. 5. Sexo. 6. Pluralismo territorial. 7. Tecido humano. 8. Segregação
 socioespacial. 9. Poder. I. Sá, Alcindo José de (Orientador). II. Santos,
 Francisco Kennedy Silva dos (Coorientador). III. Título.

918.1 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2016-130)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo



ANA CLÁUDIA ARAÚJO DINIZ

PODER E SEXO: UMA ANÁLISE DOS TERRITÓRIOS DE PROSTITUIÇÃO NO CENTRO DE CAMPINA GRANDE-PB

Dissertação aprovada, em 25/08/2016, pela comissão examinadora:

Prof. Dr. Alcindo José de Sá
(1º examinador - orientador - PPGeo/DCG/UFPE)

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel
(2º examinador - PPGeo/DCG/UFPE)

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende
(3º examinador - História/UFPE)

**RECIFE - PE
2016**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu pequeno e amado filho Victor Hugo Suassuna Dias, a minha tia Francisca Suassuna Diniz (*in memoriam*) e a meu pai Hilário Suassuna Diniz (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Posso dizer que muitas pessoas foram imprescindíveis para que eu chegasse até aqui, cada uma delas configura-se para este ideal de uma forma singular, considerando que algumas delas de forma positiva e outras de forma negativa, contudo todas estas pessoas colaboraram de forma *sui generis* para a concretização deste propósito.

Gostaria de enfatizar o fato de não ser muito religiosa, contudo acredito que exista um ser supremo que rege com maestria este imensurável universo e também acredito que o mesmo nos concede a graça e coloca em nossos caminhos seres inigualáveis que nos auxiliam na grande jornada da vida que é penosa às vezes, mas que possui suas maravilhas. Alguns desses seres permanecerão conosco durante toda a vida enquanto outros, seja por causas naturais ou não, acabam por se distanciar ou passam a não existir no plano terrestre. Por isso venho aqui registrar meu sincero agradecimento a esta pessoas.

Sei que aqui não terei como listar todos, mas vou citar alguns mais próximos. Os demais integrantes desta lista irei deixar para a Tese que sei que muito em breve escreverei.

Iniciarei com um pequeno ser que chegou a pouquíssimo tempo em minha vida, meu filho **Victor Hugo Suassuna Dias**. De todas as pessoas a que venho dedicar este trabalho e a agradecer você é o principal e o mais importante entre todos os outros. Muitos foram os que, mesmo que de forma indireta, afirmaram que sua chegada a este mundo dificultaria, e mais pessimista ainda, inclusive, tornaria impossível minha caminhada a este tão sonhado objetivo.

Hoje posso afirmar que embora tenha enfrentado dissemelhantes adversidades, você meu pequeno príncipe, me suscitou uma força inigualável para que pudesse chegar até aqui. Um ser tão pequeno, totalmente indefeso e dependente veio a este mundo e que dependerá de mim até tornar-se apto a tomar suas próprias decisões e incumbir-se das consequências das mesmas, como também dependerá plenamente de mim para incutir-lhe os valores necessários para uma boa conduta social.

Acredito que em virtude da sua chegada, hoje procuro ser melhor a cada dia para poder propiciar a você, Victor Hugo, uma infância e juventude com muita ternura, paz,

harmonia, compreensão e muito amor. Portanto, reafirmo aqui que você é o meu grande amor. Admito que a caminhada rumo a este objetivo me privou de compartilhar contigo alguns dos seus melhores momentos. Dito isto, gostaria de me desculpar pelo tempo perdido.

Meu próximo agradecimento é para minha família que sempre compartilhou deste sonho comigo: a **Maria Dolores Suassuna Diniz** (minha avó), que me ensinou/ensina o significado de lutar pela vida com perseverança e pelos meus ideais sem nunca desaminar. Obrigada por tudo que fizestes por mim.

A **Ana Paula Diniz Fernandes** (minha irmã), mesmo com todas as nossas diferenças, que sempre possamos manter o que nos une: O amor. Obrigada por sempre me mostrar outras possibilidades quando meu ponto cego não me deixa ver, obrigada por sempre dispor do seu ombro e dos seus ouvidos quando necessito deles. Só tenho a agradecer por tudo. Te amo mana birrenta e chata. (risos)

A **Dinarte Pereira Fernandes** (meu cunhado com um quê de fascista são-paulino, (risos)), que tem me dado suporte durante a escrita da dissertação e tem tido muita paciência para comigo nestes dias difíceis. Obrigada a vocês dois (Ana Paula e Dinarte), pelo carinho e dedicação que vocês têm para com meu pequeno.

A **Maria Luiza Diniz Fernandes** (minha sobrinha amada e grande companheira de todas as horas de Victor Hugo), que eu tenha a oportunidade de te ver crescer, e que possa te ensinar de tudo um pouco e que você também venha a me ensinar, minha gotinha amor. Titia te ama incondicionalmente.

A **Laura Suassuna Santos** (sobrinha postiça), apesar dos aperseios meu amor por ti é sincero.

Não poderia deixar de citar minha amada tia **Francisca Suassuna Diniz** (*in memoriam*), pois ela foi o ser humano mais iluminado, motivador e harmonioso que tive a oportunidade de conhecer e conviver, mesmo que por tão pouco tempo. Dedico e agradeço a ela pela conclusão desta etapa, uma vez que ela, mesmo distante sempre me oferecia uma palavra apaziguadora nas circunstâncias em que eu já não enxergava mais saída. Agradeço a ela todos os ensinamentos concedidos que serviram de parâmetro para a formação do meu caráter e minha idoneidade, por não ter permitido que eu deixasse meu sonho de lado.

Tenho a convicção de que onde você estiver sempre estará olhando por todos nós, minha estrela guia. Só posso confirmar o que Renato Russo, Marcelo Bonfá e Dado Villa-Lobos queriam descrever quando escreveram as estrofes da música Love In The Afternoon, que dizem: “É tão estranho os bons morrem jovens, assim parece ser quando me lembro de você, que acabou indo embora cedo demais.” Ela se foi realmente muito cedo, deixando-nos apenas com as memórias dos bons tempos que vivenciamos juntas. Só posso reafirmar aqui meu amor por ela: te amo para sempre tia.

A **Terezinha Cavalcante Diniz** (tia-avó), pela ajuda financeira imprescindível quando da minha ida para Recife, uma vez que ainda não estava recebendo a bolsa-auxílio. Mas quero agradecer principalmente pela colaboração afetiva, uma vez que em todos os nossos diálogos sempre havia palavras de fé e esperança que me cercavam de motivação, como também a paz necessária para seguir mesmo mediante das adversidades da vida. Suas palavras serviram-me de acalanto, obrigada!

A **Josefa Célia Rodrigues da Silva**, que conheci ainda durante a graduação em Geografia na UEPB. Lá se vão quase dez anos de amizade, mesmo diante das diferenças e discussões que tivemos durante este tempo, sempre soubemos superá-las da melhor forma possível. Tenho certeza que nosso sentimento é algo que chega mais próximo ao amor fraternal. Faltam-me palavras para expressar a gratidão que tenho por ti.

A palavra obrigada parece singela mediante ao que fizestes por mim, contudo saiba que este obrigada vem regado de muita admiração e carinho. Obrigada por ter sido a primeira pessoa a pegar meu filho ao nascer e acalentá-lo. Independentemente da distância em que estivermos uma da outra ou qualquer outra adversidade, o que nos une é algo singular. Victor Hugo e eu nunca nos esqueceremos de você.

A **Adriana Gonçalves de Almeida**, também expressei minha gratidão pela amizade mesmo que insipiente. Também nunca nos esqueceremos de você (Victor e eu).

Ao casal mais charmoso do Brasil: **Caline Mendes de Araújo** e **Alexandre Sabino do Nascimento**. Pensei em fazer um agradecimento a cada um, mas muito do que vivemos no período do mestrado/doutorado de vocês foi vivenciado um conjunto. Obrigada pelo suporte dado em Recife, pelos conselhos, pelas risadas, pelos ouvidos sempre dispostos a escutar. Que a paz e harmonia acompanhem vocês hoje e sempre minhas amoras.

A **Marcos Allan Gonçalves de Araujo**, grande amigo de profissão, amigo de mestrado e também amicíssimo na vida pessoal. Agradeço imensuravelmente sua amizade, força, colaboração, sem contar as chatices, mas principalmente a paciência que tens comigo, pois foram essenciais para que eu chegasse aqui.

A **Zenis Bezerra Freire**, uma grande amiga de profissão, amiga de mestrado e na vida pessoal uma afetuosa amiga. Obrigada pelo apoio durante minha gestação associada ao mestrado como também a assessoria quando do nascimento de Victor Hugo, nunca nos esqueceremos de você. Enfatizo aqui também a participação singular de **Tatianne Ellen Cavalcante Silva** que mesmo não sendo tão próxima, tornou-se parte da história da minha vida em um momento muito especial. Obrigada pela cooperação nas primeiras noites de Victor Hugo neste mundo.

A **Diego Rodrigo Félix Barbosa**, pela amizade e pelo trabalho fotográfico que deu vida, cor e sentido à pesquisa. Meu sincero agradecimento.

Ao meu co-orientador, **Drº Francisco Kennedy Silva dos Santos** que mostrou-se sempre acessível e compreensivo com minha condição. A vida acadêmica não se associa muito com a vida materna, contudo o mesmo mostrou-me que ser mãe não seria o fim do mundo. Desejo muita luz em seu caminho. Ao meu orientador **Drº Alcindo José de Sá** por aceitar a orientação de uma pesquisa que poucos aceitariam e por me ensinar a autonomia necessária.

À banca examinadora formada pelos seguintes professores: **José Alcindo de Sá** (orientador), **Caio Augusto Maciel Amorim** (examinador), **Antônio Paulo de Moraes Rezende** (examinador), **Jan Bitoun** (suplente) e **Alexandre Sabino do Nascimento** (suplente), pelo excelente acolhimento quando da minha solicitação para a composição da Banca de Defesa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE (PPGeo/UFPE), aos que conheci através das disciplinas que cursei ao longo do mestrado (**Bertrand Roger Guillaume Cozic, Mônica Cox de Brito Pereira, Rodrigo Dutra Gomes, Eugênia Cristina Gonçalves Pereira, Jan Bitoun, Nilson Cortez Crócia de Barros, Doralice Sátyro Maia, Cláudio Ubiratan Gonçalves, Nilo Américo Lima de Almeida**), como também aos que infelizmente não tive a

oportunidade de conhecer mais de perto, mas que fazem parte deste renomado Programa de Pós-Graduação.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE (PPGeo/UFPE) pela colaboração, em especial a **Eduardo Antônio Amaral Pires Véras** pela sua colaboração de forma inigualável, tornando a vida dos discentes bem menos complicada durante a jornada da pós-graduação. A ele meu sincero agradecimento. Desejo que continue sendo este ser tão carismático e bondoso.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação do MDU no qual também cursei uma disciplina de grande relevância para minha pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado por me ensinarem o quanto a academia nos torna incessantemente individualistas. Contudo, gostaria de citar aqui alguns que fizeram toda a diferença: **Yohanne, Diego, Cecília, Rose, Anderson, Ítalo, Thomaz e Ivette** juntamente aos demais citados que deram aos dias de aulas intermináveis e cansativas um toque de alegria com muitas risadas.

Ao **CNPQ** (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo apoio financeiro e também à população brasileira que a partir dos seus impostos tornaram viável minha pesquisa. Espero muito em breve estar inserida no mercado de trabalho, dando retorno de alguma forma para todos os brasileiros que necessitam de uma educação de qualidade. Meu eterno agradecimento.

Eu só posso agradecer de forma singular a existência de todos vocês – Obrigada por tudo o que cada um de vocês representa neste momento sublime.

Folhetim

Se acaso me quiseses
Sou dessas mulheres
Que só dizem sim
Por uma coisa à toa
Uma noitada boa
Um cinema, um botequim

E, se tiveres renda
Aceito uma prenda
Qualquer coisa assim
Como uma pedra falsa
Um sonho de valsa
Ou um corte de cetim

E eu te farei as vontades
Direi meias verdades
Sempre à meia luz
E te farei, vaidoso, supor
Que és o maior e que me possuis

Mas na manhã seguinte
Não conta até vinte
Te afasta de mim
Pois já não vales nada
És página virada
Descartada do meu folhetim

Autoria: Chico Buarque de Holanda

RESUMO

A prostituição é uma problemática existente desde a Antiguidade nas mais diversas sociedades, sendo um fenômeno predominantemente urbano, mesmo que não se assemelhe com a forma na qual a prostituição é exercida atualmente. Verifica-se que seu crescimento tem se aliado sobremaneira ao crescimento urbano das cidades, criando assim verdadeiros territórios da prostituição. Cada um desses territórios possuem peculiaridades que os definem, contudo a característica comum entre eles é o poder, considerando o fato de que o exercício do mesmo é fundamental para a manutenção, expansão, bem como para a conquista de novos territórios, ou seja, para o aumento das áreas de influência nas malhas urbanas da atualidade, entre as diversas territorialidades, sobrepostas umas às outras. Essas dinâmicas espaciais também estão inseridas na cidade de Campina Grande – PB, principalmente no Centro, bairro escolhido como foco desta pesquisa, onde as mesmas têm resistido sobremaneira no tempo/espaço. Portanto, para que possamos analisar estes territórios flutuantes, o presente trabalho será realizado através de pesquisa bibliográfica, utilizando-se da abordagem dos conceitos de território, poder, medo e segregação socioespacial, além de bibliografias históricas do município de Campina Grande que remetem a problemática da prostituição e suas relocações espaço-temporais, isto é, fontes históricas que nos forneceram relatos acerca da história da prostituição na cidade que nos levam ao início do século passado. A pesquisa *in loco* colaborou sobremaneira para a interpretação das áreas de prostituição e das demais territorialidades que atuam conjuntamente. Imagens e mapas dos territórios em questão, bem como estudos empíricos corroboram para que possamos ter uma melhor compreensão de como se dá o processo de expansão e recuo dos territórios da prostituição. Esta pesquisa elaborou-se com enfoque na formação dos territórios da prostituição e seus enclaves na área central do município de Campina Grande – PB.

Palavras chave: Poder e Sexo. Pluralismo Territorial e Tecido Humano. Prostituição. Segregação Socioespacial.

ABSTRACT

Prostitution is an existing problem since ancient times in many societies, it's being a predominantly urban phenomenon, even if it does not resemble with the way prostitution is currently exercised nowadays. It appears that this growth has greatly with the urban growth of cities, thus creating real territories of prostitution. Each of these territories have peculiarities that define it, but the common feature among them is the power, considering the fact that the exercise of this is essential for the maintenance, expansion and for the conquest of new territories, meaning, the increase in the areas of influence in urban networks of nowadays, among the various territoriality, overlapping each other. These spatial dynamics are also inserted in the city of Campina Grande – PB, mainly in the downtown, neighborhood chosen as focus of this research, where they have exists greatly in timespace. Therefore, so that we can analyze these fluctuating territories, this work will be done through bibliography, using approach of the territory of concepts, power, fear and socio-spatial segregation, in addition to historical bibliographies of Campina Grande referring the prostitution issue and its relocation timeline, that is, historical sources that provided us stories about the history of prostitution in the city that take us to the beginning of the last century. The search on site greatly contributed to the interpretation of the areas of prostitution and other territorialities working together. Images and maps of the territories in examinations as well as empirical studies support us that we can have a better understanding of how is the process of expansion and retreat of prostitution territories. This research was elaborated with a focus on elaborating the territories of prostitution and its enclaves in the downtown area of Campina Grande - PB.

Key-words: Power and Sex. Territorial and Human Tissue Pluralism. Prostitution. Socio-Spatial Segregation.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|--|-----|
| Figura 01 | - Demarcação das áreas com maior índice de homicídios em Campina Grande - PB | 43 |
| Figura 02 | - Feira da cidade em 1928 na Rua Maciel Pinheiro | 72 |
| Figura 03 | - Rua Marquês do Herval em 1922 – Praça do Algodão | 79 |
| Figura 04 | - População a espera da chegada do trem em Campina Grande - 1907 | 80 |
| Figura 05 | - Rua da Cadeia Municipal antes da reforma urbanística | 86 |
| Figura 06 | - Antiga Cadeia Municipal | 89 |
| Figura 07 | - Largo da Matriz e o Largo do Comércio Velho da cidade (1918) | 90 |
| Figura 08 | - Fachada do Cassino Eldorado anos após seu fechamento | 92 |
| Figura 09 | - Rua Maciel Pinheiro (1950) | 98 |
| Figura 10 | - Praça da Bandeira (visão panorâmica) | 109 |
| Figura 11 | - Praça Clementino Procópio no período diurno e noturno | 113 |
| Figura 12 | Moradores de rua que situam-se na Praça Clementino Procópio | 114 |
| Figura 13 | - Sinal onde localizam-se as crianças fazendo malabares, limpeza de vidros e etc | 116 |
| Figura 14 | - Praça Coronel Antônio Pessoa /Praça da Morgação | 117 |
| Figura 15 | - Calçadão da Cardoso Vieira e seus múltiplos territórios | 119 |
| Figura 16 | - Flanelinhas na Rua Presidente Getúlio Vargas | 122 |
| Figura 17 | - Dinâmica espacial diurna e noturna da Rodoviária Velha | 124 |
| Figura 18 | - Rua Presidente João Pessoa nos dois turnos (dia e noite) | 127 |
| Figura 19 | - Profissionais do sexo em um dos pontos situados ao longo da rua | 129 |
| Figura 20 | - Diversidade espacial da Feira Central | 133 |
| Figura 21 | - Bar/Pensão localizado na Rua Manoel Pereira de Araújo | 135 |
| Figura 22 | - Delimitação da área de abrangência do Parque Evaldo Cruz | 137 |
| Figura 23 | - Lanchonetes e bares da área externa e dos arredores do Açude Novo | 139 |
| Figura 24 | - Rua Índios Cariris no turno diurno e noturno | 141 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | | |
|------------|---|---|----|
| Gráfico 01 | - | Número e taxas de homicídios (em 100 mil). Brasil (1980/2010) | 40 |
| Gráfico 02 | - | Taxa de homicídios (em 100 mil). Brasil (1980/2010) | 41 |
| Gráfico 03 | - | Homicídios no município de Campina Grande – PB (2001 a 2013) | 42 |

LISTA DE MAPAS

| | | | |
|---------|---|---|-----|
| Mapa 01 | - | Localização de Campina Grande - PB | 70 |
| Mapa 02 | - | Delimitação da área central de Campina Grande (1908) | 87 |
| Mapa 03 | - | Delimitação da área central enfatizando o bairro da Mandchúria (1930) | 95 |
| Mapa 04 | - | Delimitação da área central com ênfase na Mandchúria e nas Boninas (1950) | 97 |
| Mapa 05 | - | Delimitação dos bairros de Campina Grande com ênfase no Centro | 100 |
| Mapa 06 | - | Delimitação das áreas de prostituição na atualidade no Centro de Campina Grande/PB | 102 |
| Mapa 07 | - | Delimitação dos tipos de prostituição existentes na atualidade no Centro de Campina Grande/PB | 106 |
| Mapa 08 | - | Delimitação dos turnos de prostituição no Centro de Campina Grande/PB | 107 |
| Mapa 09 | - | Delimitação das ruas que abrangem a Feira Central | 132 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Central Business District (CBD)

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

Código Penal (CP)

Código Penal Brasileiro (CPB)

Colégio Alfredo Dantas (CAD)

Colégio Imaculada Conceição (CIC – Damas)

CIPMAC

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Polícia Federal (PF)

Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual
Comercial (PESTRAF)

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 18 |
| 1 ABORDAGEM TEÓRICA DOS CONCEITOS | 22 |
| 1.1 TERRITÓRIO: UM CONCEITO EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO | 24 |
| 1.2 PODER E MEDO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS, SEMI-PRIVADOS E PRIVADOS: REALIDADE DAS CIDADES MÉDIAS | 34 |
| 2 HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO | 45 |
| 2.1 “SURGIMENTO” E EVOLUÇÃO DA PROSTITUIÇÃO NO MUNDO..... | 47 |
| 2.2 A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL: DO “SURGIMENTO” AOS DIAS ATUAIS..... | 51 |
| 2.3 LEGALIDADE: O LENOCÍNIO | 60 |
| 3 TERRITÓRIOS MARGINAIS: CARTOGRAFIA DA PROSTITUIÇÃO EM CAMPINA GRANDE | 69 |
| 3.1 APOGEU ECONÔMICO: AS INFLUÊNCIAS DO “OURO BRANCO” PARA A EVOLUÇÃO DA PROSTITUIÇÃO | 77 |
| 3.2 CARTOGRAFIA DA PROSTITUIÇÃO: UM RECORTE HISTÓRICO ENTRE 1920/30/40/50 | 84 |
| 4 OS TERRITÓRIOS DE PROSTITUIÇÃO: UM PLURALISMO ESPACIAL ... | 100 |
| 4.1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS: BARES, ESPAÇOS LIVRES, CASAS ESPECILAIZADAS E ESPAÇOS MISTOS. | 108 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 142 |
| REFERÊNCIAS | 146 |

INTRODUÇÃO

A área central da cidade de Campina Grande-PB carrega um legado geo-histórico cheio de nuances, haja vista ter sido palco de uma série de questões que lhe atribuem a atual configuração socioespacial. A pesquisa aqui realizada dá ênfase aos territórios “flexíveis/cíclicos” que se espraiam na malha urbana do Centro da referida cidade, todavia nosso interesse é a identificação e análise dos territórios de prostituição ali existentes historicamente.

Compreender e realizar estudos acerca dos fenômenos que ocorrem na cidade é uma incumbência complexa, pois a singularidade destes fenômenos e as diferentes acepções que os mesmos podem apresentar a partir da ótica das diversas áreas do conhecimento, faz com que esta seja uma análise minuciosa entre causa e efeito.

Para isso, realizou-se um recorte histórico, partindo dos anos de 1920, considerando o fato de que é neste período onde tem-se início as problemáticas envolvidas nos territórios abordados nesta pesquisa. Todavia, perpassando ainda por períodos cruciais que nos levam até os dias atuais, analisando detalhadamente e fazendo uso dos fatos, como também dos fatores que colaboraram para o surgimento destes territórios, associados aos que corroboram para a sua expansão na atualidade.

Portanto, são analisados os conceitos de território, poder, violência e medo, como também os seus reflexos e desdobramentos nas cidades com ênfase nas cidades médias. A palavra território enquanto termo geral possui uma ampla utilização por diversas áreas da ciência, tais como Economia, Sociologia, Ciências Políticas, Antropologia, entre tantas outras. No entanto, a Geografia trabalha o território como objeto central de suas discussões e análises, ou seja, para a Geografia, território é um conceito chave de análise, onde o mesmo possui diversos enfoques conceituais, a partir da corrente teórico-metodológica em que o território é analisado.

O termo território por si só, já possui diversas significações. Por este fato, Haesbaert (2010) enfatiza a existência de três principais linhas de análise acerca da problemática que envolve o território. Seriam elas: o território com ênfase política, o território econômico e o território cultural. Portanto, o território, juntamente com sua diversidade de territorialidades, foi analisado de forma a tentar explicar a dinamicidade dos territórios da prostituição, que ao longo da pesquisa se mostraram “instáveis”,

“periódicos” e “marginais”, porém ocupando cada vez mais espaço na cidade de Campina Grande.

A localização da prostituição no centro da cidade significa que não existem forças limitantes às forças econômicas. Como uma atividade comercial, a prostituição se localizaria onde fosse economicamente mais conveniente. Porém, quando atuam forças limitadoras (fatores políticos, controle legal e repressão pública/policial), as atividades da prostituição deverão se localizar mais distante do centro. (SILVA, 2002, p.47)

A prostituição possui relevante abrangência para/na historiografia geral, como também para a local, considerando a razoável quantidade de autores locais que trabalham com esta temática mesmo que de forma indireta, como também são inúmeros os referenciais teóricos de outras áreas que se aproximam desta, devido ao fato de se tratar de uma questão social que existe/persiste há séculos com suas diversidades e níveis.

Historicamente, os (as) profissionais do sexo são indivíduos segregados socioespacialmente pela sociedade, que procura aparentemente manter a “moral” e os “bons costumes” estabelecidos pelo patriarcalismo. Devido a tais fatores os (as) profissionais do sexo são excluídos (as), sendo aos olhos da sociedade, desviantes das normas pré-estabelecidas.

Deste modo, nota-se que o conceito de território estaria vinculado ao sentido de poder, poder este que é imposto aos indivíduos a partir da criação das leis, pois para que se possa influenciar ou subjugar todo e qualquer indivíduo a seguir ou pelo menos respeitar um conjunto de normas de sociabilidade pré-estabelecidas por essa sociedade coercitiva, geralmente com o intuito de estabelecer uma ordem social, o poder é exercido de forma pacífica ou punitiva.

O medo é algo presente nas sociedades desde a sua gênese, pois desde sempre o mundo aflige-se com conflitos e guerras, sejam elas santas ou não, para a imposição do homem na sociedade. Com a globalização e o avanço inexorável do meio técnico-científico-informacional formularam-se tecnologias diversas, mas assim como há o avanço nos aparatos tecnológicos que beneficiam a sociedade com informação, precisão de dados e agilidade, há também os avanços bélico-militares, que são projetados a partir de um discurso militar em prol da proteção das sociedades. Atualmente, os espaços

públicos, semiprivados e privados são vistos mais como espaços do medo, uma vez que a população não sente segurança ao sair de casa já que fora de sua zona de conforto se sentem amplamente vulneráveis.

Alguns espaços públicos, porém são socialmente estigmatizados de acordo com os grupos que os ocupam, sejam eles estudantes, roqueiros, idosos, flanelinhas, pedintes, mendigos, vendedores ambulantes, profissionais do sexo entre outros. Ou seja, quando uma localidade é contemplada como abrigo territorial para um determinado grupo, esta área fica/é estereotipada a partir dos indivíduos do grupo que a compõem.

O trabalho em questão se organiza em quatro capítulos: o primeiro aborda o arcabouço conceitual que fundamenta esta pesquisa; o segundo capítulo enfatiza a prostituição ao longo da história através de um breve recorte histórico; o terceiro engloba os fatores históricos a partir de estereótipos sociais, em conjunto com a ação segregatória que esses espaços enfrentam, juntamente com as modificações urbanísticas ocorridas em Campina Grande; o quarto e último capítulo envolve a problemática territorial da prostituição que ocorre no centro de Campina Grande na atualidade, analisando também as relações socioeconômicas estabelecidas em cada espaço.

A bibliografia utilizada foi selecionada a partir das pesquisas realizadas para o aprofundamento teórico das principais questões aqui abordadas, e tendo em vista acreditarmos que os embasamentos contidos nas mesmas seriam suficientes para dar a sustentação necessária à pesquisa como um todo. Para tanto, alguns autores foram imprescindíveis. Dando subsídio teórico acerca da conceituação de território, lançou-se mão das contribuições dos autores MARICATO (2008), HAESBAERT (2009), COSTA (2010), GOMES (2010), LENCIONE (2011), SAQUET (2010), SOUZA (2000), SILVA (2002); os autores CALDEIRA (2000), CRUZ (2010), CUNHA (2007), QUEIROZ (2007), BORTOLUZZI & BARBOSA (2013), COSTA & SÁ (2007), LIMA et all. (2013), SILVA (2002) e NEGRI (2008) contribuíram teoricamente para a realização do debate sobre medo, violência e segregação; ALCANTARA (2009), DIAS (2002), MARQUES (2014), PERLONGHER (1986), PINHEIRO (2006), RAGO (1993), ENGEL (2004), AIDS (2013), DINIZ (2012) e FONSECA (1982) com relação ao discurso sobre prostituição e mulher nas sociedades; ALEXANDRE (2014), PORTO (2007), REZENDE (1997), SOUZA (2013), CAMARA (1947), CARVALHO (2011) e QUEIROZ (2008), colaboraram para a reconstrução histórica da cidade de Campina

Grande para possibilitar a análise das questões territoriais ainda presentes na dinâmica urbana da cidade; para a elaboração da base cartográfica, que é de suma relevância analítica da malha urbana de Campina Grande, utilizamo-nos dos mapas de PORTO (2007) e SOUZA (2013), onde os mesmos foram adaptados de acordo com a necessidade em relação à pesquisa; e através da fundamentação teórica possibilitada por TOBIAS & SILVA (2012), realizou-se abordagem e questionamentos acerca das problemáticas que envolvem sobremaneira os crimes de lenocínio.

Pondera-se que a relevância deste trabalho parte do pressuposto da análise espacial dos territórios da prostituição que historicamente possuem modificações espaço-temporais em diversas escalas ao longo do último século, onde através de um breve recorte histórico foi realizada uma identificação das áreas com alto índice de prostituição no centro da cidade e sua classificação em níveis estabelecidos conceitualmente, portanto, não teremos como foco a questão puramente social que nos levaria a questionamentos outros, que ficarão para análises futuras acerca destes espaços.

1 ABORDAGEM TEÓRICA DOS CONCEITOS

Neste primeiro capítulo abordamos em termos gerais o arcabouço conceitual da pesquisa em questão, na qual se verifica de modo sucinto a epistemologia de alguns destes termos conceituais. São analisados os conceitos de território, poder e medo, como também os seus reflexos e desdobramentos nas cidades com ênfase nas cidades médias, mas principalmente com relação ao objeto principal da pesquisa: os territórios de prostituição no Centro de Campina Grande/PB.

Observa-se que esses conceitos bastam de certo modo para explicitar o fenômeno da prostituição e seus reflexos na cidade de Campina Grande, considerando-se o fato de que este, ainda nos dias atuais, possui grande efervescência. Todavia os conceitos aqui evidenciados são a base para o surgimento, concretização e expansão do fenômeno em análise.

A pesquisa em questão não abordará com afinco as problemáticas relacionadas às questões conceituais de território, pois esta problematização por si só mereceria um trabalho muito minucioso e profundo, que nos levaria a análises deveras complexas desta temática. Portanto, decidimos abordar apenas a evolução e alguns dos questionamentos que abrangem o conceito de território ao longo dos tempos em relação à Ciência Geográfica.

A formação das territorialidades ou, pode-se até afirmar das multiterritorialidades, teria como objetivo a exclusão/segregação ou a inclusão/inserção dos indivíduos de acordo com os interesses dos grupos, para que possam se fortalecer perante aos demais, e principalmente perante aos grupos que queiram desintegrá-los a fim de usurpar seu território com o intuito de aumentar a área de influência de seu próprio grupo perante aos demais.

Acerca destas relações de poder impostas socialmente nos mais diversos territórios formais e informais Arendt (1985, p.24), enfatiza o seguinte:

O poder corresponde a habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo, pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no poder, estamos nos referindo ao de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No

momento que o grupo onde se origina o poder desaparecer o seu poder também desaparecerá.

A partir do exposto, verifica-se que “Dialeticamente, as diferentes formas do espaço podem estar presentes na mesma extensão ou localização”. (HEIDRICH, 2010, p.27) E que, apesar da existência e da demarcação das suas fronteiras, mesmo que de forma invisível, isto é, abstratas, a força simbólica que estas fronteiras emanam para a efetivação como também para a legitimação destes territórios é sobremaneira intensa, onde o poder é exercido como um modo de manter o a existência destes territórios a partir da demonstração de “força”. Não obstante, quando posto em prática, este poder gera conflitos entre os distintos ocupantes dos territórios existentes em um mesmo espaço. Por isso, Souza (2008), alerta-nos que os espaços são

[...] dotados de significado, espaços vividos e aos quais se associam identidades coletivas), bem como os processos de constituição e modificação de territórios e suas fronteiras visíveis ou invisíveis (territorialização, desterritorialização, reterritorialização e de construção social de sentimentos e lugar (‘lugarização’). (p.80)

Portanto, o autor enfatiza que para a concretização de um território é necessária à existência de três fases de formação do mesmo, principalmente quando estes territórios sofrem algum tipo de intervenção¹ seja ela oficial ou não. As fases seriam, portanto, a territorialização, desterritorialização e reterritorialização que Haesbaert (2010) classifica como TDR, sigla que caracteriza o processo supracitado. Sem embargo, mais adiante especificaremos com mais clareza de detalhes e argumentações a definição que o autor propõe para a formação territorial de maneira geral.

Outra peculiaridade notória enfatizada pelos autores é a flexibilidade destes territórios ao afirmarem que os mesmos existem em um determinado espaço-tempo e posteriormente o mesmo deixa de existir mesmo que por um curto espaço de tempo. Por isso nota-se a força simbólica que estes territórios possuem ao coexistirem com outros territórios que são reconhecidos administrativamente pelos órgãos governamentais.

¹ Acerca das intervenções, considera-se que ocorram dois tipos: as intervenções oficiais e as não-oficiais. As intervenções consideradas oficiais seriam aquelas associadas a um dos três poderes (Executivo, Legislativo e o Judiciário), que utilizam-se das normas sociais e dos interesses das camadas mais abastadas para sua realização. Já as intervenções não-oficiais são aquelas realizadas por grupos que pertencem à mesma classificação associativa dos grupos em questão e possuem maior influência socioespacial para afastar outros grupos das áreas de interesse destes que realizam a ação.

1.1 TERRITÓRIO: UM CONCEITO EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO

Percebe-se que o conceito de território possui um destaque relevante para a pesquisa, considerando-se o fato do mesmo ser norteador das relações imbricadas e aqui explicitadas. A fim de não realizar uma discussão e uma ampla revisão teórico-metodológica envolvendo este importante conceito, o que exigiria muito mais que um simples tópico para referenciá-lo, realizamos uma análise geográfica objetiva acerca da conceituação de território. Consequentemente, aplicaremos as teorias de alguns autores que são notadamente “referências” na análise deste conceito, conforme veremos com mais detalhes a seguir.

O conceito de território possui ao longo do tempo algumas divergências acerca de suas conceituações, pois as mesmas dar-se-ão mediante suas bases nas correntes teórico-metodológicas ao longo do tempo/espço. Contudo, pode-se afirmar que este conceito é utilizado também em outras áreas da ciência, onde cada uma delas dará um enfoque diferenciado para o mesmo. Nota-se que em relação à Geografia, o território já era analisado antes mesmo da institucionalização da Geografia enquanto ciência, pois “A finalidade da Geografia [...] era a cartografia.” (GOMES, 2010, p.128)

A palavra território enquanto termo geral possui uma ampla utilização por diversas áreas da ciência, tais como Economia, Sociologia, Ciências Políticas, Antropologia, entre tantas outras. No entanto, a Geografia trabalha o território como objeto central de suas discussões e análises, ou seja, para a Geografia, território é um conceito chave de análise, onde o mesmo possui diversos enfoques conceituais, a partir da corrente teórico-metodológica em que o território é analisado. Todavia as demais ciências quando abarcam em suas teorias e discussões questões com relação ao conceito de território e consequentemente suas territorialidades, tratam costumeiramente apenas como uma perspectiva.

Apesar disso, observa-se que cada uma delas possui uma conotação específica do termo, e que o (re)analisam de acordo com o “sentido” que o empregam. Considerando-se as problemáticas geradas em torno deste importante conceito geográfico, Costa (2010, p.25), alerta-nos a respeito das distorções geradas em torno do termo território

em alguns discursos, pois na sua visão “[...] trata-se da já antiga confusão que resulta principalmente da não explicitação do conceito de território que se está utilizando”.

Estas distorções estariam associadas ao fato do termo ser polissêmico, isto é, o termo território por si só já possui diversas significações. Por este fato, Haesbaert (2010) enfatiza a existência de três principais linhas de análise acerca da problemática que envolve o território. Seriam elas: o território com ênfase política, o território econômico e o território cultural.

O território político é onde se verifica a intensa presença do poder associado muitas vezes ao Estado-Nação, considerando-se o fato de ser o maior difusor de delimitação e controle. Já o território econômico refere-se basicamente aos fatores atrelados às fontes de recursos, ou seja, à relação capital que é intrinsecamente incorporada ao trabalho e por último, mas não menos importante o território cultural, onde trabalha-se o apoderamento e/ou enaltecimento simbólico, ou seja, observa-se que estes territórios acabam por se integrarem de diversas formas. Silva (2002, p.22), complementa este pensamento de Haesbaert (2010) ao enfatizar

[...] o território possui três facetas distintas: a física, ou seja, o espaço territorial; a organizacional, definida como as regras e o controle (poder) atuantes dentro do espaço territorial; a existencial, que pode ser entendida como a identidade do território, o que vai subentender limites, mesmo que não sejam físicos. Estas três facetas podem ser entendidas respectivamente, como: área, poder e fronteira.

A partir disso, nota-se que Costa (2010), ainda mostra-nos a existência de equívocos quanto à representação territorial que, não raro, é utilizada de forma arbitrária sem que haja o aprofundamento mínimo necessário para a realização de um estudo e/ou uma análise sobre o conceito em questão. Haesbaert (2009, p.134), além do mais ratifica em seu discurso a incompreensão do conceito de território quando afirma que,

[...] todo conceito tem uma validade temporal, ou seja, deve ser delimitado historicamente [...], é importante revelar a origem do conceito, tanto no sentido de sua existência ‘real’ quanto de sua formação teórica (por isso [...] os principais conceitos da Geografia têm relação prioritariamente com determinadas fases ou correntes teóricas da disciplina.

Como consequência disso, nota-se a necessidade de escolha em relação às questões conceituais, considerando-se o fato de que há de se fazer jus ao objeto de

análise. Contudo, não estamos afirmando aqui que ocorra uma escolha prévia conceitual, ou seja, uma possível associação casada entre conceito e objeto de análise, mas sim que este irá associar-se “naturalmente” de acordo com a escolha de abordagem que se desenvolverá a partir da interação de ambos.

Todavia, Souza (2000) e Silva (2002), possuem concepções diferenciadas quanto ao conceito de território, pois os dois autores refletem acerca do mesmo com um enfoque e sentido mais abrangente, isto é, iniciam suas objetivações caracterizando *a priori* o espaço que seria o conceito macro que engloba todos os outros.

Souza (2000, p.78) concebe, portanto, que o território seja um “[...] espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, onde o mesmo é definido para fins político-administrativo segundo suas fronteiras jurídicas, políticas, culturais, naturais e/ou artificiais. Para que isso seja possível, necessita que se tenha um agente que possua a influência sobre os demais para manter a ordem imposta, ou seja, “O controle do espaço é um constituinte fundamental do poder social”. (SILVA, 2002, p.38)

Matos & Ribeiro (1995, p.63), também ratificam acerca da necessidade da apropriação espacial para a formação territorial quando explicitam que,

[...] uma rua, um conjunto de ruas ou um lugar passam a ser um território durante certo período de tempo. Isso acontece porque o indivíduo ou um determinado grupo de pessoas, ao se apoderar de um local, formaliza um território. Mas, para que este território possa existir como tal é necessário um esforço constante para seu estabelecimento e manutenção.

Como podemos verificar estes fenômenos podem ser observados nas mais variadas escalas espaciais, como também nos mais variados espaços, no entanto daremos ênfase no tocante ao espaço urbano, haja vista nossa pesquisa estar alicerçada na área urbana de Campina Grande.

Posto isto, verifica-se que há necessidade de exploração das variações dos conceitos no geral, ou seja, não apenas do território, que atribui sentido ao objeto de análise desta pesquisa, tendo em vista o fato de que todos eles geralmente possuem uma validade temporal. Deste modo, os termos e conceitos mudam no tempo e no espaço de acordo com as influências das correntes teóricas que as submetem para indagação,

corriqueiramente fazendo com que um único conceito possua uma diversidade de sentidos, pois de acordo com Heidrich (2010, p.26), observa-se que “[...] muitas vezes se faz opção por um conceito e anula-se o potencial analítico do outro”, isto é, a existência de um não exclui a existência do outro, contudo, há necessidade de evitar a associação ou confusão entre os conceitos.

O conceito se modifica, se altera, muda. [...] O conceito tem movimento e, por isso um conceito construído numa determinada época pode se alterar. Na medida em que o conceito é um reflexo do real e esse real está em permanente mudança, é lógico que ele também se modifique. (LENCIONE, 2001, p.82)

Verifica-se então a forte influência espaço-temporal adquirida pelos conceitos. Objetivando estes fatos supracitados verificar-se-á *a priori* a necessidade de explicitar-se a etimologia da palavra território, onde a mesma deveria do latim *territorium*, que de acordo com Costa (2010, p. 43), denota que seria um “pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa”, ou seja, seria basicamente a teoria conceitual aplicada na Geografia Clássica representada, a partir das ideias de Ratzel de Estado-Nação. Desta forma, o “território nacional” conforme as análises de Souza (2008).

Esta conceituação político-administrativa também é aplicada em estudos de Geografia Política para caracterizar e determinar a ocupação espacial com base na apropriação de determinados espaços, seja de forma concreta e/ou abstrata por grupos específicos. Para Sack *apud* Haesbaert (2009, p.133) “[...] o território surge a partir da ‘tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica’”.

Deste modo, nota-se que o conceito de território estaria vinculado ao sentido de poder, poder este que é imposto aos indivíduos a partir da criação das leis, pois para que se possa influenciar ou subjugar todo e qualquer indivíduo a seguir ou pelo menos respeitar um conjunto de normas de sociabilidade pré-estabelecidas por essa sociedade coercitiva, geralmente com o intuito de estabelecer uma ordem social, o poder é exercido de forma pacífica ou punitiva, considerando-se que “[...] o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais (PIMENTEL & BARBOSA, 2013, p. 08)”.

Pimentel & Barbosa (2013), compreendem que o poder está associado de forma intrínseca às relações sociais sendo que o mesmo torna-se possível apenas a partir da formação territorial como verifica-se a seguir:

A construção de um território é de vital importância para que um determinado grupo possa exercer um controle, de modo a permitir a manutenção da atividade e inevitavelmente realizar o exercício do poder e coesão interna, como forma de manter a ordem e a perpetuação da atividade, além de defender o território de possíveis invasores. (PIMENTEL & BARBOSA, 2013, p. 07).

Estudar e analisar os fenômenos que ocorrem na cidade é uma tarefa por demasiada complexa, tendo em vista as singularidades de cada um deles, como também as distintas conotações que estes fenômenos podem apresentar a partir da ótica das diversas áreas do conhecimento. Portanto, Santos (1993), alega que,

O espaço urbano – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (p.16)

Com base no exposto na citação acima, pode-se afirmar que o espaço urbano é caracterizado, formado e alicerçado nas “lutas” que ocorrem entre as “classes” e os sujeitos para a apropriação desses espaços que possuem uma heterogeneidade de símbolos sociais (de)marcados ao longo do espaço-tempo, o que Milton Santos classifica como “rugosidades”.

Dito isto, verifica-se a partir da afirmação de Sousa (2010) que

[...] uma sociedade se torna concreta através de seu espaço. Espaço este que a sociedade produz e só é inteligível por ela mesma. Todavia, a categoria *Formação Econômica Social* dinamizada pelos economistas e sociólogos não tinha o trato da inclusão do espaço na análise da dinâmica social. Por isso, Milton Santos chama atenção para a *Formação Socioespacial*, pois não existe sociedade sem espaço. Desse modo, entendemos o território pelo espaço e pela sociedade. Ele é definido pelas relações de poder. Assim, a *Formação Territorial* pode ser analisada pela leitura dos processos geo-históricos da abordagem do território tendo centralidade nos ambientes

construídos (paisagens e rugosidades) e nos símbolos culturais (signos). (p.181) (*grifos do autor*)

Logo, o espaço seria a categoria que abarca todas as outras e que pode ser analisada mediante as mais diversas escalas, como também diferentes correntes teórico-metodológicas, pois o espaço entre todas as outras categorias seria a mais geral e incluiria em si todas as outras. Entretanto, para tornar-se inteligível, o espaço necessita das vivências e das intervenções sociais que nele ocorrem cotidianamente, desta forma originando os territórios. Verifica-se então que estas intervenções socioespaciais impregnam os territórios de significado e pertencimento mesmo que seja de forma individual a partir das experiências de cada pessoa ou mesmo de forma conjunta pelos grupos que se sobrepõem uns aos outros.

Em razão disso, Pimentel & Barbosa (2013) especificam que devido a estas sobreposições territoriais têm-se a existência das territorialidades, que são derivações ‘dos processos territoriais.

A territorialidade é o fruto das relações econômicas, políticas e culturais. Por isso, se apresenta de diferentes formas, imprimindo heterogeneidade espacial, paisagística e cultural. Para ele, territorialidade é a expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área e esta área é o território. O território não é produzido de maneira isolada. Ele decorre das articulações estruturais e conjunturais a que esses indivíduos ou grupos sociais estão submetidos numa determinada época tornando-se, portanto, intimamente ligado ao tempo e ao modo de produção vigente. Este aspecto processual de formação do território constitui a territorialização. (p.12)

Nota-se ante o exposto, que os processos de territorialização estariam intrinsecamente associados às experiências socioespaciais dos indivíduos como tudo que ocorre num tempo-espaço, de acordo com cada sociedade e suas respectivas necessidades espaciais, que também estão intrinsecamente atreladas aos modelos de produção existentes em cada sociedade, uma vez que estes modelos de produção são aderidos em tempos diferenciados em cada localidade. Desta maneira, todo território possui suas especificidades que o caracterizam e fazem com que sua existência seja duradoura ou não, isso inclui sobremaneira os territórios marginais da prostituição que são um fenômeno predominantemente urbano conforme observa-se a seguir:

Os territórios de prostituição que se desenvolvem em áreas urbanas, além do controle e apropriação do espaço, criam suas formas de identidades que o ajudam a se diferenciar de outros territórios urbanos como os das drogas, dos homossexuais, moradores de rua, emos, punks e outros. Esses diferentes processos de identificação no espaço urbano, como salienta Costa (2007) provocam micro segregações que singularizam pequenos espaços, especialmente, quando se trata de grupos em que certos comportamentos de conduta não são aceitos abertamente pela sociedade. (ALCÂNTARA, 2009, p. 38)

Silva (2002, p.44) também ratifica a afirmação supracitada quando coloca-nos

A prostituição pode ser considerada uma atividade urbana. Nas cidades ela tem condições de se desenvolver devido à grande quantidade de pessoas e à variedade de usos do solo urbano. O comércio da prostituição tende a se concentrar em alguns lugares da cidade devido a fatores como: fluxo de pessoas (clientes), preço dos imóveis, facilidade de circulação, maior liberdade.

O espaço urbano é bem peculiar e concorrido, tendo em vista que o tempo/espaço é diferenciado e inexorável. Portanto, cada espaço será identificado a partir das suas peculiaridades, isto é, as identidades originadas de cada grupo que ocupa os mesmos faz com que os distingam através destas identidades que são inerentes a cada um, por isso há como se verificar as sobreposições territoriais mesmo que seja nos territórios marginais.

Portanto, a diversidade territorial, fenômeno constante nas cidades, faz com que não se limitem apenas as concepções de território atrelado unicamente ao Estado-Nação, pois se compreende que o espaço urbano possui uma variedade de complexidades, uma vez que o mesmo apresenta-se de formas distintas, isto é, tanto integrada como também fragmentada. Nota-se, contudo, que esta fragmentação espacial ocorre de acordo com as múltiplas territorialidades presentes no espaço urbano. Esta multiplicidade de territorialidades são sobrepostas umas às outras, onde muitas delas são completamente abstratas, mas configuram-se e se impõem com legitimidade necessária para a efetivação de sua existência.

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, a mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional [...] territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2000, p.81)

Após o exposto, analisa-se que as principais características peculiares aos territórios, de forma geral seriam a flexibilidade e o poder aplicado de maneira conjunta ao mesmo, de forma a (re)afirmar sua existência. A partir da sua flexibilidade característica, o território pode desenvolver-se e/ou estagnar-se e/ou reduzir-se mediante o poder exercido diante dos indivíduos pertencentes ao território e principalmente diante daqueles que não pertencem ao mesmo, mas que almejam expandir suas áreas de influência territorial.

Observa-se também que, em virtude dessas especificações aqui analisadas mesmo que de forma sucinta, pode-se constatar que além da existência do território político-administrativo (Estado-Nação), existem os territórios que se formam nos diversos espaços a partir da necessidade de grupos distintos que ocupam essas áreas e que apresentam características singulares, viabilizando a existência desses grupos nestas localidades, mesmo que isso ocorra de forma esporádica. Identifica-se do mesmo modo que estas características singulares servem de atrativo para um leque de grupos, tornando estes territórios cobiçados pelos diversos atores sociais que tentam de todas as formas tomarem para si e/ou seu grupo o controle dos mesmos, fator gerador de conflitos entre estes atores.

Apesar disso, os territórios a que nos referimos não se configuram de forma concreta como os político-administrativos, mas sim de forma abstrata e de certa maneira irregular e, em virtude dos indivíduos que os ocupam, acabam por ser considerados socialmente marginais.

Conseqüentemente, nota-se que os territórios político-administrativos também possuem características inflexíveis que os tornam de forma geral, um espaço rígido e com isso, atrelado a limites impostos de forma concreta ou não, mas que possuem caráter definitivo, a exemplo disso, pode-se citar as barreiras fronteiriças existentes entre os municípios, estados e países que foram estipuladas com base em acordos políticos afim de determinar as áreas de influência e gestão para determinar o poderio administrativo e espacial de cada localidade. Essas barreiras não são nada mais que barreiras estipuladas de forma abstrata.

Para melhor esclarecimento sobre as determinações territoriais políticas, podemos utilizar como exemplo a delimitação das regiões do Brasil. As cinco regiões não possuem fatores determinantes concretos para o reconhecimento das mesmas, mas sim

acordos administrativos que acabam sendo corroborados e efetivados pelas questões paisagísticas.

Já os territórios informais são formações territoriais humanas e possuem complexidades e peculiaridades que tornam estas fronteiras instáveis, gerando desta forma conflitos muitas vezes constantes. E assim como os animais utilizam-se de artifícios para delimitarem seu espaço, a exemplo disso pode-se citar os cachorros que costumam urinar para demarcar seu território, os seres humanos também o fazem, contudo com artifícios distintos. Pimentel & Barbosa (2013, p.8), especificam que “[...] o território é um produto ‘consumido’, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto a prática social”.

Como consequência dessa discussão sobre construção dos territórios Saquet (2010) afirma-nos que essa construção territorial surge em virtude dos movimentos históricos sociais através do tempo-espaço ocorrendo de forma “processual e relacional”, pois

[...] a construção do espaço e do território é processual e relacional. Envolve, necessariamente, o movimento dos tempos histórico e coexistente. A apropriação, produção e denominação do espaço, historicamente, gera o território. Isto ocorre de maneira processual e relacional através das relações sociais (econômicas, políticas e culturais) e das diversas redes que estabelecemos todos os dias. (p.109)

Santos *apud* Sousa (2010, p.179) ainda complementa esta discussão ao ratificar que “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

Novamente percebe-se a estreita relação de território com poder, gerando desta forma o sentimento de pertencimento espacial que ocorre historicamente. A partir disso verifica-se a importante associação entre tempo e espaço para a formação territorial como um todo.

Conforme já citamos anteriormente, há territórios que constituem-se não apenas de forma concreta, mas também abstrata; outros existem de forma permanente, mas outros apenas de forma temporária; e existem os “legais” e os “ilegais”. Estes, portanto,

são os territórios foco desta pesquisa – os territórios marginais. Silva (2002, p.16), ratifica a afirmativa ao explicar que

[...] há territórios não subordinados diretamente a qualquer tipo de organização de Estado, como aqueles de atuação de grandes corporações; o território de organizações criminosas, como o jogo do bicho ou o tráfico de drogas; [...] de grupos urbanos, como os profissionais do sexo (prostitutas, michês² e travestis) e gangues de jovens, entre outros.

Analisamos os territórios considerados socialmente como marginais com o intuito de compreender as características espaciais que corroboram a formação, permanência, expansão e muitas vezes a extinção dos mesmos. Em virtude disso, nota-se que há um estigma em torno dos indivíduos que formam e ocupam estes territórios. Diniz (2012) analisa que os preconceitos sociais são variados e afetam a sociedade em diversos aspectos.

Assim como a sociedade estigmatiza etnias, classes sociais entre outros grupos, há também uma estigmatização acerca de determinados espaços, como por exemplo, ruas que as pessoas procuram evitar passar em certas horas com medo do público transeunte da área, como também existem comunidades que ninguém entra sem que seja conhecido de algum morador. O mesmo ocorre com os espaços classificados como territórios marginais. (p.16)

Em virtude disso, observa-se a dificuldade de inserção nestas áreas, seja na tentativa de tornar-se um membro ou até mesmo na condição de observador. Durante a realização da pesquisa conseguimos mensurar a tensão existente nestes espaços de constante conflito. Consequentemente afirma-se, mediante as discussões aqui expostas, que estes espaços existem como forma de resistência diante das discrepâncias sociais e “[...] forma-se um verdadeiro caleidoscópio, em que diferentes territórios coexistem, em um processo de contração e expansão”. (MATOS & RIBEIRO, 1995, p.61). Nota-se que na atualidade os territórios considerados marginais pela sociedade têm obtido relevante crescimento, ocupando cada vez mais, áreas que apresentam importante destaque econômico e populacional vislumbrando maiores ganhos e número de clientes.

² O termo michê é usado para denominar uma espécie de *sui generis* de cultores da prostituição: varões geralmente jovens que se prostituem sem abdicar dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação perante o cliente. Cf. (PERLONGHER, 1986, p.08).

1.2 PODER E MEDO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS, SEMI-PRIVADOS E PRIVADOS: REALIDADE DAS CIDADES MÉDIAS

Temas relacionados ao medo estão presentes tanto nas ciências sociais quanto nas ciências humanas e na área de saúde, entretanto, cada uma delas tem um foco, um objeto de análise em específico referente ao mesmo. Como exemplo desta afirmação, pode-se aludir à psicologia que traz consigo questões relacionadas à complexidade da psique humana e suas tendências, procurando dar um sentido às ações humanas a partir das vivências enfrentadas ao longo da vida. Entretanto, no último século, a Geografia também vem abrangendo cada vez mais os objetos de análise que podem/devem ser observados à luz da ciência geográfica – o medo é um destes.

Cruz (2010) relembra-nos que o medo é algo presente nas sociedades desde a sua gênese, pois desde sempre o mundo aflige-se com conflitos e guerras, sejam elas santas ou não, para a imposição do homem na sociedade. Com a globalização e o avanço inexorável do meio técnico-científico-informacional formularam-se tecnologias diversas, mas assim como há o avanço nos aparatos tecnológicos que beneficiam a sociedade com informação, precisão de dados e agilidade, há também os avanços bélico-militares, que são projetados a partir de um discurso militar em prol da proteção das sociedades, mas ao serem entregues em mãos erradas, torna-se mais uma forma de repressão entre tantas outras formas de demonstração de poder utilizadas para coerção e dizimação de vidas.

Com base no exposto, nota-se que o mundo atualmente teme mediante o poderio bélico das nações que vivem em constante guerra. Considerando que as guerras acometem o mundo de forma geral e na última grande guerra, os estragos causados ainda afetam alguns locais, a exemplo disso pode-se citar as cidades de Hiroshima e Nagasaki³ que foram bombardeadas em 1945 com bombas atômicas.

Observa-se ainda na atualidade que os fenômenos que assolam as grandes metrópoles também afetam as pequenas e médias cidades, talvez não com a mesma frequência e intensidade, contudo com o mesmo fator de impacto social. A população vivencia o medo e a tensão cotidianamente, seja nos espaços públicos, semiprivados ou mesmo nos privados. Tendo em vista as questões pertinentes à insegurança social da atualidade, Costa & Sá (2007) ratificam a mudança paisagística das cidades devido ao

³ Cf. <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/conheca-os-estragos-avassaladores-das-bombas-atomicas-em-hiroshima-e-nagasaki-20130803.html> \

medo e em prol da proteção contra a violência afirmando que “[...] espaços urbanos públicos e privados que, outrora, erigiam-se cheio de vitalidade, ou seja, de fixos e fluxos de pessoas, de mercadorias, etc.; todavia, hoje se transformam em locais marginalizados, de não-permanência, evitados, dada a presença de ‘indesejados’ pela grande maioria da população.” (p.112)

Vivemos em uma sociedade em que a possibilidade de convivência com aqueles que moram em nossa vizinhança é tolhida pelos “muros de contenção” que construímos, câmeras de monitoramento espalhadas por todos os lugares, sensores de movimento e cercas elétricas. Todo este aparato tecnológico nos traz a pseudo-sensação de estarmos mais seguros mediante a presença destes.

Hoje, os altos muros, a vigília constante e a limitação da liberdade de ir e vir aos cidadãos considerados “livres” anuncia um novo período histórico, dotado de uma racionalidade irracional que fragmenta e perpetua as desigualdades sócio-espaciais. Desenvolvem-se técnicas para auxiliar a vida, mas permite-se que as técnicas substituam os valores humanos. Vida sem valores, espaços de imobilidade e seletividade, são as características presentes e futuras de nossas cidades. (CRUZ, 2010, p. 87)

Verifica-se, portanto que a inserção de todas essas técnicas de proteção acaba por inviabilizar os espaços públicos tornando-os cada vez mais inaccessíveis do ponto de vista social, pois quando não há circulação nestes espaços os mesmos tornam-se espaços vulneráveis e fáceis de tornarem-se espaços de violência e medo dentro das cidades.

Por consequência surge a seletividade espacial gerada em decorrência dos fatos sobreditos e a existência de uma seleção e ordenamento espacial que irá ditar quem ocupará qual espaço dentro da cidade, isto é, “[...] através da segregação sócio-espacial, [que] a classe alta controla e produz o espaço urbano, de acordo com seus interesses.” (NEGRI, 2008, p.130)

Observa-se que os detentores do controle do espaço são membros das camadas sociais que possuem maior poder aquisitivo e conseqüentemente são esses os que irão determinar como ocorrerá a organização espacial, seja ela residencial, comercial, especulativa ou apenas para “lazer”. O autor procura enfatizar que a segregação socioespacial pode suceder na cidade, isto é, seja na área urbana ou na rural a partir de uma gama de elementos, todavia a razão mais preponderante é a “diferenciação econômica”. Com base nestas argumentações Negri (2008, p.129) coloca-nos que “A

segregação, portanto, não é simplesmente e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço”.

Atualmente, os espaços públicos, semiprivados e privados são vistos mais como espaços do medo, uma vez que a população não sente segurança ao sair de casa já que fora de sua zona de conforto se sentem amplamente vulneráveis. O que todos sentem na realidade é o medo de não retornar para casa devido a alguma atrocidade sofrida nos trajetos a percorrer cotidianamente.

Grande parte dessa “psicodélica frustração social” em vivenciar a cidade está atrelada a diversos fatores, contudo o mais preponderante é gerado pela mídia que sempre busca uma ampliação dos holofotes em algo que lhe garanta rentabilidade. Não estamos aqui querendo negar que a população está exposta cotidianamente a problemas sociais pertinentes à violência e muito menos minimizando-os, porém a mídia utiliza-se do interesse da sociedade de estar informada e também do gosto peculiar pelas tragédias sociais, para bombardear os jornais e os telejornais de notícias relacionadas a casos impactantes.

Por este fato, a mídia divulga diuturnamente todos os incidentes que ocorrem no cotidiano das cidades, isto é, “a violência real passou a fazer parte de um espetáculo cotidiano e que há certa instrumentalização da criminalidade violenta por parte da mídia. Basta ligar a TV ou o radio a qualquer hora do dia para constatar este fato.” (CRUZ, 2010, p.28) As fatalidades divulgadas envolvem todo tipo de infortúnio: roubos, furtos, estupros, assassinatos, uma diversidade de tipos de assédios entre outras barbáries que nos levam a refletir a atual situação das cidades. E, portanto, são essas perversidades que a mídia utiliza como manobra para instalar ainda mais o caos social, e que fazer com que tenhamos “medo de viver” a/na cidade.

Cunha (2007, p. 279) tenta alertar-nos sobre a possível utilização da população como massa de manobra para alguns veículos de informação já que “Os telejornais, então, poderão estar fragilizando a coesão social em duas frentes: a) mostrando a violência e a estrutura caótica da sociedade o que leva ao medo e ao individualismo; b) mostrando as classes menos abastadas como recorrentes no crime, o que leva ao preconceito e à segregação das classes”.

Com relação aos espaços públicos, os mesmos são socialmente estigmatizados de acordo com os grupos que os ocupam, sejam eles estudantes, roqueiros, idosos, flanelinhas, pedintes, mendigos, vendedores ambulantes, profissionais do sexo entre outros grupos. Ou seja, quando uma localidade é contemplada como abrigo territorial

para um determinado grupo esta área fica/é estereotipada a partir dos indivíduos do grupo que a compõem⁴. De acordo com Cruz (2010),

As pessoas constroem seus mapas mentais sobre a cidade baseadas em seu imaginário. Por muitas vezes temem lugares que não conhecem e onde nunca estiveram. Essa gradual divisão da cidade em espaços ‘seguros’ e ‘inseguros’ acabam por consolidar o processo de fragmentação. É cada vez maior a valorização de espaços privados, monitorados e exclusivos. (p. 76)

E a população inclina-se a priorizar por toda e qualquer forma espacial que venham a oferecer uma possível blindagem, como também aparatos tecnológicos para que possam enfrentar as situações impostas no cotidiano, pois

[...] parece inexistir alternativa outra que não a adoção de medidas de contenção e controle, de iniciativa individual e privada, a partir do espaço, tais como: o afastamento e o consequente esvaziamento da esfera pública – a exemplo do descarte da rua como espaço coletivo; a delimitação de áreas seletivas e isoladas; e a edificação de barreiras físicas e simbólicas. Conseqüentemente, verifica-se a ratificação do binômio isolamento e fortificação espacial urbana como estratégia hegemônica de ‘enfrentamento’ do problema da insegurança urbana e a consequente proliferação de espaços isolados e fortificados. (QUEIROZ, 2007, p.126)

Baseado no exposto pode-se citar como exemplo, o fato das pessoas não utilizarem uma rua em determinado horário ou dia da semana, devido a mesma possuir a fama de ser local de constantes assaltos ou mal afamada por conta de seus transeuntes. Por estas e outras circunstâncias, as pessoas evitam a circulação, fazendo com que a área em questão seja segregada socioespacialmente, podendo haver até uma desvalorização imobiliária da mesma.

Relata-se que estas adversidades vivenciadas nas cidades estão associadas ao crescimento populacional vertiginoso das mesmas, de forma que o poder público não tenha “controle” dos espaços, isto é, o governo não oferece os serviços que são considerados básicos para a população alicerçados na Constituição Federal, tais como: saúde, educação, saneamento básico e por último e não menos importante a segurança, o que implica diretamente na questão do “medo social”.

⁴ Maricato (2008, p. 34), evidencia-nos uma problemática social inserida na cidade a partir de uma pesquisa a relação de alguns fatores que corroboram para a proliferação da violência em determinadas áreas ao afirmar que “As áreas mais violentas são aquelas em que predomina uma conjunção de determinados indicadores: baixa renda, baixa taxa de escolaridade, maior proporção de negros entre os moradores, maior taxa de desemprego, maior número de moradores de favelas, piores condições de moradia e urbanísticas”.

Analisa-se que a população que detêm certo poder aquisitivo e que o referido seja suficiente para pagar por estes serviços o faz sem titubear, a fim de poder sentir-se mais seguro, seja em casa, no trabalho ou em outros lugares mesmo se tratando de uma pseudo segurança. Fatos como este faz com que reflitamos acerca da afirmativa de Cruz (2010, p.87), sobre o reflexo do medo na arquitetura das cidades como também nos hábitos mais corriqueiros, pois para a autora “[...] o medo do outro esta presente na arquitetura e nos hábitos da população.”

Quando o autor relata-nos acerca da presença do medo na arquitetura da cidade, o mesmo está nos remetendo aos diversos aparatos que são utilizados para dar à população um sentido de segurança, por isso a instalação de portões totalmente fechados e muros altos, de modo que as pessoas que passem em frente ao imóvel não tenham acesso ao que há no interior da propriedade, como também não tenha visualização da movimentação do cotidiano dos que ali residem ou trabalham. Outro aparato muitíssimo utilizado na atualidade são as cercas elétricas que dificultam ainda mais o acesso dos “bandidos”.

Todo este processo de medo social terá como consequência primária a inserção de todo e qualquer tipo de técnica ou aparato que seja considerado como fator de segurança, e isto irá causar uma reação em cadeia que será visualizada no espaço da cidade como um todo. O capital imobiliário irá moldar a cidade de forma a gerar uma segregação socioespacial, pois com a construção dos condomínios residenciais ou casas dentro de condomínios fechados com uma gama de sistemas de segurança fará com que estas áreas sejam inviáveis para a camada mais popular, que por sua vez irá migrar para as periferias da cidade onde os terrenos e os aluguéis são mais acessíveis e compatíveis com a renda familiar deste grupo em questão, contudo possuem uma infraestrutura paupérrima. Em relação à discussão aqui dialogada Caldeira (2000) explana sobre as novas configurações espaciais associadas às tecnologias evidenciando que,

[...] as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas não separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. [...] Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘marginalizados’ e os sem-teto. (p.211)

A partir disso considera-se a existência de dois tipos de segregação que se intitulam de: segregação voluntária e segregação involuntária. A diferenciação entre ambas está na forma com que as mesmas ocorrem, isto é, a segregação voluntária ocorre de forma espontânea e a involuntária ocorre a partir de causas diversas e alheias à vontade dos indivíduos⁵. Por consequência, pode-se afirmar que estes dois tipos de segregação estão presentes atualmente na formação territorial brasileira, pois aqueles que possuem capital suficiente preferem se “auto-segregar” em seus condomínios. Aqueles com menor poder aquisitivo irão se deslocar, mesmo a contragosto, para áreas periféricas ou áreas que circundem essas “fortalezas”, tendo em vista alguns servirem como mão-de-obra para os grupos auto-segregados, a partir disso pode-se vislumbrar a segregação involuntária.

Outra forma de caracterizar uma segregação seria a “concentração de tipos de população”, isto é, a homogeneização do espaço a partir de algumas especificidades comum a determinada parcela da sociedade que pode vir a ser a cultura, a etnia e, conforme já citado porém enfatizamos novamente, haja vista ser a que mais se evidencia na atualidade, não apenas no nível de Brasil, as questões relacionadas a fatores econômicos.

Tentaremos aqui expor de forma quantitativa o número de homicídios em algumas cidades brasileiras a partir de um ranking idealizado com base no Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)⁶ como também através de dados obtidos por meio de pesquisas acadêmicas. Baseados nestes dados, damos ênfase na atual realidade brasileira no quesito violência e conjuntamente analisaremos as estatísticas dos homicídios no município de Campina Grande, cidade foco desta pesquisa.

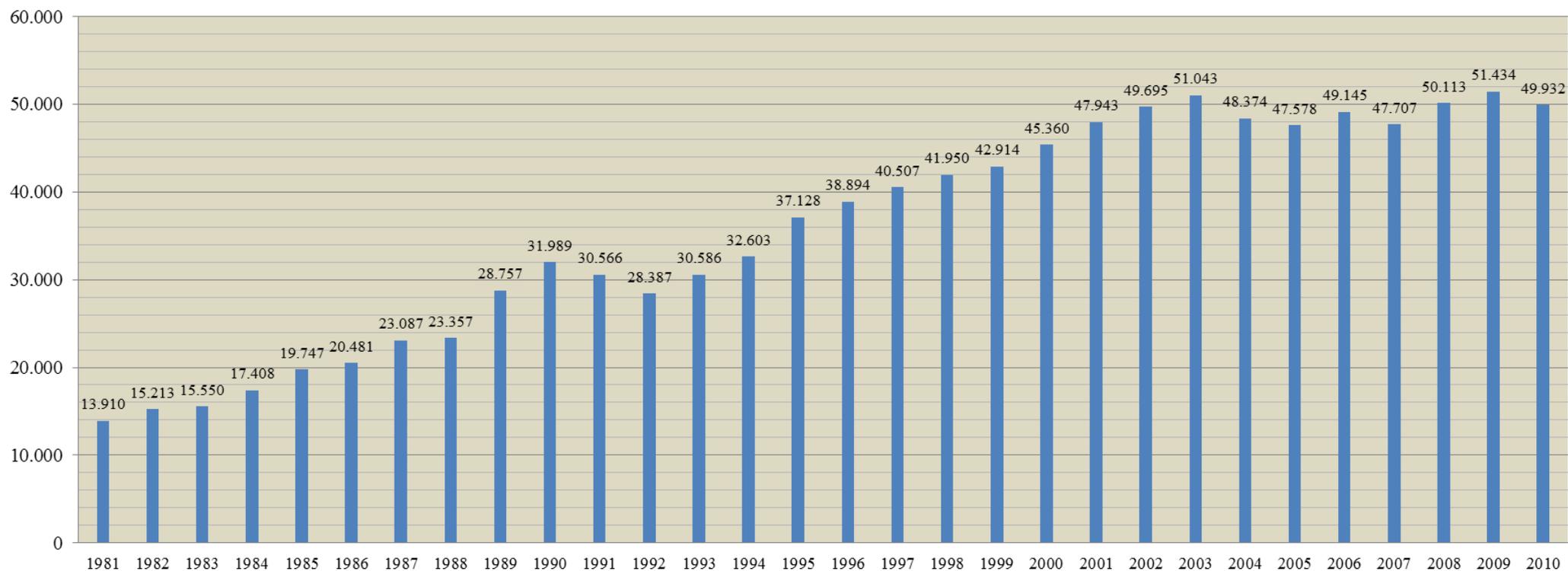
Waiselfisz (2011) evidencia-nos em sua pesquisa dados acerca dos números de homicídios que ocorreram no Brasil entre os anos de 1980 a 2010, onde o mesmo realiza uma amostragem a partir dos dados obtidos com o Ministério da Saúde que revelam um aumento dos homicídios em 259% o que seria basicamente proporcional a uma taxa de crescimento de 4,4% ao ano conforme pode-se conferir a seguir nos gráficos 01 e 02, respectivamente:

⁵ Cf. Negri (2008, p.132)

⁶ De acordo com Waiselfisz (2008, p.10), foi “A partir do ano de 1979, o Ministério da Saúde passou a implementar o Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), cujas bases de dados foram utilizadas para a elaboração do presente relatório”. Este relatório é utilizado comumente como base para análise criminal no Brasil, considerando-se que o mesmo contém as informações geradas baseadas nas certidões de óbito que são obrigatórias para o sepultamento ocorra.

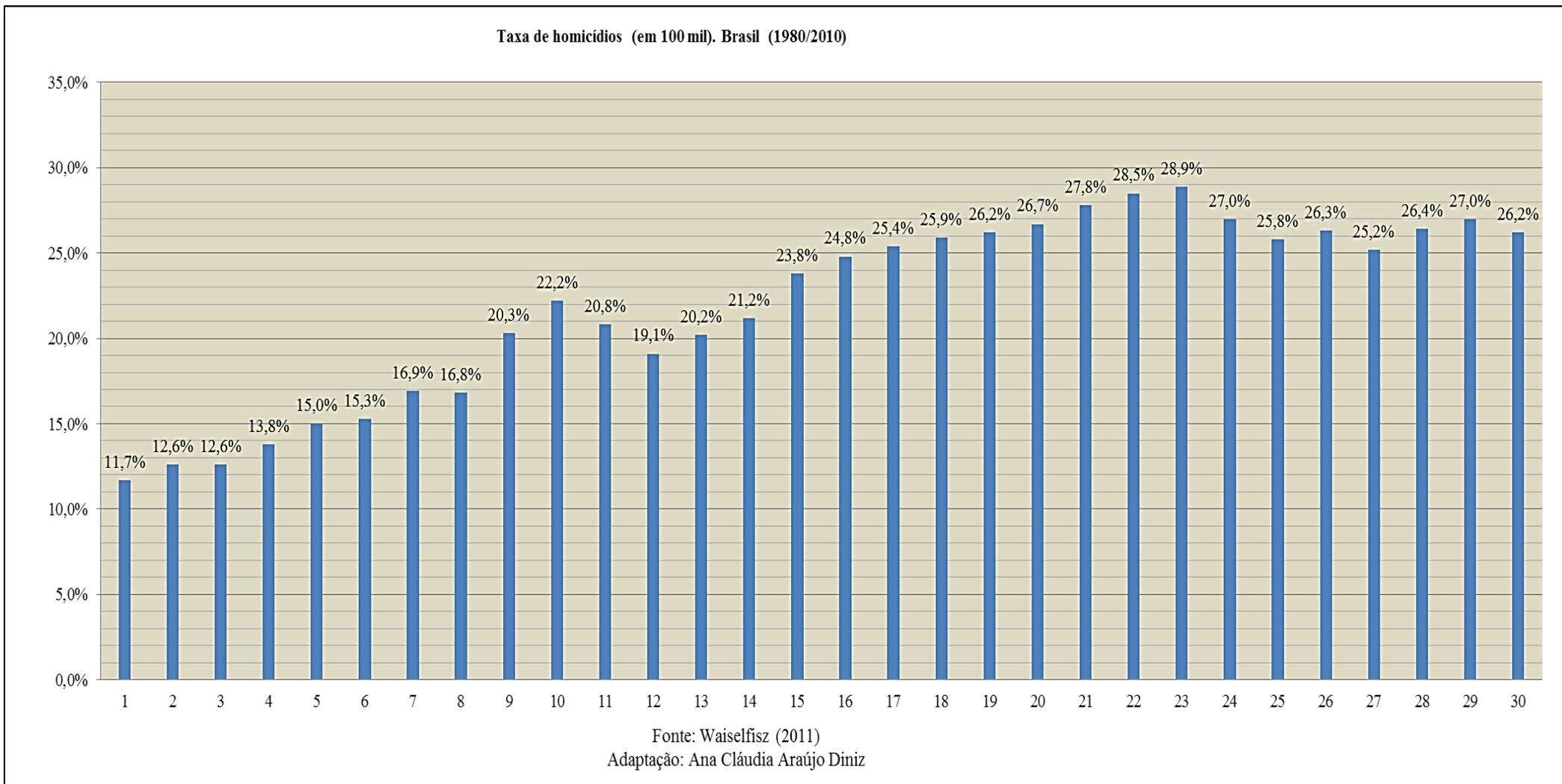
Gráfico 01 – Número e taxas de homicídios (em 100 mil). Brasil (1980/2010)

Número e taxa de homicídios (em 100 mil). Brasil (1980/2010)



Fonte: Waiselfisz (2011)
Adaptação: Ana Cláudia Araújo Diniz

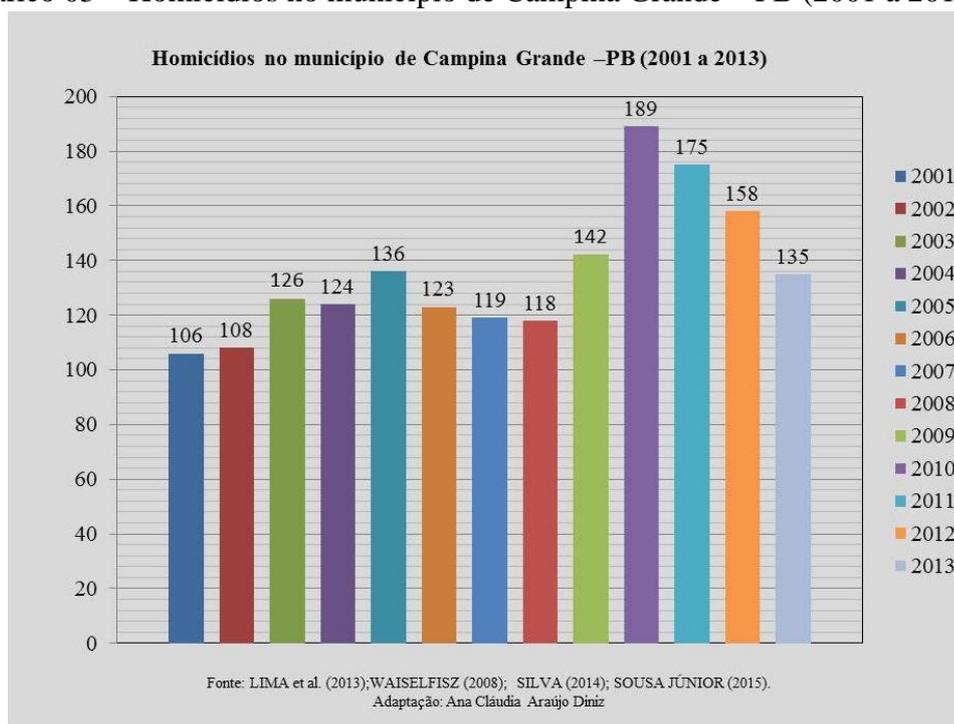
Gráfico 02 – Taxa de homicídios (em 100 mil). Brasil (1980/2010)



Portanto, a tabela mostra-nos o considerável aumento no número de homicídios no Brasil entre os anos de 1980 a 2010⁷, onde os dados exibem esta constante crescente na criminalidade a que a população está exposta diariamente nas cidades brasileiras. O município de Campina entra na pesquisa realizada por Waiselfisz (2008), quando o autor realiza amostragem com 556 municípios brasileiros com as maiores taxas médias de homicídio (em 100 mil habitantes) na população total, enfatizando suas respectivas estatísticas entre os anos de 2002 a 2006. Campina Grande neste relatório encontra-se na 340ª colocação dos municípios com as maiores taxas de homicídios na população total no período pesquisado.

Para melhor embasamento e percepção acerca da problemática realizamos uma pesquisa com dados estatísticos entre os anos de 2001 a 2013 com a quantificação dos homicídios que ocorreram no município de Campina Grande neste recorte temporal, conforme o gráfico 3 a seguir:

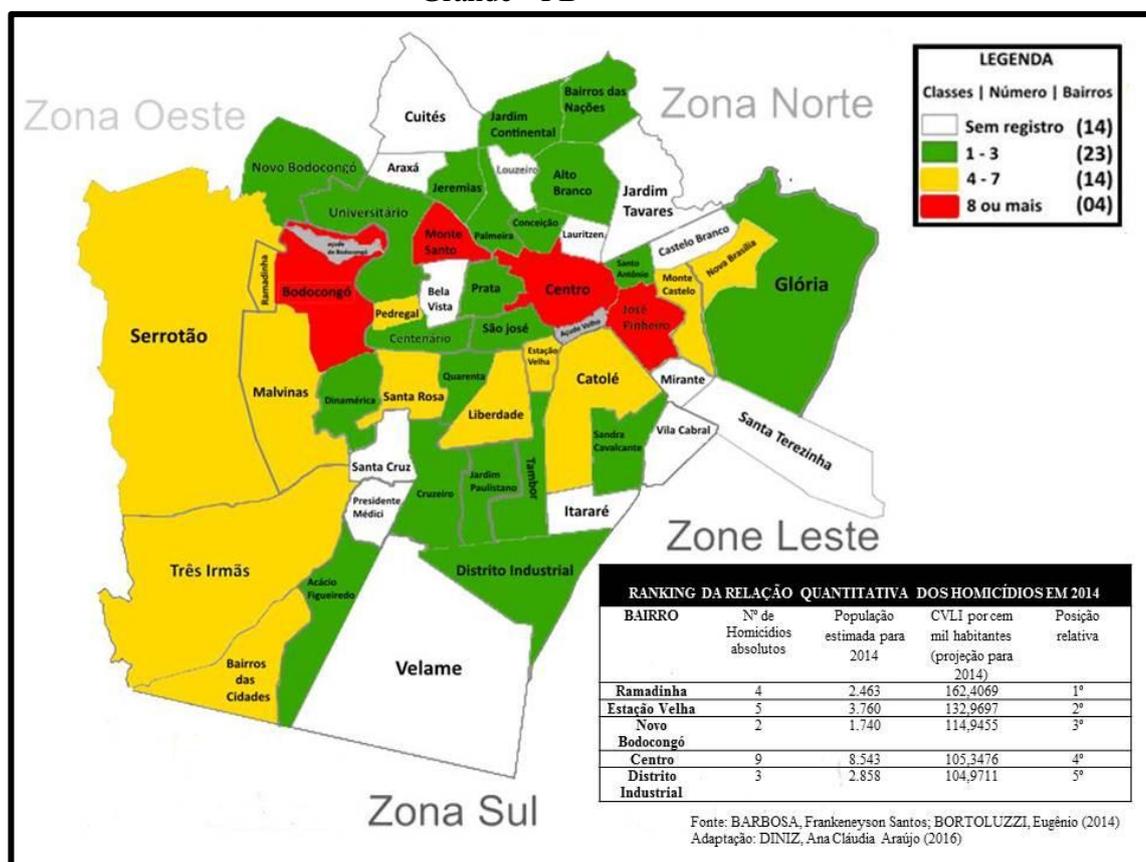
Gráfico 03 – Homicídios no município de Campina Grande – PB (2001 a 2013)



⁷ Para a concretização das análises pertinentes aos dados referentes às taxas de homicídios, como também para que desta forma haja um padrão referente aos dados obtidos, para tanto é aplicada uma universalização (índice universal), isto é, uma padronização realizada pelos órgãos internacionais, tais como a ONU e a UNICEF, que possuem peculiaridades para realizar essas análises, onde vários pesquisadores utilizam como base estes dados para uma avaliação quantitativa mais precisa. Esta avaliação utiliza-se para o resultado do índice universal o “número de homicídios por grupos de 100.000 (cem mil) habitantes”. (BORTOLUZZI & BARBOSA, 2014) A partir dos dados obtidos afere-se a razão existente entre o número exato de homicídios em determinada região juntamente com o total populacional da mesma para que assim possibilite a interpretação universal do dados adquiridos.

Percebe-se a partir dos dados gráficos acima relacionados o crescente índice de homicídios em Campina Grande, contudo o mesmo também evidencia que os anos com maior índice de homicídios na cidade são 2010, 2011 e 2012. De acordo com Silva (2014), os dados estatísticos demonstram que a maior parte dos homicídios ocorridos envolve acerto de contas e em segundo lugar são as conexões com o tráfico de drogas, seja direta e/ou indiretamente. Com relação aos bairros com maior índice de homicídios por habitante verifica-se a partir de análise dos dados relacionados aos 49 bairros, onde foram elencados os cinco primeiros. (Figura 01)

Figura 01 – Demarcação das áreas com maior índice de homicídios em Campina Grande - PB



Baseado nas estatísticas, nota-se que o Centro da cidade de Campina Grande, local desta pesquisa, encontra-se na quarta posição do ranking do número de homicídios. Também foram captados elementos que norteiam os horários e os dias da semana em que há maior incidência destes crimes, segundo reportagem do G1.com⁸. A partir das denúncias dos crimes e homicídios, constatou-se serem os dias de sexta-feira,

⁸ Cf. <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/05/estudo-faz-mapeamento-dos-homicidios-em-campina-grande.html>

sábado e domingo os mais violentos. Já com relação à análise dos dados acerca dos horários das ocorrências não verificou-se uma diferença significativa, o que leva os autores enfatizarem que há um “equilíbrio entre os diferentes turnos, demonstrando que o ato de matar alguém independe, na maioria das vezes, do fator temporal [...] (BORTOLUZZI & BARBOSA, 2015, p.13)”.

Os territórios classificados/denominados como “marginais” também são tidos como “territórios do medo”, estas áreas possuem um leque de atores que vivenciam em seu cotidiano a prática da sobrevivência da violência que ali se pratica comumente. Veremos nos capítulos a seguir estas e outras problemáticas enfrentadas pelos profissionais do sexo que trabalham cotidianamente no Centro da cidade de Campina Grande – PB. Antes, porém, faremos uma discussão sobre a história da prostituição.

2 HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO

Neste capítulo abarcaremos a história da prostituição e seu legado em diversos países ao redor do mundo ao longo do tempo, dando ênfase de sua existência no tocante à prostituição brasileira desde os tempos do Brasil Colônia, e analisar as compreensões que circundam as leis referentes à prostituição em distintos países e principalmente no Brasil, onde verificar-se-á o Código Penal Brasileiro (CPB) bem como as lacunas nos artigos que envolvem a prostituição mesmo que de forma indireta.

Nota-se que a história da humanidade possui uma heterogeneidade de questões relacionadas à exploração do ser humano de diversas formas, contudo a que será abordada e dialogada nesta pesquisa é a exploração sexual, considerando que a mesma, ainda que não seja especulada pela mídia com maior amplitude, tem sido alvo de acordos e leis internacionais que visam à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade e que são exploradas sexualmente, seja dentro de seu país de origem ou em países longínquos aos seus de origem, através do tráfico de pessoas.

Contudo, analisa-se também a relutância de alguns órgãos oficiais e entidades em tratar sobre a prostituição, haja vista a mesma remeter-se à sexualidade, que é socialmente um assunto censurado e tratado com repulsa e repressão mesmo na atualidade. Veremos mais adiante que a prostituição não é algo novo nas sociedades, pois há relatos da (r)existência da mesma ao longo do tempo/espaço em uma gama de povos. Há autores que afirmam ser a prostituição um mal necessário a determinadas sociedades para a proteção e manutenção certos costumes, enquanto outros ratificam suas ideias colocando-nos que a prostituição é um fenômeno inerente à cidade, isto é, mediante os processos urbanos, a prostituição surgirá na cidade inevitavelmente e não há uma forma de extingui-la.

Posteriormente, enfocaremos nas intervenções médico-sanitaristas realizadas durante o século XIX e século XX, com o apoio político da elite brasileira que, apesar de muitas vezes lucrar e utilizar-se desses serviços, também agia como repressora destes profissionais. Logo, aqui expor-se-á a trajetória destes profissionais que, independentemente da linha de pensamento abordada, traz a inquestionável (r)existência dos mesmos. Contudo, veremos também que apesar desta concretude, há países em que a prostituição ainda não é regulamentada, mas não é considerada crime. Há também

países que a combatem ferrenhamente com leis severas e tantos outros em que a legalização é um fato consumado.

Várias são as linhas de pensamento que procuram de alguma forma compreender, e a partir disso, analisar as causas e efeitos da prostituição nas cidades. Um dos fatores associados ao favorecimento da prostituição ao ver de Marques (2014), seria a globalização agregada ao meio técnico-científico-informacional⁹ que tem exercido um papel expressivo para a manutenção do tráfico de pessoas para exploração sexual.

Em termos dimensionais o mercado atual da prostituição forçada envolve números astronômicos, tendo sido bastante favorecido com a globalização e a evolução tecnológica. Os traficantes têm hoje diferentes ferramentas tecnológicas que os auxiliam no transporte de fronteiras, nas negociações, bem como na camuflagem do ilícito. Outra questão que favorece este crime é a sua habitual confusão com outras ações, como migrações internacionais, o exercício da prostituição como profissão, e com questões ligadas à indústria do turismo sexual. (p. 18)

Percebe-se com isso, a diversidade de formas aplicadas por estes grupos para realizarem essas ações que são aprimoradas constantemente e que contam com o auxílio das sofisticadas tecnologias que avançam constantemente. Outro tipo de facilitador para estas ações são pessoas¹⁰ ligadas aos sistemas de supervisão referente a estas infrações que acabam por dar o suporte necessário para a efetivação destes procedimentos, sejam estas instituições públicas ou privadas.

⁹ Santos (2009) especifica-nos, que o meio técnico-científico-informacional é o terceiro estágio da revolução tecnológica quando afirma que “O terceiro período começa praticamente após a segunda guerra mundial, e sua afirmação, incluindo os países de terceiro mundo, vai realmente dar-se nos anos 70. É a fase a que R. Richta (1968) chamou de período técnico-científico, e que se distingue dos anteriores pelo fato da profunda interação da ciência e da técnica, a tal ponto que certos autores preferem falar de tecnociência para realçar a inseparabilidade atual dos dois conceitos e das duas práticas.

Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global. A idéia de ciência, a idéia de tecnologia e a idéia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente [...].

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional”. (p.238) Cf. SANTOS (2009)

¹⁰ Não estamos aqui querendo afirmar que o sistema seja de todo corrupto, mas que existem facilitadores para a concretude das ações referentes ao tráfico de pessoas, seja no alto ou baixo escalão das instituições. Os mesmos auferem para realizar vistas grossas valores ou até favores.

2.1 “SURGIMENTO” E EVOLUÇÃO DA PROSTITUIÇÃO NO MUNDO

A prostituição tem seu marco inicial no berço da civilização ocidental: a Grécia, pois conforme Tobias & Silva (2012) “Desde os tempos mais antigos, no início da civilização, a satisfação da lascívia própria ou alheia era capaz de movimentar com certa expressividade a sociedade” (p.2). Contudo, a prostituição sobre bvém desde esse período, mas com características diferentes das observadas na atualidade.

Nos dias de hoje, verifica-se que a prostituição possui seu intuito baseado na troca, seja ela financeira ou não, ou até serviços, que variam de acordo com a consonância entre as partes envolvidas no processo (o profissional e o cliente). Nota-se, contudo que “Essa atividade passa por diversos momentos ao longo da história, em que ora é aceita e até estimulada em algumas civilizações mais antigas, e em outros momentos sofre forte repressão (ALCÂNTARA, 2009, p. 19)”.

E essa “aceitação” ou “repressão” que a prostituição padece ocorrerá de acordo com os interesses culturais, políticos e econômicos que cada sociedade possui. A partir disso, tentaremos expor aqui de modo conciso a forma que a prostituição ocorria em algumas sociedades em que detectou-se algum relato acerca desta profissão, como também os fatores que levaram a sua permissão e/ou repressão.

Percebe-se que a prostituição iniciou na Grécia Antiga como uma ação de cunho ritualístico, voltada à adoração das divindades cultuadas no período em questão, a julgar pelo fato de que quem realizava estes rituais eram sacerdotisas em seus templos purificados de adoração. Essas sacerdotisas eram contempladas como deusas, símbolo da pureza e soberania na Terra. Acreditava-se serem elas a conexão entre os deuses e a população, sendo por isso, muito respeitadas e não apreciadas como meras prostitutas pela sociedade grega, pois suas ações não eram vistas como promíscua aos olhos dos cidadãos, e sim como verdadeira divindade que abençoava a todos.

Com o passar do tempo, outras questões passaram a favorecer a continuidade da prostituição feminina na Grécia, pois de acordo com Alcântara (2009, p. 22), “A grande incidência de relacionamento entre homens, na antiga civilização grega, permitiu de certa forma, um estímulo à prostituição feminina, no sentido de combater a relação íntima entre os homens”. Há, conseqüentemente, relatos de que a prostituição feminina

na sociedade grega era permitida como uma forma de "controlar" os relacionamentos amorosos ou não entre os gregos que crescia de forma vertiginosa na Grécia Antiga.

Alcântara (2009, p. 22), ainda nos coloca a existência de outras formas de prostituição tipicamente "nivelada" em outras sociedades, todavia foram aceitas socialmente e denominadas de hospitaleira e sacra, conforme segue:

[...] uma população selvática que vivia confinada ao norte com a Mesopotâmia e abrangia o país de Hur, tinha o costume de conceder aos hóspedes às próprias mulheres de sua casa, dando origem à prostituição hospitaleira. Em outra parte da Caldéia, na Arábia deserta, existia outro povo composto por pastores que eram nômades e tinham a prática da meditação e contemplação, na qual instituíram ritos, onde havia a consagração do amor livre, originando, assim, a prostituição sacra. Posteriormente, fundada a cidade de Babilônia, às margens do Eufrates, esses dois povos passaram a estar sob a mesma tutela, onde lentamente começou a ocorrer a fusão de seus costumes e de suas crenças.

Nota-se através da denominação atribuída aos dois tipos de prostituição, como também de acordo com a descrição de Alcântara (2009), ocorriam os dois tipos de prostituição supracitados. A prostituição hospitaleira consistia no fato dos senhores, ao receber uma visita ilustre, ceder suas escravas e, não raro, suas filhas, a estes hóspedes como forma de agradá-los. Já a prostituição sacra constituía, assim como a prostituição das sacerdotisas gregas, em uma associação às divindades, onde eram promovidos rituais que envolviam o sexo como representação. Com base nestas afirmações,

Nota-se que são muitas as formas de prostituição. Cada uma com uma lógica própria de funcionamento, em virtude das múltiplas combinações de elementos caracterizadores – espaciais, temporais, socioculturais, individuais e econômicos – o que torna o fenômeno bastante complexo. (DIAS, 2002, p.13)

Outro fator sobrepujante que está associado à implantação e permanência da prostituição nas sociedades, podendo dizer ser este o mais influenciador retratado em diversos modelos de sociedade antigas e atuais, é o fato de que a questão da "virgindade" das mulheres (principalmente com relação às da alta sociedade) era/é algo levado muito a sério, por conseguinte a legalidade da prostituição estava subordinada ao fato de que os rapazes poderiam utilizar-se dos serviços prestados pelas meretrizes como forma de entretenimento e luxúria para dar vazão à virilidade.

Sendo assim, de acordo com estes preceitos pré-estabelecidos, a prostituição estaria possibilitando de certa maneira o zelo e a proteção da honra das “donzelas” até o casamento, para que assim as mesmas pudessem casar castas e puras, como prezam os “bons costumes” patriarcais. Entretanto, se de algum modo uma moça viesse a perder sua virgindade antes do casamento, haviam apenas duas opções para o “sujeito” que realizou o “defloramento”. A primeira opção seria o rapaz casar com a moça, como forma de reparar socialmente o mau feito e a segunda opção, caso a primeira não fosse considerada, era a morte: o pai da moça encomendava a morte do tal rapaz ou até mesmo realizava o serviço para lavar a honra de sua família com o sangue daquele que os levou a desonra perante a sociedade.

Ao mesmo tempo, porém, era tolerada [a prostituição] e até mesmo estimulada nas sociedades que defendiam a virgindade das meninas púberes solteiras, de um lado, conquanto precisassem, de outro lado, conter as frustrações dos jovens solteiros e dos homens que se consideravam mal casados ou que haviam sido educados para não confundirem suas esposas com amantes voluptuosas. Essas sociedades reconheciam a necessidade de mulheres que se dedicassem ao exercício de oferecer gozo sexual aos homens jovens solteiros e aos homens mal casados. No Brasil, essa cultura integrava principalmente a história do cotidiano das pequenas e médias cidades, onde o bordel era considerado tão indispensável quanto a igreja, o cemitério, a cadeia e a escola. Ainda que se localizasse em áreas distantes do centro da cidade, em locais segregados, fazia parte da realidade social do lugar. (PINHEIRO, 2006, p. 15)

Ainda a respeito das circunstâncias acima referenciadas Rago (1993, p.34), ratifica as afirmativas ao colocar que:

Temas como virgindade, casamento e maternidade passaram a circular mais constantemente nos meios preocupados com a formação do caráter da mulher, enquanto a prostituição passou a ser construída como um ‘fantasma’, ameaçando a moralidade de todas. A preocupação em delimitar claramente os lugares permitidos para a circulação das jovens de família, distantes das meretrizes acentuou-se, enquanto diversificavam-se e expandiam-se as novas formas de consumo dos amores ilícitos e da cultura erótica. Pela primeira vez, constituíam-se espaços destinados à fruição dos prazeres, como cabarés, cafés-concertos, bordéis de luxo, ao lado dos restaurantes, teatros e music-halls. (p.34)

Desse modo, pode-se aferir que foram determinadas normas que possuíam um caráter simbólico social muito forte não apenas em relação à virgindade das moças, mas também ao discurso sobre aos padrões sociais (estereótipos) que eram impostos

comumente às mulheres independentemente da classe a qual a mesma pertencia. A partir disso, nota-se que a veemência em “Instituir rígidos códigos morais de conduta, visando definir claramente as barreiras simbólicas entre os espaços sociais da ‘jovem de família’ e da meretriz tornava-se preocupação crescente em vários setores da sociedade (RAGO, 1993, p. 33)”.

Considerando-se estes fatos, inicia-se a seletividade socioespacial com o propósito de discernir as mulheres e evitar o contato entre os dois “mundos”, isto é, de acordo com Rago (1993, p. 34) com essa postura “[...] a prostituição recebeu novos significados culturais e foi representada pelos médicos, higienistas, criminologistas, jornalistas, literatos e famílias de elite, como uma ameaça de corrupção para a juventude, especialmente para as jovens educadas a uma vida recatada no seio do lar”.

Neste sentido os médicos e os higienistas foram os que mais laboraram em prol dos discursos elitistas de segregação socioespacial. Portanto, uma mulher para ser vista perante a sociedade e principalmente perante seu marido com bons olhos a mesma não poderia agir com luxúria e erotismo, onde tal comportamento cabia apenas às mulheres de “vida fácil”, pois o corpo de uma senhora respeitada não poderia jamais ser profanado por tais “desejos pecaminosos”. Nota-se então que, uma mulher nesta época deveria se encaixar nos estereótipos pré-estabelecidos para que fosse considerada “de bem e direita” aos olhos da sociedade, isto é, deveriam aceitar que nasceram apenas para procriar, cuidar do lar, do marido e dos filhos. Pinheiro (2006), em sua tese demonstra-nos claramente como essas questões ocorriam ao ratificar que,

[...] as prostitutas e as mulheres consideradas mundanas, ou seja, aquelas que recusavam o matrimônio e a maternidade responsável, [...] resistiam a cumprir as tarefas sociais que lhes eram impostas para se entregarem, sem escrúpulos, aos prazeres do mundo, à vaidade do corpo e ao gozo do sexo. Naqueles tempos, a corrupção da moral feminina pela mulher perdida fazia-se, em primeiro lugar, pela exibição de seu comportamento sexualmente descontrolado. Ao manter relações sexuais por dinheiro e se entregar livremente à masturbação e à sodomia, práticas consideradas antinaturais, este gênero de mulher constituía-se em um manual vivo da forma imoral de ser mulher. Em segundo lugar, as prostitutas ou mulheres perdidas eram também acusadas de amarem o luxo e a ociosidade, de não exercerem nenhuma profissão útil, de serem imprevidentes consigo mesmas e desencaminharem, com o péssimo exemplo de seu comportamento, as filhas de família das classes trabalhadoras. Eram também acusadas de insultarem a virtude das meninas laboriosas e honestas que, atraídas pelo luxo, vaidade e ociosidade, lançavam-se

sem pensar no turbilhão da libertinagem, abandonando a tranquilidade do lar e dos bons costumes. (p.24-25)

Percebe-se que o fato de não concordar com os símbolos sociais pré-estabelecidos acarretava sérios problemas de convivência social nas sociedades e que as prostitutas eram vistas como ociosas pelo fato de ganharem a vida com um trabalho que não era edificante. Na tentativa de não permitir que as “moças” valorosas se desvirtuassem, foram criadas escolas que possuíam ensino exclusivo para mulheres, muitas delas geridas por ordens religiosas, tendo então como professores freiras e padres. O ensino era voltado para o aprendizado espiritual e para as funções de donas de casa, esposas e mãe perfeitas das sociedades majoritariamente patriarcais, pois conforme Habner (2013, p.57), explicita-nos a “educação pra mulheres de classe alta era centrada na preparação para seu ‘destino final’ de esposa e mãe”.

Durante muito tempo, e ainda hoje em algumas sociedades, a educação para as mulheres estava associada a preceitos de que as mulheres são as “rainhas” de seus lares, por isso Figueiredo (2012), ratifica-nos ainda que uma mulher para ser bem quista deveria estar preparada e possuir alguns atributos específicos que aprenderiam em casa ou nas escolas de freiras, por conseguinte “A boa educação de moral e bons costumes incluía preparar a mulher para ser esposa e mãe, deste modo, o ensino de piano e canto, fazia parte da grade curricular das escolas com o intuito de formar a mulher para a vida doméstica e social (p.102-103)”. Portanto, a sociedade como um todo foi adotando símbolos sociais para determinar o comportamento de cada membro inserido neste contexto.

2.2 A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL: DO “SURGIMENTO” AOS DIAS ATUAIS

Tem-se em mente que para analisar-se o “surgimento” da prostituição no Brasil, necessita-se observar a formação populacional brasileira e conseqüentemente o crescimento populacional decorrente desta formação. Nota-se que o Brasil, quando da efetivação da sua colonização, já começara a carregar consigo algumas das características peculiares aos grandes centros europeus. Os colonizadores, ditos desbravadores do “continente recém-descoberto”, eram em sua maioria quase absoluta homens. Para

suprirem sua lascívia e a de tantos outros que no Brasil desembarcaram durante o período colonial, exploravam sexualmente as índias.

De início essa exploração sexual ocorria de forma espontânea, considerando-se o fato de que os colonizadores aproveitavam-se da prática do cunhadismo¹¹ praticada pelos índios que aqui habitavam, com o intuito de se inserirem no cotidiano dos mesmos e ter acesso às especiarias que almejavam, também tornando a mão de obra local viável para dar cabo de suas obrigações para com a Coroa Portuguesa.

Contudo, quando esta prática deixou de ocorrer de forma “amigável”, Ribeiro (2006, p.73), afirma que “por fim, se teve que passar do cunhadismo às guerras de captura de escravos, quando a necessidade de mão de obra indígena se tornou grande demais”, para tanto, os índios como um todo eram aprisionados após serem capturados durante as Entradas e Bandeiras e/ou as Preações (séculos XVII e XVIII)¹².

Tobias & Silva (2012, p.3), reiteram esta afirmação quando explicitam que “No Brasil, o crime de lenocínio atravessou os mares e desembarcaram nessas terras junto com os portugueses. Eles trouxeram consigo o costume de explorar tudo e todos que estavam a sua volta. Algum tempo depois essa conduta começaria a figurar em nossa legislação”.

Com relação às legislações referentes aos crimes de lenocínio verificaremos mais adiante suas características de forma geral e as aplicações, a fim de compreendermos um pouco acerca das problemáticas que giram em torno da prostituição trazida juntamente com os colonos portugueses para o Brasil.

¹¹ A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o *cunhadismo*, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo.

Isso se alcançava graças ao sistema de parentesco classificatório dos índios, que se relaciona, uns com os outros, todos os membros de um povo. Assim é que, aceitando a moça, o estranho passava a ter nela sua *temericó* e, em todos os seus parentes da geração dos pais, outros tantos pais e sogros. O mesmo ocorria em sua própria geração, em que todos passavam a ser irmãos ou cunhados. Na geração inferior eram todos seus filhos ou genros. Nesse caso, esses termos de consanguinidade ou de afinidade passavam a classificar todo o grupo como pessoas transáveis ou incestuosas. [...] a documentação espanhola, mais rica nisso, revela, que em Assunção havia europeus com mais de oitenta *temericó*. A importância era enorme e decorria de que aquele adventício passava a contar com uma multidão de parentes, que podia pôr a seu serviço, seja para seu conforto pessoal, seja para a produção de mercadorias. (p.72) Cf. RIBEIRO (2006)

¹² O intuito das expedições portuguesas com pessoas nobres e seus trabalhadores, como também de homens infratores era o de tomar posse do território brasileiro a partir da sua povoação entre outros fatores, portanto, com o tempo além dos homens foram enviadas mulheres para que a povoação fosse realizada também entre os brancos e não apenas entre os brancos e os índios. Esta era uma preocupação da Igreja e com isso foram trazidas mulheres de classes mais inferiores para a realização da povoação, tais como: assassinas, prostitutas, ladras e órfãs Cf. RIBEIRO (2006).

No século XIX com a descoberta de ouro em várias partes do país, o Brasil começa a ser visto pelos profissionais do sexo como um lugar promissor para ganhos reais. Neste período já verifica-se as diferenças e classificações entre estes profissionais, isto é, eram nítidos os níveis dos mesmos. Cada um destes níveis atendia a uma camada social em específico, considerando-se o fato de que já existiam casas voltadas exclusivamente para a diversão masculina¹³.

Outra forma de prostituição que se pode verificar historicamente no Brasil durante o período colonial e no imperial, era a realizada pelos senhores de engenho e de cafezais, como também por seus capatazes que utilizavam-se muitas vezes da força bruta para “deitar-se” com as escravas (geralmente as negras traficadas), fato este em parte até “romantizado” pelos escritores, tendo em vista que muitas das escravas eram forçadas a tal ato, onde de acordo com Bassanezi (2013, p.188) eram “Casos de estupro, de defloramento de meninas e jovens, por parte de brasileiros ou mesmo estrangeiros, eram comuns nas fazendas de café, nos núcleos coloniais e mesmo nas cidades [...]”, outras até acreditavam que desta forma poderiam se livrar dos maus tratos dos capatazes durante o serviço nas plantações ou de suas senhoras nas tarefas domésticas ou nos terreiros das casas, haja vista que os negros eram tratados como mercadorias e objetos para seus ‘donos’. Pinheiro (2006) alega acerca destas questões que:

No Brasil, as práticas de prostituição vincularam-se, desde os tempos da Colônia, à exploração das escravas pelos senhores de engenho, os quais constantemente cediam jovens negras e mulatas para serem prostituídas. Naqueles tempos, jovens portuguesas que, geralmente, embarcavam para o Brasil com enganosas promessas de casamento, também eram obrigadas a se prostituírem. Por se tratar de uma prática que garantia lucro aos escravocratas, a prostituição não se constituiu em alvo de preocupação do Estado. (p. 26)

O *modus operandi* dos traficantes de pessoas durante os séculos XIX e XX não são muito diferentes dos utilizados ainda na atualidade. Os mesmos usavam de várias articulações para iludir as possíveis vítimas que eram: promessas de melhores condições de vida, ganhos acima daqueles que vislumbravam em sua cidade natal e até casamento com pessoas influentes, onde deste modo, suas vidas mudariam completamente. Alguns “[...] homens ligados ao tráfico de mulheres [para facilitar o golpe] percorriam aldeias

¹³ Primeiras casas de prostituição remetem-se ao século XVIII na cidade de São Paulo Cf. FONSECA (1982).

européias, iludindo as jovens e casando-se com elas apenas para facilitar o embarque de suas presas para o Brasil (BASSANEZI, 2013, p.187)”.

Todavia, outras já vinham cientes de que trabalhariam como prostitutas, mas não tinham ciência das condições que seriam impostas a elas. Acerca destas afirmações Bassanezi (2013, p.178), também coloca-nos que,

Mulheres imigrantes estão também entre as profissionais do sexo. Conhecidas como ‘francesas’ (verdadeiras ou falsas) e ‘polacas’ (de origem judaica provenientes do Leste Europeu), atuam no mundo da prostituição em terras brasileiras nas décadas finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Várias são as prostitutas experientes, outras nem tanto e muitas outras entram nesse ofício após serem enganadas por homens ligados ao tráfico internacional de mulheres. Iludidas por tais homens, mulheres jovens pobres veem na emigração, mesmo que clandestina, uma forma de encontrar um tipo de trabalho em que podem fazer alguma fortuna. Aqui chegando, são obrigadas a se prostituir para sobreviver.

Outra problemática que leva estes profissionais a ficarem à mercê dos traficantes na atualidade é o fato de terem adentrado no país, no caso o Brasil, de forma irregular, o que lhes acarretariam sérios problemas legais, podendo inclusive serem extraditados para os países de origem, onde suas famílias ficariam cientes das reais condições de trabalho.

No Brasil, a maioria das ‘francesas’ trabalha em bordéis, *rendez-vous*, em prostíbulos ‘modernizados’, atendendo principalmente a clientes da elite; as ‘polacas’, instalas em pensões ou prostíbulos mais simples, servem setores das camadas médias e baixas da população, além de marinheiros nas cidades portuárias. Em geral, levam uma vida muito difícil. Estão sujeitas a maus-tratos e vivem sob a ameaça dos ‘rufiões’, que detêm o poder sobre seus corpos em troca de não entregá-las à polícia, por serem clandestinas no país, por não pagarem as dívidas contraídas por ocasião da viagem ou pela hospedagem, ou outro ‘motivo’ qualquer. Algumas dessas profissionais, no entanto, chegam a trabalhar por conta própria e, umas poucas, com o tempo tornam-se proprietárias de prostíbulos. (p.178-179)

Com o passar do tempo, dependendo da forma de trabalho de muitas garotas, a influência que a profissional do sexo possui com o cafetão e/ou cafetina, bem como com seus clientes, e também, se a mesma conseguisse trabalhar sem intermediários¹⁴, com o

¹⁴ O fato de algumas profissionais do sexo dar preferência em trabalhar sem nenhum tipo de intermediário dá-se pelo fato de não terem a necessidade de dividir os lucros obtidos com ninguém, contudo de acordo com os relatos verificados através da pesquisa realizada elas ficam mais vulneráveis, considerando-se o

tempo poderia vir a se tornar cafetina, onde tomaria o comando de algum bordel, pensão ou zona, lucrando com os serviços prestados por outras garotas, deixando então o papel de vítima e tornando-se a algoz de outras meninas/mulheres, que assim como ela, foram enganadas e deixadas à própria sorte para sobreviver mediante as circunstâncias estabelecidas por aqueles que detêm o poder, mesmo que provisório, de seus corpos.

Além das questões supracitadas, as mulheres que eram escravas nas fazendas e engenhos sofriam também com maus-tratos advindos das senhoras da Casa-Grande, considerando-se o fato de que elas não podiam se desfazer da escrava, pois era um bem valioso tanto quanto as terras e os insumos tirados da mesma. As escravas sofriam os mais diversos tipos de mutilações por parte de suas senhoras quando as mesmas descobriam que uma escrava estava se “deitando” com seus senhores.

Isto posto, percebe-se que o crescimento desenfreado das meretrizes era algo já sem uma solução efetiva em outros países, e aqui no Brasil não foi diferente. Assim como nas cidades europeias, as reformas urbanas¹⁵ ocorridas em parte das cidades brasileiras estavam envoltas de uma tentativa de “regulamentação” da prostituição que se tornara um fenômeno insalubre para as cidades que queriam gozar dos ares de modernidade¹⁶ advindos simbolicamente da Europa, e muito “Embora tenham ocorrido, ainda no século XIX, acirrados debates entre os chamados “abolicionistas” e “regulamentistas”, são poucas as experiências de controle desta profissão, cujas raras tentativas de regulamentação ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro (PINHEIRO 2006, p.4)”.

Entre os séculos XIX e XX, a polícia e os governantes, a partir do embasamento advindo dos médicos e sanitaristas, tentaram realizar uma limpeza social com relação à

fato de não possuírem nenhum interventor que as defendam dos problemas advindos da profissão. Nota-se também que para esta profissão não é estipulado nenhum tipo de proteção por parte dos governantes em nenhuma das esferas de poder administrativo. Por isso, o fato de não possuir um cafetão apresenta benefícios e malefícios. Sobre este fato Cabral, Ornat & Silva (2013, p.155), refletem acerca da “[...] 'vulnerabilidade/medo' aparece no sentido de ter a consciência de sua exposição ao risco de morte no território da prostituição [...]”.

¹⁵ No terceiro capítulo da pesquisa abordaremos com mais detalhes a importância das reformas urbanas ocorridas em parte das cidades brasileiras, como também as causas e os efeitos da mesma em virtude do impacto paisagístico em decorrência destas reformas.

¹⁶ A Modernidade foi um projeto racional dos iluministas, que se pautava no lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Uma experiência que teve como marca a contradição que se operava entre a produção e a reprodução da sociedade racional. Ela ainda se divide em dois aspectos, modernização e modernismo. O primeiro se caracteriza como um processo empreendedor que transforma a sociedade por meio das inovações técnicas. Já o segundo, é dado a ver por meio das vanguardas pensantes da sociedade, que observa e critica este projeto racional e suas contradições. Cf. BERMAN, 1999.

prostituição, que na época era exercida majoritariamente por mulheres. Contudo, não podemos descartar a prostituição masculina que já ocorria neste período, porém sem a mesma visibilidade que a feminina, considerando o fato de ser considerada pela sociedade ainda mais promíscua a própria prostituição feminina. Para tanto, os mesmos utilizavam-se de acordo com Pasini (2000, p.5), de argumentações de “que era preciso acabar com a prostituição feminina, pois ela seria uma doença que não se restringia ao corpo da mulher, mas se estenderia a uma dimensão moral e social das pessoas”.

Para tanto, durante a primeira metade do século XX, tornou-se necessário aos olhos dos governantes e letrados que providências fossem tomadas acerca da problemática, mais precisamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, de acordo com relatos de Pinheiro (2006). Contudo, estas intervenções também não surtiram muito efeito, haja vista que as cidades em questão possuem diversas referências acerca das questões relacionadas à prostituição ainda nos dias atuais. Nota-se a partir do exposto a adaptação que estes profissionais possuem diante das intervenções sejam elas impostas pela sociedade, pelas novas configurações urbanas ou até mesmo por grupos semelhantemente marginalizados como eles.

[...] ao longo de toda a história da evolução das cidades, as prostitutas estiveram presentes e mostraram grande capacidade de adaptação. Impressiona a aptidão dessas mulheres na organização de sua atividade e em sua reorganização, necessária quando ocorrem alterações naturais (próprias do desenvolvimento das cidades) ou intervenções forçadas (provocadas por atores que detêm poder nas cidades). (DIAS, 2002, p. 26)

Portanto, estes profissionais expressam desta forma o poder que exercem na reformulação territorial das áreas que ocupam, independentemente do fenômeno que venha afetar estes territórios em específico. No tocante ao contexto internacional, no quesito prostituição (seja ela infantil, feminina ou masculina) o Brasil tem obtido, há certo tempo, determinado destaque, pois nota-se que a prostituição no país já se tornou um empreendimento lucrativo para muitos, visto que a mesma já virou um tipo de “atração turística”. Muitos são os turistas que vem para o Brasil em busca de conhecer o país e aproveitar este tipo de entretenimento disponível nas cidades brasileiras como um todo, isto é, considerando-se o fato do “Brasil [ser] conhecido mundialmente por ser o país do futebol, do carnaval e do sexo, o que por sua vez acaba por criar todo um mercado em torno da referida imagem (PARENTE, 2014, p.14)”.

A indústria do sexo brasileiro possui fortes conexões e utiliza-se dos artifícios tecnológicos para a divulgação em massa dos serviços prestados por estas redes, logo, não é difícil o acesso a este tipo de informação como também há facilidade em contratar tais serviços. As mulheres que trabalham nestas “redes” são escolhidas a dedo, isto é, as mesmas não trabalham nas ruas ou em boates, pois seus serviços são mais exclusivos e voltados apenas para os clientes internacionais. Parente (2014), ainda explicita que

O turismo sexual é mantido por uma rede articulada que oferece pacotes completos de viagem para aqueles que desejam desfrutar além das belezas da cidade [...], ter incluído além da estadia, do transporte necessário para circulação, a disponibilização prévia de mulheres para prestação de serviços sexuais. As mulheres incluídas nesse tipo de pacote turístico, geralmente, não são as mesmas que trabalham nas ruas, pois, são selecionadas e se dedicam a atender quase que exclusivamente aos turistas. Muitas vezes, a divulgação desse serviço é feita na internet ou em empresas de turismo, através de catálogos. (PARENTE, 2014, p.15)

Contudo, Dias (2002, p. 17), alerta-nos outra questão relevante: em algumas regiões do país existem problemáticas associadas à prostituição e ao tráfico de pessoas mais enfáticas do que em outras, a exemplo disso, pode-se citar que “No tocante ao Nordeste brasileiro, a preocupação é com o tráfico de mulheres e com a prostituição infantil para atendimento de turistas estrangeiros, como se observa em discussões sempre presentes em jornais e revistas de grande circulação no país”. Acerca desta problemática envolvendo a prostituição e principalmente a prostituição infantil no Nordeste brasileiro Rago (1993) comenta que,

[...] práticas de comercialização sexual do corpo das jovens, muitas vezes prostituídas ou abandonadas pelas próprias famílias, denunciando para todo o país a degradante condição de escravidão de meninas, em bordéis espalhados pelo interior do Norte e do Nordeste. Suas investigações revelam ainda a existência de redes que comandam o tráfico de adolescentes, enviadas muitas vezes, à sua revelia para o submundo da prostituição. (p. 32)

Desse modo, verifica-se que apesar da prostituição ser um fenômeno que afeta o Brasil de forma homogênea existem algumas regiões do país, conforme verificado acima, que a problemática acompanha agravantes potencializados. Há casos em que as próprias famílias vendem as filhas em troca de uma quantia ínfima e as meninas são levadas para vários destinos, sendo as regiões com maior incidência destes fatos o Norte e o Nordeste do país.

A prostituição, por se tratar de um fenômeno urbano, já abrange diversas áreas da cidade, e não há como determinar ou estereotipar estes profissionais dependendo de sua forma de atuação, a exemplo disto, pode-se citar as prostitutas que trabalham através de formas distintas das que se exibem nas ruas (*trottoir*¹⁷), à disposição para a escolha dos clientes. Em virtude de vivermos na era do meio “técnico-científico-informacional” há uma gama de formas de disseminação da prostituição, pois são utilizados vários destes meios “modernos” para que o serviço da prostituição seja vendido cada vez mais, tais como: salas de bate-papo, anúncios de jornais e catálogos. Pode-se citar acerca disso, como exemplo os profissionais que trabalham através de anúncios de jornais, books¹⁸, cartões de visita, etc.

Os agenciadores (cafetões, bucker's¹⁹), são responsáveis pela segurança e pelo “agendamento” dos clientes, para tanto, cobram uma porcentagem dos lucros dos programas, que geralmente podem variar em média 10% (dez por cento), dos ganhos realizados pelos profissionais do sexo.

Há também casos que se diferem ao citado anteriormente. De acordo com algumas reportagens e até caracterizações realizadas a partir de relatos de usuários deste tipo de estabelecimento, donos de bares disponibilizam quartos em seus estabelecimentos para que as garotas que ali possuem uma “relação de trabalho” possam ocupar estes quartos com seus clientes, pagando uma quantia pré-estabelecida pela utilização dos mesmos.

Não há como determinar ou estabelecer que a prostituição esteja baseada apenas na troca do serviço pelo dinheiro, pois algumas vezes as trocas podem variar de acordo com as necessidades e/ou a partir do que foi acordado entre o profissional do sexo e o cliente. Há relatos que as prostitutas de “baixo nível”, dependendo de suas necessidades, realizam o programa muitas vezes por uma quantia irrisória, por alimentação e até favores. Algumas garotas de programa, envolvidas com o mundo das drogas e/ou

¹⁷ *Trottoir* é uma palavra que vem do francês, e que possui o significado de “calçada”. Este termo originou-se na França, mais precisamente em Paris, sendo usado para denominar as prostitutas que exerciam sua profissão nas ruas da cidade. As mesmas permaneciam nas ruas por serem espaços abertos, sendo esta uma forma mais “autônoma” de atuarem no exercício da prostituição sem que necessitassem de intermediários, isto é, o *trottoir* garante uma maior liberdade. Para tanto, as prostitutas ficam nas calçadas com pouquíssima roupas e com casacos longo por cima, à espera dos clientes, onde as mesmas parecem mais vitrines com suas mercadorias expostas. Cf. SOUZA (2000).

¹⁸ Os books são catálogos onde há uma diversidade de fotos de várias garotas, como em um ensaio fotográfico, para que os clientes possam escolher a partir das características que mais lhe agradem.

¹⁹ Nome dado aos agenciadores que coordenam apenas profissionais do sexo de luxo.

viciadas se arriscam realizando serviços para o tráfico, de modo a sustentar o vício muitas vezes adquirido ao adentrarem no mundo da prostituição.

A partir dos fatos relatados gostaríamos de ratificar que não é uma regra a questão da prostituição estar associada ao tráfico de drogas, contudo essas duas territorialidades possuem certa correlação e por este fator, alguns profissionais do sexo acabam introduzindo-se no mundo das drogas. Todavia, esta correlação não foi objeto de investigação desta pesquisa.

Por ser um grupo totalmente marginalizado “A prostituição, assim, é considerada uma conduta marginal, próxima a outras práticas transgressoras como o tráfico, o uso de drogas, os furtos e os roubos. (PINHEIRO, 2006, p. 23)”. Por isso é um grupo constantemente julgado pela sociedade, e com isso verifica-se dificuldade com relação ao contato direto com estes profissionais, tendo em vista que os mesmos em alguns casos procuram o anonimato para não serem reconhecidos por pessoas próximas, pois alguns escondem da família e amigos o trabalho que exercem e levam basicamente uma “vida dupla”. Este seria o caso principalmente dos profissionais do sexo do “alto nível”, que para adentrar na indústria do sexo prefere viver em cidades de médio porte para cima para que possam ter mais oportunidades e também maior facilidade de manter uma “vida dupla”, socialmente falando.

Ao longo dos anos, são realizadas inúmeras denúncias de uma gama de tipos de prostituição, sem contar a questão do tráfico internacional de pessoas para países diversos visando este fim. A partir deste fato, realizamos uma busca de reportagens que tratam acerca da temática da prostituição no tocante à questão do Brasil, para analisarmos como a mesma ocorre nas diferentes localidades e quais os pontos de interseção entre as mesmas, pois quando (re)pensada de forma mais genérica, podemos avaliar a existência de uma rede que possui uma configuração semelhante, independentemente da localidade onde está inserida.

Durante a Copa do Mundo de 2014, onde o Brasil teve a oportunidade de ser a sede desse “evento” de grande magnitude, verificou-se, sendo divulgado em diversos veículos de informação, a onda de crescimento neste setor. Percebeu-se na ocasião a oportunidade de maior rentabilidade, tendo em vista a circulação de estrangeiros devido ao evento. Algumas cidades obtiveram destaque, a exemplo disto, pode-se citar Fortaleza/CE, que por ser uma cidade de grande atrativo turístico sediou alguns jogos da

Copa do Mundo e já sendo uma cidade onde o contexto da prostituição encontrava-se inserido comumente, com a repercussão do evento, a problemática se alavancou. Matos & Ribeiro (1995) denominam a associação do turismo e prostituição como “pornoturismo”.

Em alguns casos, podemos verificar que nesses profissionais a esperança de mudar de vida, isto quando relacionado à prostituição de “baixo nível”, onde os profissionais do sexo estão à mercê de todas as periculosidades que esta profissão traz consigo. Nota-se que não há nenhum órgão para a proteção destes, sendo este o motivo para que se submetam a trabalhar para algum cafetão²⁰, no caso das mulheres, haja vista que o mesmo irá protegê-las caso ocorra algo fora do esperado, isto é, venha ocorrer algum tipo de agressão entre outras coisas.

Com o exposto, observa-se que no Brasil a prostituição se prolifera a passos largos. Seja em uma grande cidade como São Paulo e Rio de Janeiro ou em uma cidade de médio porte como Campina Grande, a prostituição é algo que está presente na sociedade e não há como negá-la na realidade cotidiana da sociedade atual.

2.3 LEGALIDADE: O LENOCÍNIO²¹

Nosso trabalho não tem pretensão de diagnosticar ou entrar no mérito relacionado a problemas que envolvam profundamente as questões jurídicas, a exemplo disto pode-se citar as problemáticas pertinentes à prostituição infantil, pois estaríamos entrando em uma área do conhecimento que não condiz com nossa formação, tendo em vista que também não temos conhecimento especializado e nem autorização para trabalharmos uma questão tão delicada em todos os sentidos. Contudo, faremos uma breve análise acerca das leis relacionadas à pesquisa como também sua aplicabilidade na atualidade.

Posto isto, observa-se que para a existência do crime de lenocínio é necessário que existam algumas peculiaridades, englobando de forma básica três indivíduos: quem promove a prostituição (agenciador), quem sacia a lascívia de outrem (o profissional do

²⁰ São diversas as denominações para aqueles que “agenciam” os profissionais do sexo ao longo dos tempos dentre eles teremos: rufião, proxeneta, cafetão, gigolô, bigodetes, agenciador entre tantos outros.

²¹ Lenocínio origina-se do latim *lenocinium*, que significa o tráfico de escravas para a prostituição. Cf. MIRABETE *apud* TOBIAS & SILVA (2012, p.4)

sexo) e quem é saciado através do crime, estando ciente da situação ou não (“o cliente”).

O Brasil após sua colonização demorou a estabelecer leis próprias para o território, isto é, que se fizessem leis pautadas na realidade do mesmo, considerando-se o fato do país ter sido regido durante o período mencionado pelas leis advindas de Portugal até então. Logo, o Código Penal (CP) que era regido no Brasil no ano de 1830 não trazia consigo leis diretamente relacionadas à prostituição, pois de acordo com ABIA (2013, p.12), o mesmo “[...] fazia alusão a prostituição numa clave moral, para diferenciar as mulheres honestas e prostitutas na tipificação do crime de estupro (definido como cópula vaginal).” Desse modo é nítida a associação da prostituição à desordem, à falta de moral e conduta das mulheres associadas à prostituição em conformidade com os quesitos explícitos no CP, uma vez que era perceptível tais atribuições já que

Associada à vadiagem, mendicância e alcoolismo, a prostituição é situada, nos textos legais que vigoraram durante o período imperial, no âmbito da desordem moral e social. O Código Criminal de 1830 não traz referencias explicitas à prostituição, embora já possamos constatar aí a diferenciação, em termos legais, entre mulher honesta a prostituta. (ENGEL, 2004, p.30)

Algumas décadas após a implementação da Constituição de 1824 no Brasil, os juristas acreditavam na necessidade da realização e idealização de algo mais direcionado juridicamente à prostituição, considerando-se o fato de que até o ano de 1890, mais precisamente, não haviam leis claras com relação ao proibicionismo ou não da prostituição no país.

Posto isso, no dia 11 de outubro de 1890²² foram decretados dois artigos constitucionais que tratavam sobre as questões atreladas ao lenocínio onde,

[...] o lenocínio, que até então não havia sido objeto da legislação, passa a ser considerado crime, incidindo sobre os acusados penalizações pesadas, entre as quais a prisão e a multa. Mas a repressão à prostituição em si permanece sem critérios definidos. As prostitutas tanto poderiam ser enquadradas no Art.282, segundo o qual era considerado ‘ultraje público ao pudor’. (ENGEL, 2004, p.31)

²² Cf. ENGEL (2004, p.31).

E, novamente como a própria autora ratifica em seu discurso, à prostituição não torna-se clara e efetivamente um crime, apenas criminaliza as pessoas que colaboram, tiram proveito ou lucram com a mesma, sendo dessa forma acusados dentro das formas da lei do crime de lenocínio. Obviamente que esta implementação constitucional dificultou de certo modo à vida das prostitutas, pois a partir deste fato supracitado, as casas de prostituição, sejam elas bares, cabarets, zonas entre outros, bem como as cafetinas e/ou os cafetões passaram a ser diretamente implicados.

A julgar pelo fato de alguns países europeus já terem vivenciado tal feito e outros estarem vivenciando o processo de higienização e sanitarista de relevante expressão, como veremos nos capítulos posteriores, as elites e os governantes brasileiros viram-se compelidos a aderirem ao processo de higienização no molde francês para que pudéssemos aos olhos dessa elite descontente, vislumbrar o progresso almejado.

Até o ano de 1915 não havia no Brasil nenhuma lei de criminalização diretamente relacionada à prostituição, apenas aquelas formuladas em séculos passados, e mesmo com a criminalização e especificações do crime de lenocínio, as casas de tolerância, os bordéis, as pensões ou os *rendez-vous*²³ continuavam funcionando em pleno vapor desde que as profissionais do sexo não infringissem as leis referentes de práticas de bons costumes. Isto é, de acordo com Engel (2004, p.32), legalmente “[...] a prática da prostituição não seria objeto de repressão, a não ser nos casos em que ameaçasse a tranquilidade e a moral públicas, podendo, assim, ser identificada à desordem”.

Contudo, em 1915 de acordo com Béze & Câmara (2014, p. 165), foi criada a “lei 2.992 de setembro de 1915 – Lei Melo Franco²⁴”, que caracterizava como crime a existência de casas de prostituição, desta forma o CPB estava logrando sua primeira alteração com relação às questões relacionadas ao lenocínio desde sua criação, na primeira metade do século XIX durante o Império.

O CPB que foi alterado significativamente pela última vez em 1940 e até o atual momento o mesmo não passou por nenhum tipo de adaptação relevante com/e a partir

²³ A palavra *rendez-vous* aqui no Brasil está associada de acordo com Medeiros *apud* Andrade & Teixeira (2004), com as casas mais requintadas da zona de meretrício das cidades, pois “[...] o *rendez-vous*, [eram] ‘casas discretas e requintadas que tinham ambientes para dançar, beber, quartos para o serviço sexual, ambiente para conversas íntimas’ [...]” (p. 146)

²⁴ É um decreto que modifica os artigos 226, 277e 278 do Código Penal Brasileiro. Cf. www2.camara.leg.br.

da realidade vivenciada no século XXI. O CPB especifica que pessoas com idade igual ou superior a 18 anos e capazes mentalmente ao se prostituírem não se configura como crime, contudo o fato de haver qualquer tipo de indução ou colaboração para tal caracteriza-se como crime de lenocínio.

No ano de 2009 foram realizadas emendas constitucionais no CPB (Lei 12.015/2009) relacionadas aos crimes sexuais contra os indivíduos classificados legalmente como vulneráveis, isto é, não apenas crianças e adolescentes menores de dezoito anos, mas toda e qualquer pessoa que seja julgada incapaz de se defender. Mirabete *apud* Tobias & Silva (2012), adverte-nos quanto a esta emenda e sua suscetível interpretação a fazer a seguinte afirmativa:

Considera-se vulnerável a pessoa que ‘por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência’ (art. 217, § 1º, 2ª parte). Não se refere a lei nesse ponto, ao menor de 18 anos ou à pessoa portadora de enfermidade ou doença mental, mas a qualquer pessoa que se encontre na situação de não poder oferecer resistência à conduta do agente. Não foi feliz o legislador na redação da norma, valendo-se de formula que certamente propiciará diferentes interpretações na aplicação de diversos dispositivos legais. (p.6)

Conclui-se a partir do exposto, que todo e qualquer indivíduo que se encontre em situação de risco, seja por coação, cárcere privado, fraude, abuso de autoridade, engano, ou seja, independentemente do tipo de violência ou qualquer outro ato que leve ao indivíduo a uma situação debilitável incorrerá no crime sexual contra vulnerável e a pena/reclusão será decretada de acordo com os tipos de lesões ocorridas mediante o ato. Considera-se, portanto, o fato de por vezes o crime de lascívia estar associado aos riscos supracitados, que faz com que o indivíduo vulnerável fique totalmente a mercê daqueles que exercem o poder sobre ele.

Apesar de todo o exposto, como a própria autora relata-nos em seu discurso, a redação do artigo 217 deixa muito a desejar, basta ver que a mesma não é tão esclarecedora e o mais grave é a ocorrência de deixar lacunas para que possibilite a existência de interpretações diversas acerca da efetivação legal da lei aqui abordada.

Nota-se a partir das leituras acerca da temática que as vertentes trabalhadas pelas áreas jurídicas variam entre as vertentes do proibicionismo, regulamentação e abolição.

De acordo com dados emitidos através de pesquisas realizadas pela Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (PESTRAF), foram diagnosticados alguns perfis dos aliciadores e/ou traficantes de pessoas onde: em grande parte são homens com idade média entre 20 e 56 anos de idade, já as mulheres que trabalham nesta área possuem entre 20 e 35 anos. (MARQUES, 2014)

No tocante às questões internacionais e políticas relacionadas à prostituição há leis internacionais que verberam acerca das questões de tráfico de pessoas, contudo não questiona-se claramente fatores acerca da regularização (abolicionismo) ou criminalização da prostituição, mas o fato da existência do tráfico de pessoas para distintos tipos de “trabalhos”, contudo a exploração sexual é a que lidera ao ranking deste crime em específico. A partir de uma gama de intermediações que duraram em torno de dois anos, que finalmente em 2000, entre um grupo de 80 países, foi criado o Protocolo de Palermo - “*Protocolo Opcional da Convenção da ONU sobre Crimes Transnacionais para Erradicar, Prevenir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente, mulheres e crianças.*”²⁵ - que tem por objetivo em suas entrelinhas a criminalização apenas daqueles que agem através de coação, cárcere privado, engano, fraude, abuso de autoridade, rapto e violência, para obrigar que pessoas realizem um trabalho em caráter de escravidão, isto é, a exploração em múltiplas formas. Portanto,

[...] texto final do Protocolo de Palermo adotou uma premissa clara de que o uso da força, coerção ou fraude é um elemento essencial de definição de tráfico. No entanto, o texto também reafirma que o consentimento da vítima não terá valor sempre que haja evidência de coerção, o que deixa margens a interpretações contraditórias, ou menos condicionadas a visão dos agentes legais envolvidos. (ABIA, 2013, p.19)

Sendo assim, havendo provas da efetivação de qualquer tipo de exploração, será considerado na forma da lei como tráfico de pessoas. Constata-se ante o exposto que o protocolo deixa muitas lacunas em seu texto, pois o mesmo abre precedente para que haja uma série de interpretações acerca de suas especificações. Os termos acordados no Protocolo de Palermo também fazem menção às questões relacionadas às problemáticas que envolvem tanto a criminalização da prostituição como também sua regularização

²⁵ Ver documento em sua íntegra: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/OIT-Protocolo-de-Palermo.pdf>. Cf. ABIA (2013).

por parte dos países que achem por bem e necessário realizarem esta mudança em suas leis trabalhistas, formalizando assim a prostituição enquanto uma ocupação laboral efetiva, pois

[...] o texto deixa os estados livres para reconhecer o trabalho sexual como atividade laboral e regulá-lo em conformidade com suas normas trabalhistas. Finalmente, embora o Protocolo faça uma distinção implícita entre migração ‘coagida’ e ‘não-coagida’, para fins de exploração sexual, oferece poucos elementos em termos de proteção dos direitos humanos das vítimas de tráfico e nenhuma proteção para as e os trabalhadores sexuais que migram sem ser coagidas/os. (p.19)

A partir disso, observa-se a existência de alguns países onde há a regulamentação da indústria do sexo, isto é, descriminalização. Estas leis são formuladas de modo a conceber segurança e estipular normas para a realização da profissão, como o fato de vetar a prostituição de crianças e adolescentes, evitando assim problemas tais como a exploração sexual que é algo bem corriqueiro quando se fala nesta função. Pode-se citar como exemplo a Nova Zelândia, onde a partir dos problemas enfrentados pelos profissionais do sexo, viu-se a necessidade da instalação de leis de proteção a estes profissionais. A lei intitula-se de *Prostitution Reform Act 2003 (PRA)*²⁶ onde, de acordo com ABIA (2013, p.31) “O objetivo do PRA é descriminalizar a prostituição e proteger os direitos humanos das profissionais do sexo e contribuir para protegê-las da exploração.[...] A lei proíbe a prostituição de menores de 18 anos.” Acredita-se que com a descriminalização do trabalho sexual, abre-se ensejo para a realização de combate e prevenção efetiva da exploração sexual.

Ainda sobre a descriminalização da prostituição a ABIA (2013), cita-nos alguns países que estão em busca de solucionar as questões pertinentes a esta profissão já que, por exemplo, o Protocolo de Palermo, deixa livre toda e qualquer ação que os países desejem tomar, respeitando apenas as leis referente à exploração sexual, tráfico de pessoas entre outros aspectos legais do acordo.

Importa sublinhar que, nos anos 2000, o trabalho sexual foi descriminalizado e regulado na Holanda (2000), na Alemanha (2002) e na Nova Zelândia (2003). Em 2010, uma decisão da Corte Suprema do Canadá considerou a criminalização dos bordéis e da prestação de serviços sexuais inconstitucional e, desde 2009, a Corte Suprema de

²⁶ Cf. ABIA (2013)

Taiwan examina uma ação de mesmo teor em relação à lei de 1991, que criminalizou a prostituição. (ABIA, 2013, p.30 e 31)

Já no tocante a alguns países que decidiram adotar medidas consideradas mais extremas no combate à prostituição, constituiu-se a profissão como crime em seus diversos âmbitos, isto é, criminalizam os três indivíduos que, geralmente, estão envolvidos na prostituição: o profissional do sexo, o intermediador da relação profissional/cliente, e o cliente, com isso todos são penalizados. Outros países adotam a postura de criminalizar apenas o intermediador e o cliente, considerando-se o fato de que os profissionais do sexo continuam a “disponibilizar” o serviço em questão, pois ainda há quem os procure para a saciedade da lascívia, isto é, a prática da lei de oferta e procura. Portanto, acreditam que penalizando quem utiliza o comércio sexual eliminaria tal comércio, pois não haveria clientes para tal. Sobre estas afirmações ABIA (2013), reitera que,

[...] nos dias atuais, 116 países criminalizam, em algum aspecto, o trabalho sexual. Em um número expressivo de países, como nos Estados Unidos (todos os estados, exceto Nevada), em Cuba, China, Irã, Vietnã e África do Sul, o trabalho sexual está completamente proibido e as pessoas que vendem serviços sexuais são criminalizadas. Alguns estados da Europa Ocidental, América Latina e Canadá penalizam apenas as atividades relacionadas, como a manutenção de bordéis, o transporte de profissionais do sexo com fins de prostituição e a exploração dos serviços sexuais prestados por outras pessoas. Em alguns casos, a prostituição de rua também é penalizada. Suécia e Noruega indiciam os/as clientes de profissionais do sexo, mas não as/os próprias/os trabalhadoras/es. E, com menor frequência, o trabalho sexual é legal e regulado como trabalho. (p.30)

Logo, a maior parte dos países possuem leis que regem a criminalização da prostituição de alguma forma. No tocante as leis brasileiras as mesmas são muito limitadas e deixam algumas questões a desejar, uma delas refere-se à inconsistência acerca do silêncio quando fala-se em regulamentar a prostituição, considerando o fato da mesma ser oficialmente uma profissão e constar na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), isto é, foi regulamentada como profissão, portanto, lícita.²⁷ Contudo,

²⁷ Ocupação 5198 – 05 – Profissionais do sexo. Os títulos listados incluem, “Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo” e a Descrição Sumária, “Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão.” A inclusão da atividade na CBO é considerada como o primeiro passo rumo à regulamentação da profissão, porém é importante destacar que não houve, durante esses anos,

analisa-se diante de todas essas informações explicitadas a dialética que envolve tudo aquilo conectado à prostituição.

[...] foi uma mobilização em 2002 para inclusão da prostituição na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com a principal finalidade de ‘unificar as classificações utilizadas no território nacional, dentre elas, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)’. Esta mudança resultou de um convênio firmado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas - ONU, por intermédio da Organização Internacional do Trabalho – OIT, e coube ao Ministério do Trabalho e Emprego a elaboração e atualização da CBO em termos do ‘reconhecimento no sentido classificatório da existência de determinada ocupação e não da sua regulamentação’. (ABIA, 2013, p.57)

Observa-se que, apesar de não haver uma criminalização da prostituição, também não há uma regulamentação propriamente dita e por este fato alguns profissionais do sexo preferem estar associados à cafetões e cafetinas para que assim possam sentir-se minimamente seguros mediante a violência presente neste mundo marginalizado em todos os âmbitos.

Por outro lado, existe a flexibilidade legal quando se assegura a liberdade dos indivíduos, acerca disso Tobias & Silva (2012, p.5) afirmam que “[...] é assegurado a todo ser humano a liberdade para praticar os atos que julgar necessários a sua sobrevivência independentemente de qualquer circunstância, desde que esses atos não sejam ilícitos”. Conclui-se com isso que como a prostituição não consta no CPB como um crime, portanto, a mesma não é um ato ilícito aos olhos da lei.

Outra problemática relacionada a não regulamentação da prostituição é a atual conjuntura vivenciada por estes profissionais no que tange aos direitos trabalhistas. Depois de anos de trabalho, contribuindo para o crescimento patrimonial dos seus agenciadores, os profissionais do sexo são descartados quando já não possuem a juventude de outrora e pelo fato de não possuírem um registro empregatício, saem de circulação sem receber nada pelos anos de dedicação e exclusividade. Por este fato as autoras Jayme; Chacham & Morais (2013, p.156) ratificam que “A lei acaba por

nenhuma articulação política do MTE com outros ministérios ou com o legislativo para continuidade deste debate. Cf. ABIA (2013, p.53)

impedir que a mulher estabeleça um vínculo empregatício com o dono do bordel/hotel e exija seus direitos trabalhistas”.

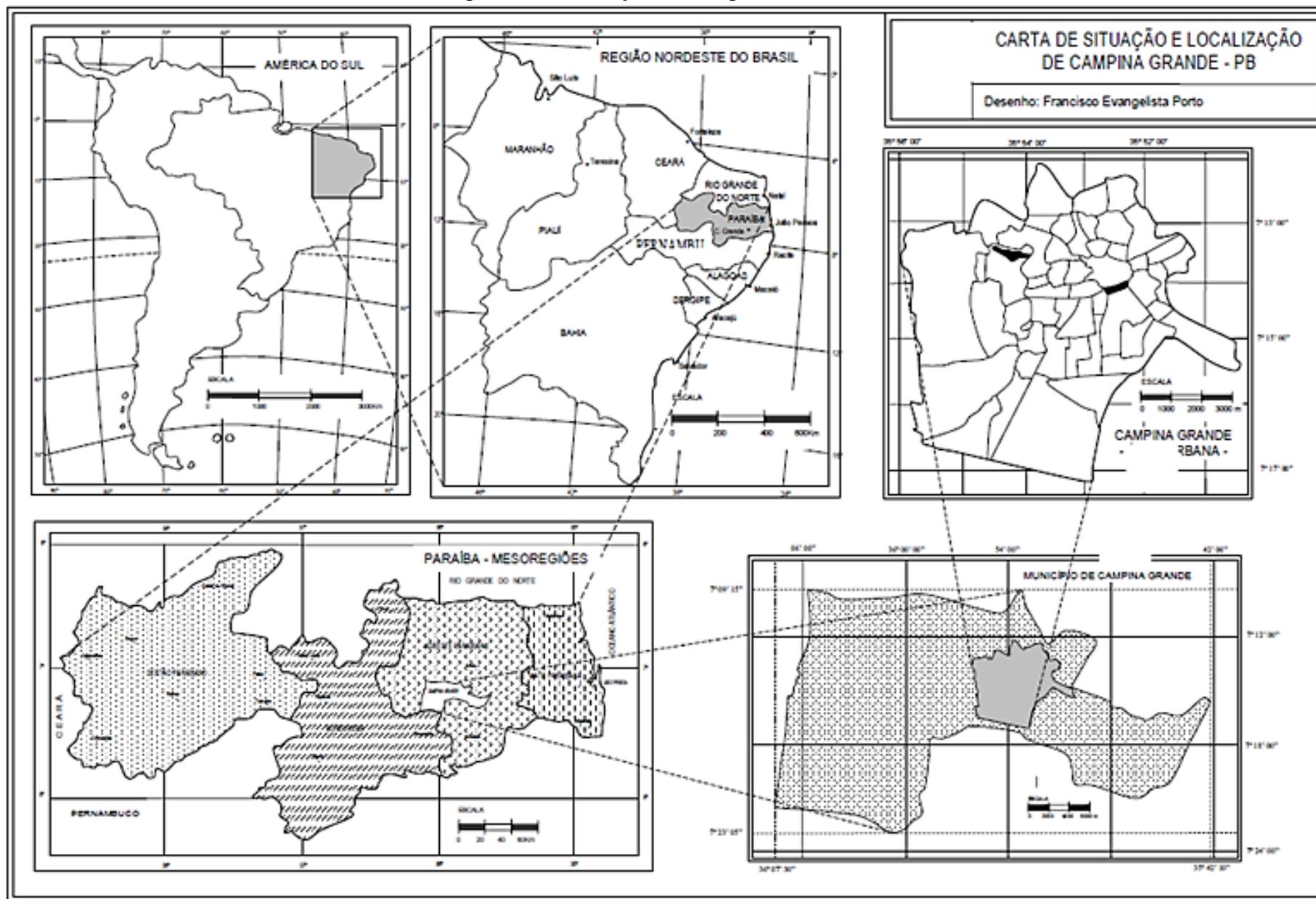
3 TERRITÓRIOS MARGINAIS: CARTOGRAFIA DA PROSTITUIÇÃO EM CAMPINA GRANDE

Neste capítulo daremos ênfase à prostituição na cidade de Campina Grande, ao realizarmos um mapeamento espacial da prostituição ao longo do século passado, dando destaque para períodos específicos em que ocorreram fatos precisos que nos levarão ao atual cenário das territorialidades da prostituição na cidade em questão e que serão abordados detalhadamente no quarto capítulo desta pesquisa. Abordaremos inicialmente a prostituição feminina, entre as décadas de 1920 e 1930, pois não há relatos acerca da prostituição masculina durante o período, podendo-se observar toda uma transitoriedade espacial destas profissionais. Posteriormente, daremos ênfase no período de 1940 a 1950, no qual são observadas novas modificações espaciais nestes territórios notórios da área central da cidade de Campina Grande. E por fim, abordaremos a prostituição feminina de 1950 até os dias atuais e a emergência de outros atores que se estendem através do espaço, criando seus enclaves territoriais ao longo da área central da cidade. Estes atores são especificamente os michês (que também são denominados muitas vezes de garotos de programa) e os travestis.

Para darmos início ao cerne da pesquisa, vê-se a necessidade de explanarmos um pouco acerca da história referente ao surgimento de Campina Grande enquanto cidade desde os tempos coloniais, para que se tenha uma noção sobre a organização espacial que a mesma obteve ao longo dos séculos, de forma a compreendê-la na atualidade, isto é, para que possamos perceber o quão importante é a conjuntura espacial da cidade e seus reflexos, que nos remetem a um passado nem tão longínquo.

Campina Grande é um município que situado no Agreste Paraibano e possui notável importância socioespacial para o estado. (Mapa 01) A cidade originou-se como aldeia e seu rápido povoamento ocorreu por possuir “sua posição geográfica privilegiada de entroncamento de cinco importantes estradas [...] (PORTO, 2007, p.59)”. Neste período de formação territorial, sua importância geográfica estava associada ao fato da cidade localizar-se no entremeio da Zona da Mata (litoral) e do Sertão Paraibano, tendo em vista que o território que hoje compreende o estado da Paraíba, em sua grande maioria, ainda passava pelo processo de desbravamento. Campina Grande passou a servir então como local de descanso/dormitório para quem realizava este longo percurso entre o Litoral e o Sertão do estado.

Mapa 01 – Localização de Campina Grande – PB



Fonte: PORTO, Francisco Evangelista (2007)

Epaminondas Câmara (1947) propõe-nos que, conseqüentemente, Campina Grande logo foi elevada a categoria de vila em 1790, haja vista as peculiaridades supracitadas. Sua elevação à cidade ocorreu em 1864, o que para o período em questão, considera-se uma rápida ascensão de um núcleo recentemente fundado. Acerca destes fatos, Almeida (1978) reconstitui um pouco em seus relatos historiográficos como se estabeleceu Campina Grande enquanto cidade, conforme segue:

[...] em fins de 1697, [...] Trazia ele um grupo de índios da tribo **ariús** ou **ariás**, habitantes da ribeira do Piranhas, talvez para apresenta-los ao governador da capitania. Sem que se saiba o motivo, antes de descer a Borborema, aldeou-os numa grande campina, nos limites orientais da região dos cariris. Fundava aí o núcleo que deu origem a Campina Grande. Desde o principio, em face da configuração geográfica do sitio, tomou a aldeia o nome de Campina Grande [...]. (p. 35) (grifo do autor)

O autor ainda enfatiza nas suas argumentações algumas características peculiares, favoráveis e básicas do local, tais como: a localização, o clima e etc, que levaram ao seu rápido desenvolvimento nos séculos seguintes, pois:

Não foi difícil a Teodósio dar desenvolvimento ao núcleo iniciado com o grupo de **ariús**. Dadas as condições favoráveis do sítio, a amenidade do clima, a existência de matas, a natureza do solo e, principalmente, a sua localização, ponto de passagem preferido nas comunicações entre o sertão e litoral, cedo conseguiu atrair parentes, colonos brancos, índios mansos, com o que assegurou a prosperidade do lugar. (ALMEIDA, 1978, p. 37-38) (grifo do autor)

Portanto, a partir da análise dos discursos de Câmara (1947) e Almeida (1978), verifica-se que a cidade possuía certos atrativos climáticos e topográficos que favoreceram fortemente seu adensamento populacional inicial. Daremos, portanto, continuidade aos fatos para tratarmos do objeto de estudo, que tem início no final do século XIX, onde ocorrem às modificações na paisagem da área central da cidade de Campina Grande, que de certa forma, podemos afirmar terem sido de grande magnitude.

Em meados do final do século XIX as transformações advindas da Segunda Revolução Industrial trouxeram consigo modificações espaciais impactantes a nível mundial para as cidades como um todo. Dentre estas modificações pode-se verificar como exemplo, o processo de urbanização envolvendo os projetos de higienização e embelezamento das cidades. Percebe-se que essas mudanças se deram de forma,

intensidade e tempo diferenciados em cada localidade, haja vista os espaços terem sido atingidos pela Revolução Industrial paulatinamente.

Constata-se ante o evidenciado e de acordo com os relatos de Rezende (1997, p.31), que entre o final do século XIX e início do século XX, algumas cidades brasileiras “passavam por transformações significativas, para atender aos sonhos progressistas e facilitar o avanço da verdadeira civilização”. Pode-se citar como exemplo, para que possamos melhor visualizar estas afirmações acerca das transformações espaciais, algumas cidades, tais como: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife entre outras. Estas foram “contagiadas” de todas as formas pela Revolução Industrial. Campina Grande, por sua vez, não poderia ficar de fora.

A partir do exposto, reitera-se que o Brasil estava de frente a uma diversidade de transformações, dentre estas pode-se citar a efervescência e o frisson entre a cidade e o campo. Cada evento ocorrido servia de catapulta para dar início a outro e assim sucessivamente, a exemplo disto tem-se a inserção do maquinário nas áreas rurais que acabou por gerar no período supracitado um êxodo rural em grande parte do país. Devido a este fenômeno, houve um inchaço populacional em algumas cidades brasileiras, que cresceram de forma acelerada e desorganizada por conta do êxodo rural sem que houvesse ao menos um planejamento urbano adequado para suprir as necessidades mediante as novas realidades espaciais aqui descritas.

Nesse sentido, as cidades passaram a ter os seus papéis (re)definidos à imagem e semelhança de uma série de discursos e práticas amparadas na autoridade de saberes da razão ocidental de médicos, higienistas, técnicos, urbanistas e reformadores políticos, os quais promoveriam uma série de transformações identificadas através das reformas urbanas, das quais a grande reforma realizada na Paris do século XIX, sob o comando do Barão Haussmann, é o seu marco fundador. (SOUZA, 2013, p.13)

Figueiredo (2012) corrobora com o discurso de Souza (2013) ao explicar acerca da realidade brasileira frente aos modelos europeus, desde os hábitos banais até os tipos arquitetônicos, pois

No Brasil da Belle Époque, no final do século XIX e início do século XX, estas formas estavam entre as mais defendidas pelas elites regionais, numa tentativa de criar uma sociedade brasileira pautada nos padrões sociais e de conduta individual ‘à européia’. Nos casarões e habitações das elites cariocas e paulistas, por exemplo, era comum

a presença de objetos que reproduziam o modelo de modernidade francês. (p.71-72)

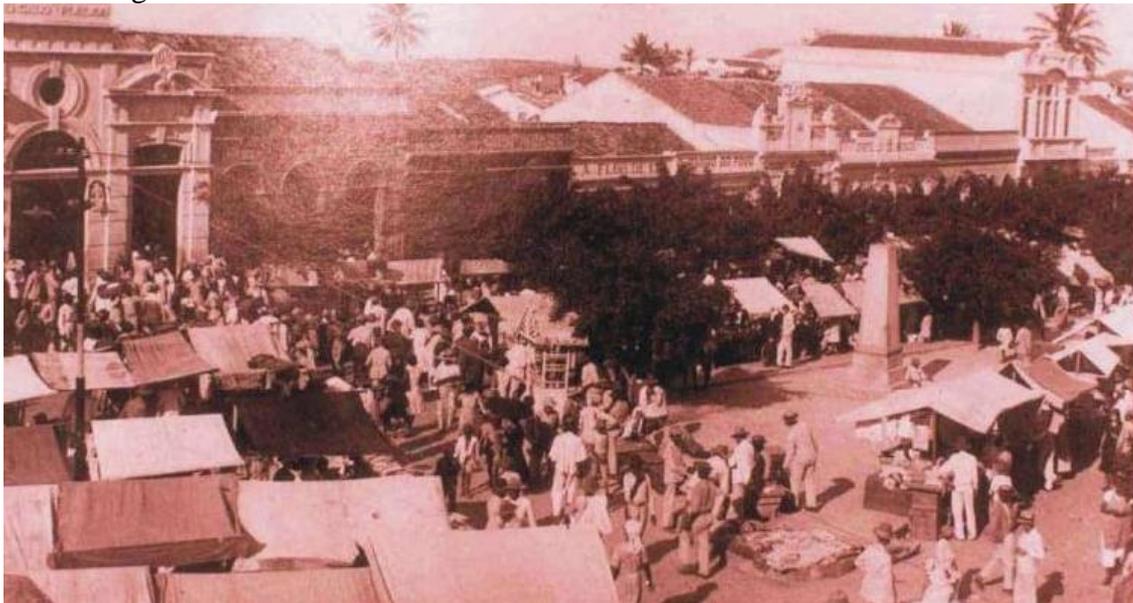
Observa-se, contudo, a partir da narrativa de alguns historiadores locais que abordam Campina Grande em suas pesquisas e que em seus relatos remontam a época em questão, que a cidade de Campina Grande possuía algumas peculiaridades que se assemelhavam aos grandes centros urbanos da época, pois gozava segundo Cabral Filho (2009, p.17), de “[...] um considerável desenvolvimento econômico em função das atividades relativas à cultura do algodão”, mas era nítido também que a cidade possuía problemas de ordem arquitetônica e principalmente moral, encobertos num invólucro sanitarista de acordo com seus governantes e letrados da época em questão.

Posto isso, verifica-se com base nestes discursos, que o centro primaz da cidade apresentava nos anos iniciais de 1920 inúmeras ruas sinuosas de terra batida e cheias de lama, becos escuros e fétidos por causa dos esgotos a céu aberto e da feira (Figura 02) que ocorria nas ruas do comércio e nas residências, deixando seus resquícios tanto de origem animal como vegetal, animais que circulavam juntamente com a população, uma vez que neste período era o meio de transporte mais utilizado pelos comerciantes e por parte da população no geral. Em meio a tudo isso, encontravam-se as meretrizes que circundavam o centro da cidade constantemente. Estes acontecimentos corriqueiros começaram a afetar moralmente e a enervar algumas figuras de “relevante importância” no cenário político e principalmente econômico da cidade durante o início do século XX.

Como já exposto, a justificativa utilizada para tais transformações estava pautada nos discursos de modernidade que se instalaram no país no período em questão, pois muitas cidades, a exemplo do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, entre outras estavam passando por reformas urbanísticas afim de “limpar” os ares de cidades atrasadas que possuíam, utilizando como modelo as cidades da Europa que já respiravam novos ares há certo tempo.

Rezende (1997, p.19) salienta que, em sua concepção, “O ser moderno envolvia múltiplas compreensões, desde a possível perda das raízes culturais e do passado histórico, até a aceitação de que é indispensável superar, o atraso histórico”, isto é, o que era visto como moderno para este tempo era a utilização de alguns equipamentos

Figura 02 – Feira da cidade em 1928 na Rua Maciel Pinheiro



técnicos²⁸ que trariam consigo mais conforto e agilidade para os cidadãos, a exemplo disto pode-se citar: as ferrovias, a iluminação pública, a implantação de redes de esgoto e água encanada (saneamento), entre outros fatores que corroborariam para o crescimento urbano mais “civilizado” e moderno. Velloso (2010) *apud* Gaudêncio (2012, p.209) coloca-nos que a modernidade nada mais é que

[...] passado/presente, integrando novidade e curiosidade à celebração do antigo. Logo, o antigo deixara de ser configurado como exemplo, modelo e paradigma para transfigurar-se historicidade do presente. A cosmovisão da modernité ocasionou, portanto, a constituição de uma dualidade, porém que se defina como harmonia.

Mediante todas essas questões, Campina Grande é inserida por seus governantes na conjuntura de transformações espaciais pelas quais diversas cidades do país estavam também vivenciando, com o intuito de modificar de forma drástica o cenário retrógrado colonial que a mesma apresentava ao ser vislumbrada diuturnamente por quem circulasse pelas ruas centrais. Uma das transformações afetaria de forma singular a prostitutas que trabalhavam e residiam nestas áreas, pois estas intervenções urbanas

²⁸ Os objetos técnicos, maquínicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia às lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos. Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são *locus* de ações ‘superiores’ graças à sua superposição triunfante às forças naturais. Tais ações são, também, consideradas superiores pela crença de que ao homem atribuem novos poderes – o maior dos quais é a prerrogativa de enfrentar a natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses.

Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar. Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais. (p.237) Cf. SANTOS (2009)

resultariam na transferência da zona de meretrício da cidade para outra localidade conforme verificaremos com mais força de detalhes adiante.

Mediante as hierarquias sociais que eram perpetuadas ainda durante o século XIX de forma muito mais intensa que na atualidade a prostituição não poderia estar lado a lado das pessoas de bons costumes, principalmente quando nos referimos às camadas sociais mais elevadas. Para tanto, alguns vim a necessidade de que as prostitutas fossem excluídas das áreas de maior concentração de transeuntes da cidade, salientando-se que alguns destes transeuntes, geralmente fazem parte da elite. Mesmo que sejam estes mesmos transeuntes que utilizem-se frequentemente os serviços oferecidos nas zonas, nota-se a partir dessas especificações a necessidade da elite de manter mesmo que apenas aparentemente as hierarquias sociais.

[...] as profissionais do sexo são vistas como hierarquicamente inferiores [...] e, portanto, estigmatizadas, tanto que é comum o desejo de que elas sejam se não “resgatadas” da prostituição, pelo menos escondidas, daí, não raro, aparecer esse tipo de projeto tipicamente gentrificador que objetiva retirar prostitutas dos centros das grandes cidades. (JAYME, J. G.; CHACHAM, A. S.; MORAIS, M. R. de, 2013, p.140)

Por este fato os poderes públicos, ao realizarem suas intervenções onde elas possuem vertentes dispare, podendo variar entre alguns seguimentos, sejam eles de cunho higienista, urbanista, moralista ou que prezem pelas hierarquias sociais impostas, tendem a retirar as áreas de prostituição dos grandes centros urbanos, colocando-as em espaços usualmente mal afamados ou áreas que serão usadas apenas para este comércio em questão.

[...] como as elites tentaram hierarquizar espaços e intervieram em territórios, buscando instituir valores que mantivessem o status quo, ou que modificassem apenas superficialmente para incorporar novos grupos e interesses. Mas significa também compreender como muitos moradores vão constituir outras tantas cartografias, burlando e resignificando essa teia de valores e códigos que se lhes tentavam impor (SOUSA, 2001, p.178)

Contudo, a utilização das áreas centrais para a realização desta atividade ocorre justamente pelo fato dessas áreas possuírem grande movimentação e algumas peculiaridades geralmente não encontradas em bairros periféricos tais como: uma vasta

área comercial, bancos, centros empresariais e, como principal, a ampla pluralidade de transeuntes, pois em conformidade com Jayme; Chacham & Morais (2013, p.142), “Ali havia facilidade de acesso dos clientes potenciais, os viajantes, aos prostíbulos, cabarés e *dancings*”.

Analisa-se que a cidade de Campina Grande já possuía uma grande incidência de meretrizes desde meados do final do século XIX, uma vez que são diversos os relatos acerca desta “antiga profissão”. De acordo com os relatos historiográficos analisados, a prostituição feminina era algo bem recorrente na cidade, as casas e/ou pensões situavam-se inicialmente nas principais ruas da área central da cidade, localizando-se muitas vezes nas proximidades ou até mesmo ao lado de residências familiares, onde por vezes residiam políticos do cenário local e personalidades da elite campinense considerada como importantes e influentes aos olhos da sociedade, particularmente, magistrados, letrados, comerciantes, fazendeiros, entre outros.

Quando o comércio da prostituição se torna uma atividade ‘inoportuna’, surgem reclamações por parte da vizinhança, muitas vezes seguidas por campanhas públicas em jornais, pedindo a repressão policial e/ou a transferência das meretrizes para outros lugares. O destino das prostitutas transferidas deve ser preferencialmente as áreas onde a sua presença não seja um empecilho para o desenvolvimento do mercado imobiliário e para as atividades do comércio. (SILVA, 2002, p.48)

Portanto, esta união espacial da elite campinense (principalmente de suas esposas e filhas) com as prostitutas não era vista de bom grado pelos olhos dos conservadores, uma vez que sua influência não era considerada boa para/pelas famílias tradicionais em diversos aspectos. Contudo, apesar de utilizarem-se do discurso da preservação da moral e dos bons costumes da sociedade, embutidos nas questões sanitaristas juntamente com o emblema da modernidade, não era de interesse dessa elite que houvesse a extinção deste entretenimento tão procurado por todas as camadas sociais. Por este fato decidiram realizar apenas uma transferência da “zona de meretrício” para outra localidade da cidade, dando continuidade na reforma urbanística que se iniciou nos anos de 1930 em Campina Grande. Souza (2001) ratifica esta afirmação ao colocar que,

A zona do meretrício em Campina Grande, como em várias outras cidades brasileiras, foi deslocada das diversas ruas próximas ao centro, por onde se espalhava, para o bairro dos Currais, ou Piabas,

tornando-se no início dos anos 1930 um centro de lazer e diversão de moradores da cidade, da zona rural e de outros municípios paraibanos. (p. 71)

O bairro escolhido para a realização da transferência da “zona de meretrício”, como também da feira central, foi o da Mandchúria que também era denominado de Currais e Piabas, conforme explicitado na argumentação de Sousa (2001), já que o mesmo não possuía uma boa fama e nem era visto com bons olhos pela sociedade local. A área não era bem frequentada e também era utilizada para a realização da feira de gado e de galinhas como também de outros produtos. Sendo assim, os estabelecimentos de prostituição continuariam sendo utilizados pelos fregueses diurnamente, nos dias de maior movimento da feira, bem como durante a noite.

Além dessa desterritorialização/reterritorialização, do decorrer das décadas seguintes, mais precisamente a partir de 1950, as profissionais do sexo realizaram uma transição territorial para outra parte da área central da cidade mais conhecida como Boninas, porém não deixando de se estabelecer na Feira Central até a configuração territorial atual. Portanto, nosso objetivo é analisar essa transitoriedade territorial que ocorreu no Centro de Campina Grande ao longo das décadas no século XX para que possamos entender como estes territórios se constituem e ainda se mantem nos dias atuais (século XXI).

3.1 APOGEU ECONÔMICO: AS INFLUÊNCIAS DO “OURO BRANCO” PARA A EVOLUÇÃO DA PROSTITUIÇÃO

No final do século XIX, as transformações advindas da Revolução Industrial trouxeram gradativamente grandes modificações espaciais para as cidades brasileiras, a exemplo disso pode-se citar o acelerado processo de urbanização que o país vivenciou, estando a higienização e o embelezamento das cidades contidos nesse processo²⁹. Para Roberts (1998) essas mudanças se deram em formas e tempos diferenciados em cada localidade, pois a Revolução Industrial atingiu os espaços de forma desigual e gradativa.

²⁹ “As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno ‘á moda’ da periferia. Realizavam-se obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial, nesse período.” (Ibidem, p.17)

No início do século XX algumas cidades brasileiras, incluindo Campina Grande, começam a ser drasticamente afetadas pela Revolução Industrial.

Essas transformações urbanas trouxeram para Campina Grande vários imigrantes da zona rural (êxodo rural) e de outras cidades, que vinham em busca de oportunidades de trabalho, pois o campo já não necessitava do trabalho braçal como antes. Vê-se que vários foram os fatores que contribuíram para o crescimento acelerado de Campina Grande, como já citado anteriormente, o primeiro deles e o mais importante é a sua privilegiada localização no entreposto entre a capital e o Sertão do estado, com isso a cidade de Campina Grande, tornou-se assim, uma importante via de ligação entre a capital e o Sertão.

Muitas cidades do interior tiveram sua origem como ponto de parada dos tangerinos que tangiam boiadas do sertão para o litoral. Podemos citar Campina Grande [*como exemplo grosso modo*]. Situada na região do Agreste, a sua ocupação está relacionada ao declínio da agroindústria canavieira a partir do século XVII. (QUEIROZ, 2001, p. 34-35) (grifo nosso)

Como o litoral era ocupado em sua grande parte pela cana-de-açúcar e pelas plantações de subsistência, havia apenas o gado necessário para a realização da tração da terra, uma vez que não era de interesse dos grandes latifundiários que houvesse outras culturas para disputar a renda e o espaço com o açúcar, não arriscando desenvolver algo que não fosse tão rentável quanto o “ouro branco”.

Assim sendo, as criações de gado eram praticadas no sertão do estado da Paraíba e sua venda era realizada em feiras exclusivas para a venda destes animais, como as que ocorriam em Campina Grande entre os séculos XIX e XX, e com isso a cidade também passou a servir de ponto de descanso para os “boiadeiros”, mais conhecidos regionalmente como tropeiros, quando da necessidade de se deslocar entre o litoral e o sertão.

Golizza *apud* Queiroz (2001, p. 24) afirma que, com o passar do tempo, inicia-se a decadência do “ouro branco” que “[...] já em meados do século XIX, enquanto diminuía a rentabilidade do açúcar, o algodão se tornava a principal fonte de renda da Paraíba”. Deste modo, muda-se o foco da economia paraibana quase como um todo nesta fase, uma vez que o açúcar começa a sair de cena para a entrada da cotonicultura. (Figura 03) Gaudêncio (2012) descreve que devido ao significativo crescimento de

Campina Grande na primeira metade do século XX, a cidade passou a obter destaque na economia e na política do estado.

As décadas de 1910-1950 foram um período em que surgiram os vetores de transformação da cidade, marcando-a profundamente e colocando o município como o mais importante centro econômico e político do planalto da Borborema, - quer a considerem sob o ponto de vista urbanístico, das disputas sociais, ou do auge econômico do comércio do algodão. (p.18)

Portanto, nota-se que estes fatores contribuíram de forma singular para o crescimento da cidade em diversos aspectos.

Figura 03 - Rua Marquês do Herval em 1922 – Praça do Algodão



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> [Acesso: 20/01/2016].

Ainda no início do século XX além da cotonicultura, há outro fator sobrepujante para o destaque da cidade de Campina Grande: a construção da ferrovia da Companhia Inglesa “GREAT WESTERN OF BRAZIL RAILWAY”³⁰ (Figura 04), que “Em 02 de outubro de 1907 [...] é inaugurada, trazendo para Campina Grande não somente

³⁰ “[...] empresa criada em Londres com finalidade exclusiva de construir ferrovias no Brasil [...]”. (ALEXANDRE, 2014, p.24)

mercadorias, más, as mais novas tecnologias e hábitos do Brasil e da Europa.” (PORTO, 2007, p.56-57)

Figura 04 - População a espera da chegada do trem em Campina Grande - 1907



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> [Acesso: 20/01/2016].

Fato este que impulsionou o comércio algodoeiro da cidade, pois facilitava o escoamento dessa matéria-prima tão disputada pelos países europeus e norte-americanos. Almeida (2011) afirma que a união desses fatores contribuiu muito para o crescimento urbano, econômico e demográfico de Campina Grande no período, considerando que

[...] torna-se evidente [...] que os períodos assinalados pela ferrovia foram marcos do início do século XX, que proporcionaram à Campina Grande um grande crescimento econômico, fator que desencadeou um aumento populacional, pois a cidade apresentava uma possibilidade de melhoria de vida, através do trabalho no comércio ou na indústria. (p. 25)

Moraes *apud* Costa (2003) tenta explicitar que, com a chegada do trem à Campina Grande, para além da influência no comércio ligado à cotonicultura e cereais, que eram potencialidades locais, também se percebe consequências para o comércio do sexo que

apresentava forte representatividade na cidade. O estreitamento da ligação Campina Grande–Recife com a chegada do trem, trouxe a agilidade na informação e no transporte de cargas e pessoas, mas também trouxe consigo a intensificação do comércio do sexo, pois “a maioria das mulheres que frequentavam a Pensão Moderna vinham do Recife, e muitas retornavam após curta temporada”. (MORAES, 1985, p.47 *apud* COSTA, 2003, p.33)

Ainda sobre a inserção desse importante meio técnico, outros teóricos enfatizam em seus discursos a relevância da instalação da via férrea para o crescimento das cidades como um todo e conseqüentemente sua expansão, acerca deste fato Maia (2009, p. 191) coloca-nos que,

As implicações desse incremento técnico na morfologia urbana variaram em função da sua localização e também da própria dinâmica da cidade. [...] Há, por conseguinte, implicações diretas da instalação da ferrovia sobre a morfologia da área do centro primaz, uma vez que, nos casos analisados, a linha férrea se constrói em área não coincidente com o seu núcleo original, mas nas proximidades destes.

Há relatos acerca do interesse de muitos políticos em que a instalação da via férrea em Campina Grande com ramal de ligação com Itabaiana (PB), continha além dos fatores naturais, os político-econômicos. Basta ver que no percurso realizado, o trem passaria por cidades com potencial relevante algodoeiro, a exemplo disso pode-se citar a cidade de Ingá e região, ligando também a Paraíba ao Sertão do Ceará e do Piauí. Outro fator sobrepujante seria a ligação direta com a cidade do Recife e seu porto. Um dos possíveis projetos que foi analisado como plausível opção era a conexão de Campina Grande à Alagoa Nova, contudo, conforme já explicitado, fatores naturais, que neste caso seria predominantemente o relevo, impossibilitaram a ligação deste ramal³¹.

Posteriormente, a crise internacional ocorrida devido à queda de produção da cotonicultura estadunidense, fortificou ainda mais para o cultivo desta monocultura, e com isso Campina Grande tornou-se a terceira praça de cotonicultura do mundo e seu maior exportador era a Inglaterra, onde “O aporte técnico da ferrovia associado ao comércio algodoeiro dota Campina Grande de uma hegemonia comercial tendo o Recife

³¹ Cf. *Ibidem* (2014).

área de influência e passa a ser considerada como a terceira mais importante praça algodoeira do mundo (PORTO, 2007, p.53)”.

Portanto, conforme já evidenciado, após a chegada do trem em Campina Grande houve considerável crescimento populacional e econômico da cidade, considerando-se a importante ligação que foi realizada com a cidade de Recife, facilitando o escoamento da produção de algodão para o Porto de Recife e também a conexão com lugares mais longínquos com maior facilidade e agilidade. Para ratificar a afirmativa de Almeida (2001) acerca do crescimento econômico e urbano da cidade de Campina Grande no período em questão pode-se ainda se utilizar do discurso de Cavalcanti (2000, p.68), pois a autora enfatiza o destaque que a cidade obteve na época ao declarar que, “O crescimento de Campina, seja econômico, comercial, industrial, demográfico e urbano, foi de grandes proporções, visto que poucas cidades brasileiras no período, entre as décadas de 20 e 40, teriam alcançado o índice de desenvolvimento aqui ocorrido”.

Nota-se que, a partir destes fenômenos a cidade começou a crescer de forma acelerada, porém desorganizada, ou seja, sem que houvesse um planejamento urbano adequado para as mudanças que estavam ocorrendo no período em questão. Diante disso, analisa-se que Campina Grande na década de 1920 encontrava-se em situação caótica devido aos fatores sobrepujantes. Seu crescimento econômico fez com que a demografia da cidade desse uma guinada em um curto espaço de tempo, isto é, a população residente em Campina Grande cresceu demasiadamente, o que fez com que obrigatoriamente sua malha urbana seguisse o mesmo caminho, contudo este crescimento deu-se de forma aleatória e desordenada.

Costa (2003) salienta em seu discurso acerca do aumento da densidade demográfica de Campina Grande antes e após a inserção do trem, revelando-nos de forma numérica, o exacerbado crescimento populacional após a implantação deste sofisticado meio técnico. Em 1864 a cidade contava com 4.000 habitantes. Em 1907, ano da inauguração da linha férrea, o número de habitantes havia se elevado para 17.041 habitantes, registrando um aumento de 326% na população de Campina Grande entre um período e outro. Nos anos seguintes esse crescimento populacional se intensificou

ainda mais: em 1920 a população da cidade chegou a 70.806 e em 1950 a população alcançou a marca de 173.206 habitantes³².

A análise acerca da reforma urbanística que ocorreu em Campina Grande-PB, na primeira metade do século XX tem um grande aporte teórico historiográfico, uma vez que inúmeros são os historiadores que realizaram pesquisas relacionadas a este período ou que colocaram em destaque a relevância desta reforma para a cidade, assim como também alguns arquitetos e urbanistas, cada um levando para sua área de conhecimento científico as questões relacionadas a esta reforma.

A relevância para a pesquisa geográfica com relação à reforma urbanística de Campina Grande acima referenciada está pautada no fato da intensa e brusca modificação da paisagem que remetia a uma memória do período e/ou estilo colonial que a cidade vivenciou e passa, a partir dessa reforma, para o então considerado “moderno” e francês estilo do *Art Décor*³³. De acordo com Porto (2007, p.61), “O projeto *Art Décor* teve seu início a partir do decreto nº 51 de janeiro de 1935, assinado pelo então prefeito Antônio Pereira Diniz [...]”, que planejava reconfigurar a cidade de modo a deixá-la mais aprazível aos olhos da elite campinense como também dos visitantes.

Alguns letrados que descreveram a situação referente às moradias e a estética da cidade realizaram críticas ferrenhas aos problemas que assolavam Campina Grande: ruas que mais pareciam becos estreitos e mal alinhados, sujeira produzida pela feira e pelos animais, esgoto a céu aberto, circulação de animais juntamente com os transeuntes. Tudo isso colaborando para os maus ares da cidade e para a proliferação de epidemias características do século antecessor. Sobre isso a autora Nascimento (2008) afirma que,

Campina Grande, entre os anos de 1930 e 1950 também passa por mudanças, com suas especificidades de cidade do interior do Nordeste, e elas, entre outras coisas visavam modificar o aspecto do centro da cidade, onde existiam várias ruas labirínticas, becos e esgotos a céu aberto, o que não correspondia, para as elites campinenses, aos foros de civilização e progresso que Campina Grande deveria ostentar. (p. 87)

³² Cf. COSTA (2003, p.36).

³³ De acordo com Carvalho (2011), o estilo arquitetônico do *Art Décor* que foi implantado na cidade de Campina Grande e em outras cidades brasileiras “foi lançado formalmente ao mundo na *Exposition Internacionalle da Arts Décoratives et Industrialles Modernes* de Paris, em 1925.” (p.113)

Ainda acerca deste discurso higienista e estético afirma-se que,

[...] as iniciativas tiveram como intuito resolver uma série de questões surgidas ou agravadas com o rápido crescimento do município a partir do dinamismo econômico verificado em princípios do século 20: adensamento demográfico, insalubridade de ruas e moradias, problemas de abastecimento de água e coleta dos esgotos, mistura de usos e funções, reprodução de habitações precárias, vias incompatíveis com as novas velocidades e necessidades de circulação dos transportes mecanizados. (QUEIROZ, 2011, p. 105)

Do ponto de vista estético-habitacional, analisa-se que a grande maior das casas eram pequeninas e mal feitas, assim como os grandes casarões que pareciam mausoléus se comparados com as novas tendências urbanas ditas modernas vindas da Europa. Tendências estas que acabaram incentivando a higienização não apenas de Campina Grande como também de outras cidades brasileiras, a exemplo principal do Rio de Janeiro que sofreu grandes modificações na paisagem em virtude da urbanização ocorrida no mesmo século, possuindo basicamente os mesmos “embasamentos” midiáticos para sua realização: a higienização e o embelezamento das cidades. Para tanto “As cidades passaram por intervenções urbanas que tinham por objetivo o saneamento básico, desobstrução de vias, desafogamento do trânsito e embelezamento, ou seja, visava higiene, circulação e estética (VILLARIM 2011, p. 02)”.

A seguir verificar-se-á através de mapas e imagens como se deu o crescimento da malha urbana de Campina Grande e a transformação da paisagem a partir de um decreto que foi o marco inicial para as reformas urbanísticas que a área Central da cidade vislumbrou, refletindo imensuravelmente no cotidiano dos campinenses, haja vista que este projeto alterou não somente a vida dos mais pobres como também comerciantes e mais abastados.

3.2 CARTOGRAFIA DA PROSTITUIÇÃO: UM RECORTE HISTÓRICO ENTRE 1920-1950

Quando nos referimos às reformas urbanísticas ocorridas ao longo da primeira metade do século XX na cidade de Campina Grande, pode-se afirmar e verificar a partir do crescimento urbano, da malha urbana como também através de imagens, o impacto paisagístico visivelmente gerado. Portanto, realizaremos um mapeamento com base nos

fatos ocorridos, onde verificar-se-á através destes mapas, como também através de imagens, os fatos aqui relatados ao longo da pesquisa.

Explicitaremos então como algumas partes da área central de Campina Grande apresentavam-se até os anos de 1920, ou seja, tentaremos exibir através de imagens e também relatos como era a paisagem do Centro Primaz do município antes da implantação dos fatores modernizantes que foram badalados de forma imensurável pelos políticos durante o final do século XIX e início do século XX e a transitoriedade dos territórios de prostituição em decorrência das intervenções socioespaciais que ocorreram no Centro de Campina Grande.

A cidade até meados de 1920 possuía uma cobertura espacial bem limitada no tocante aos bairros, isto era um reflexo da baixa ocupação residencial de acordo com o ratificado no subitem anterior com relação ao período aqui especificado, pois conforme observa-se “[...] as ruas viviam vazias, ocupadas mais por animais do que por pessoas. Tropas de burros carregavam farinha, rapadura, frutas, água, material de construção, carros de algodão e lenha para todos os lados. (QUEIROZ, 2008, p.24)” . Nota-se, contudo, que essa área era basicamente formada pelo Centro Primaz, isto é, o núcleo onde originou-se o município de Campina Grande quando da sua colonização, o bairro do São José que estava no início da sua ocupação, o bairro das Areias, que era utilizado comumente pelos vendedores de animais e para a estocagem do algodão que ficava à espera dos transportes e por fim, mas não menos importante, o bairro das Piabas. (Mapa 02).

Além de estarem em formação, estes bairros também possuíam arruamentos em desenvolvimento. Neste período, a cidade possuía uma população inferior a 20 mil habitantes conforme já verificado, o que nos leva a associar ao motivo da pequena malha urbana que a cidade possuía neste período. As ruas eram todas de terra batida de acordo com os relatos analisados ao longo da pesquisa. (Figura 05)

A figura mostra-nos a paisagem rústica que a cidade possuía ainda nesta época em questão. Percebe-se que as estruturas são simples e possuem um acabamento grosseiro, sendo algumas dotadas apenas de portas para entrada e saída. Verifica-se também que não havia calçadas para que os transeuntes pudessem andar e como já citado em capítulos anteriores, o meio de transporte usado até em então para a locomoção eram

animais que também eram utilizados para o deslocamento de cargas, tais como burros e cavalos.

Figura 05 - Rua da Cadeia Municipal antes da reforma urbanística



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> [Acesso: 20/01/2016].

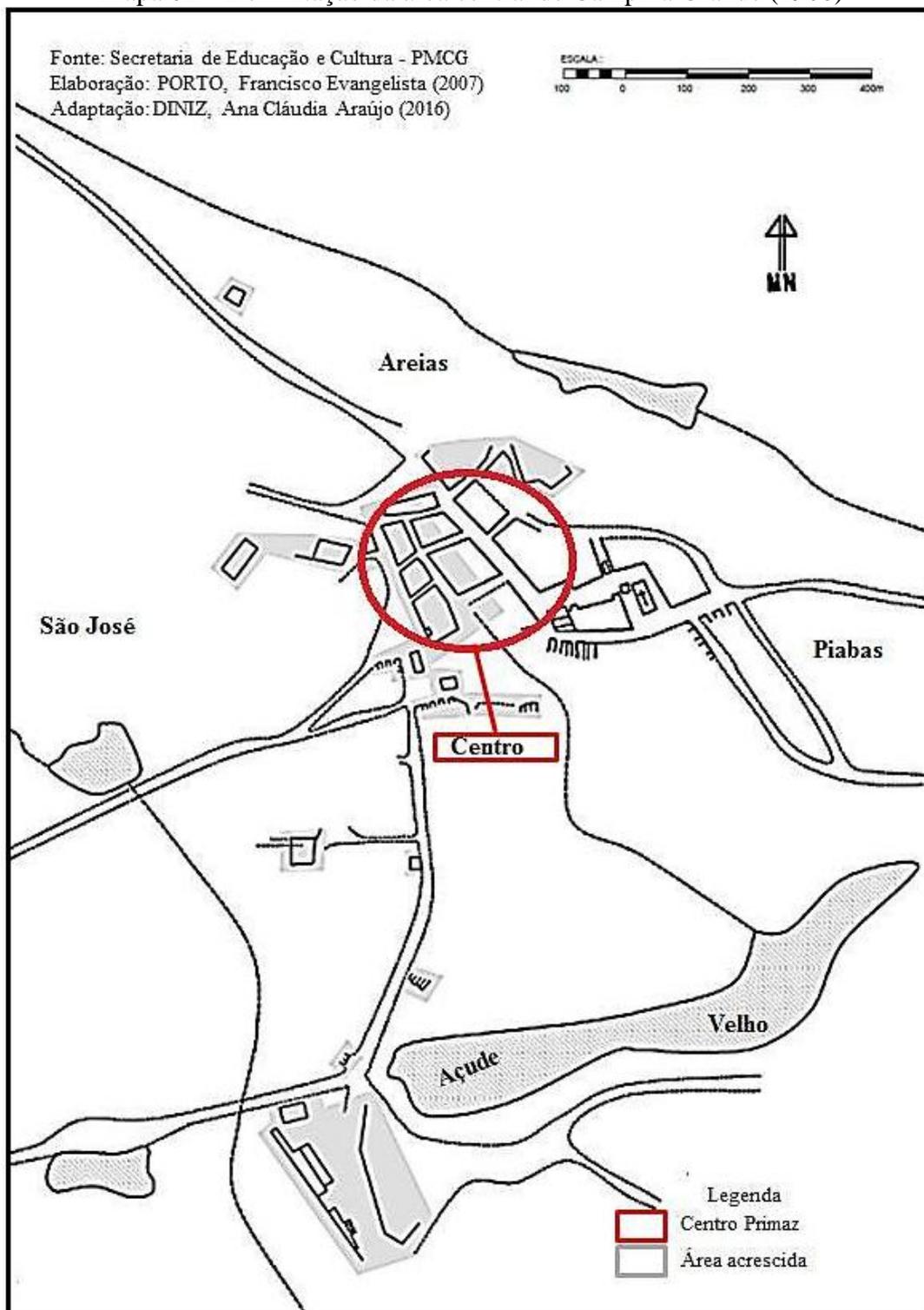
A figura mostra-nos a paisagem rústica que a cidade possuía ainda nesta época em questão. Percebe-se que as estruturas são simples e possuem um acabamento grosseiro, sendo algumas dotadas apenas de portas para entrada e saída. Verifica-se também que não havia calçadas para que os transeuntes pudessem andar e como já citado em capítulos anteriores, o meio de transporte usado até em então para a locomoção eram animais que também eram utilizados para o deslocamento de cargas, tais como burros e cavalos.

Câmara *apud* Queiroz (2008, p.59), ratifica ao especificar que no século XIX em Campina Grande “As casas, na maioria tinham tetos baixos, em tacaniça e beira de bica; portas e janelas largas cortadas horizontalmente em semicírculo; paredes de tijolo de grandes dimensões; terças e cumeeira de madeira grossa apoiadas sobre esteio embutidos nas paredes; alicerces de barro e tijolo ponta crua etc”.

Considera-se, desta forma, que a primeira metade do século XX, principalmente entre os anos de 1900 a 1930, representa um divisor de águas para Campina Grande. Onde vislumbra-se nitidamente o antes e o depois da cidade, mediante os melhoramentos ocorridos neste período de forma avassaladora. Sousa (2001, p.280) coloca em pauta apenas algumas das benfeitorias absorvidas pela sociedade campinense, que foram entre elas: “o trem, em 1907; o cinema, em 1909, o Gabinete de Leitura 7 de Setembro, 1913;

o primeiro automóvel, 1914, a primeira prensa hidráulica, 1919; a energia elétrica, 1920 [...]”. Contudo, a cidade neste período apresentava estruturalmente muitas precariedades que refletiam no cotidiano da sociedade campinense como um todo.

Mapa 02 – Delimitação da área central de Campina Grande (1908)



Fonte: PORTO, Francisco Evangelista (2007)
 Adaptação: DINIZ, Ana Cláudia Araújo (2016)

Nos anos 20, a rua Grande, ou Maciel Pinheiro, era um ‘centro’ de quase tudo na cidade, mas as duas ruas paralelas e próximas a ela eram espaços marginais e com fortes marcas populares. No seu lado leste, encontra-se a rua do Emboca, rua que até o início dos anos 30 era habitada por populares e povoada de pensões e meretrícios; do lado oeste, havia a Venâncio Neiva, uma pequena e sinuosa rua com ares de beco e inúmeras casinhas alugadas a populares, algumas casas comerciais e de couro, como a Casa Rosbach, e resquícios de um riacho, que se transformava em vala ou esgoto escorrendo no seu leito. Por estes tempos recebeu denominações que denunciavam os usos que dela faziam a população: Beco do Mijo, Beco da Merda, etc. (SOUSA, 2001, p.27-28)

Todavia, Queiroz (2008, p.72) salienta que alguns aprimoramentos do espaço público ocorreram a partir de 1920 e estavam associados às questões medico-higienistas, com o intuito de solucionar algumas epidemias que assolavam o país como um todo, portanto, as primeiras intervenções físicas nas moradias com a intenção de oferecer outro destino aos sujeitos de que tem-se notícia ocorreram em 1924 quando ”os médicos de higiene deram início às intimações para a construção de gabinetes com fossas [...]”. Acerca destas afirmações, ratifica-se que

Data dos anos 1920 o primeiro conjunto de melhoramentos públicos com o claro objetivo de dotar Campina Grande de uma infra-estrutura urbana servida por redes de transporte, eletricidade, iluminação pública elétrica, abastecimento de água, galerias para coleta de águas pluviais e vias pavimentadas. (QUEIROZ, 2008, p.38)

Já as primeiras informações acerca da reforma urbanística de Campina Grande deram-se de acordo com Sousa (2001, p.245), no ano de 1933 quando da visita do urbanista Nestor de Figueiredo a Campina Grande, que “vinha realizando planos urbanísticos na Paraíba e em Pernambuco [...]”. Porém, a mesma ficou apenas no papel e viria a ser aplicada de fato anos depois pelos prefeitos Antônio Pereira Diniz e com maior impacto por Vergniaud Wanderley.

As modificações na paisagem começaram a ocorrer a partir da implantação do “Decreto Bota-Abaixo” implantado pelo prefeito Antônio Pereira Diniz, decreto este que de acordo com Sousa (2001), estabelecia que as construções e as reconstruções em determinadas ruas da área central não poderiam exceder dois pavimentos.

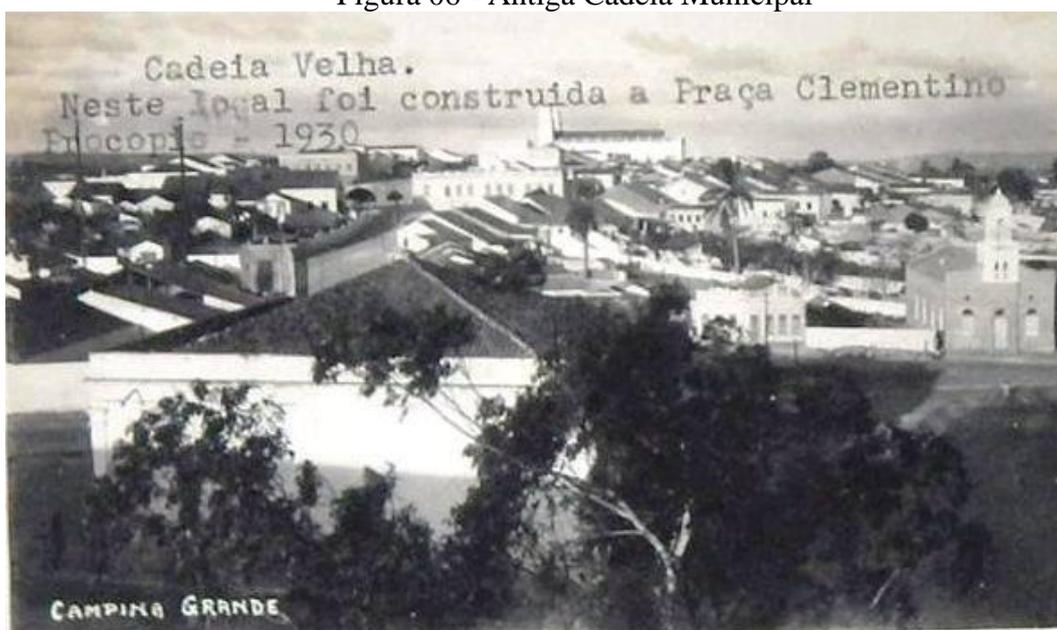
Decreta:

Art.1- Nas ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Praça Eptácio Pessoa, as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento [...]. (PORTO, 2007, p. 62)

Algumas das alterações urbanísticas de significativo impacto paisagístico deram início antes do mandato do então prefeito Vergniaud Wanderley como citado acima. A exemplo das ações aplicadas a partir do decreto estabelecido no governo de Pereira Diniz, podemos citar a transferência da cadeia pública (Figura 06) em 1931, para o bairro do Monte Santo para a criação da atual Praça Clementino Procópio (Figura) após a demolição do prédio da antiga cadeia e a desativação do cemitério das Boninas no mesmo período.

Também podemos citar a abertura da rua da Matriz, para dar passagem à abertura da atual Avenida Floriano Peixoto, que hoje é uma importante via de locomoção, cortando a cidade de leste a oeste. Porém, foi apenas no mandato de Vergniaud Wanderley que ocorreram as grandes modificações na cidade. De acordo com Almeida (2001, p. 25) a partir “Dos anos de 1930 em diante a cidade submete-se a uma grande alteração urbanística, pois passou a fazer parte do plano de urbanização das grandes cidades brasileiras”. (Figura 07)

Figura 06 - Antiga Cadeia Municipal



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> [Acesso: 20/01/2016].

Figura 07 – Largo da Matriz e o Largo do Comércio Velho da cidade (1918)



Fonte: QUEIROZ (2008)

A partir das imagens nota-se como era a organização espacial da área central neste período. As construções eram totalmente desalinhadas, as ruas não possuíam pavimentação e os poucos “planos” das calçadas que haviam eram totalmente desalinhados e desencontrados, sendo o crescimento demográfico e conseqüentemente da malha urbana os favorecedores desse cenário. Acerca destas intervenções urbanísticas Queiroz (2011) coloca-nos que,

Assim, as décadas de 1930 e 1940 assistiram a grandes transformações na paisagem urbana campinense. Ruas foram alinhadas, reticuladas, drenadas, pavimentadas e arborizadas; avenidas foram abertas, usos e classes sociais separados, foram instalados serviços mecanizados de abastecimento de água e esgoto. O antigo conjunto arquitetônico das áreas centrais foi, em boa parte, colocado abaixo para o surgimento de novos edifícios [...]. (2011, p, 105)

Nota-se, contudo, que os benefícios da reforma urbanística em Campina Grande e demais símbolos que caracterizavam esta “modernidade” imposta à sociedade não era algo planejado para a cidade com um todo, pois de acordo com Souza (2001, p. 75) “[...] os caminhos e lugares bem próximos ao centro, mas que não haviam ainda sido atingidos por aquelas benesses do progresso, ruas escuras e pouco iluminadas, se chão batido e irregulares, matagais providenciais [...]”, isto é, a reforma urbanística da cidade foi planejada para “lugares selecionados a dedo”, tendo em vista que alguns espaços adjacentes e até pertencentes ao centro ainda permaneciam como se estivessem no século passado.

Com o aumento populacional na cidade houve a implantação de *cabarets*, bordéis, pensões, *caftens* e os cafés para animar a noite campinense, entre eles o famoso Cassino Eldorado³⁴. Este grande cassino possuía uma volumosa movimentação de público desde os mais simples trabalhadores até políticos importantes.³⁵

Sendo assim, dada às circunstâncias, houve a necessidade de se trazer atrações que de fato chamassem a atenção de/dos clientes. Por isso em algumas casas, a exemplo o Cassino Eldorado (Figura 08), havia atrações internacionais, isto é, dançarinas e meretrizes que vieram ao Brasil na tentativa de obter lucros, pois segundo Souza (2002, p. 326), “Além dos homens vindos de vários lugares, as moças que praticavam a mais antiga profissão do mundo também vinham de várias cidades do interior da Paraíba e mesmo de outros estados e países [...]”. Campina Grande por ser uma cidade de grandes atrativos culturais e econômicos, acabou por destacar-se como um espaço de possibilidade de crescimento em vários setores, inclusive para a prática da prostituição, onde de acordo com Santos (2008, p. 85), “Com o desenvolvimento econômico, não demorou muito, e a cidade caracterizou-se como grande centro de prostituição feminina [...]”. Por ser um fenômeno predominantemente urbano, a prostituição, como vimos nos capítulos anteriores, era de fácil acesso em muitas cidades brasileiras. Nota-se, todavia, uma ecleticidade com relação à etnia dessas profissionais, sendo elas oriundas dos mais diversos países em busca de uma melhor colocação aqui no Brasil.

As “damas da noite” francesas foram as que mais imigraram para o Brasil, como também foram as mesmas que instalaram o “caos” na sociedade patriarcalista, pois trouxeram consigo toda a modernidade da sociedade parisiense, isto é, conforme Souza (2002, p. 328) afirma “Naqueles anos de esplendor, a influência francesa ditava os padrões culturais [...]”. As prostitutas francesas destacavam-se desde o vestir até o falar, o que acabava por chamar a atenção onde estivessem. Penteados *apud* Rago (2008, p. 99), alega que “[...] as meretrizes [...] costumavam enfeitar os cabelos com flores, exprimindo com esses emblemas sua condição de ‘mulher da vida’, e usavam ‘galhos de arruda nas coxas, para evitar mau-olhado e doenças venéreas, segundo as crendices populares de então’.” Isto faz com que verifiquemos que as profissionais do sexo da época em questão se faziam por perceber onde estivessem.

³⁴ Inaugurado em 05 de agosto de 1938.

³⁵ Que manteve sua glória e esplendor entre os anos de 1937 e 1941. Cf. COSTA (2003, p.110)

Figura 08 – Fachada do Cassino Eldorado anos após seu fechamento



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> [Acesso: 20/01/2016].³⁶

Em Campina Grande, para a grande insatisfação da elite local, a rua onde se concentrava a maior parte do meretrício em meados do século XX, era a atual rua Major Juvino do Ó, comumente denominada na época de “Rói Couro”. Seu nome faz alusão à intensidade do comércio sexual no local. Para a elite campinense, isso se caracterizava como uma afronta para os letrados da época e para as suas senhoras e filhas, pois as mesmas tinham de dividir os diversos espaços da cidade com as “mulheres de vida fácil”, espaços tais como: os residenciais, os comerciais, os religiosos e principalmente os culturais. E, na visão culturalmente machista e preconceituosa, as “mariposas” poderiam levar as moças e as senhoras para o mau caminho com suas ideias “subversivas” de “liberdade plena”. Rago (1985, p. 66) analisa a imagem que a sociedade patriarcal da época denotava às “senhoras de família” onde “[...] a imagem feminina construída pelo imaginário [...] romântica, sensível, ingênua, explorada, a figura da mulher é associada à ideia da flor frágil e desamparada, vítima [...] destinada

³⁶ Durante toda a pesquisa vasculhamos os mais diversos acervos públicos e alguns privados a que tivemos acesso em busca de imagens do Cassino Eldorado durante o período do seu funcionamento, a fim de demonstrar seu esplendor. Contudo, por estar situado em uma área que era comumente segregada e que fazia parte das áreas com pouca ou quase nenhuma estrutura, os fotógrafos da época não viam necessidade de registrar estas áreas, devido a isso, não conseguimos nenhuma imagem que faça jus à grandeza que o cassino possuía nos anos em que funcionava a pleno vapor.

a trabalhar e procriar [...]” E aos olhos dos letrados esta “pureza” estaria sendo colocada em risco com a proximidade entre ambas.

[...] a prostituta ‘tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituída de senso moral’. Tem um ‘apetite sexual exaltado [...], inato e incontido, que leva a precocidades, por vezes fantásticas, na prática de perversões ou mesmo do coito’. ‘Limitadíssimos são os seus recursos intelectuais, raríssimas mulheres poderiam sustentar uma conversação em que seja necessário o manejo do raciocínio ou pequena contribuição lógica [...]’. (RAGO, 1993, p.42)

Portanto, a imagem das meretrizes era totalmente deturpada mediante a sociedade deste período. A partir disso, utilizou-se de um discurso embasado na renovação e ampliação da área central da cidade, justificando a transferência da zona de meretrício da área central da cidade.

Quando, em princípio dos anos 1930, a zona do meretrício da cidade foi transferida para o ‘bairro’ das Piabas, local onde estavam instalados os currais de gado, pensávamos as autoridades e os higienistas estar livrando as ruas centrais e seus cartões postais dos males morais e físicos que maculavam a sua imagem e podiam significar menor afluxo de visitantes e capitais. (SOUSA, 2001, p.208)

Essa mudança ocorreu a partir da década de 1930, quando a zona de meretrício foi realocada para a feira de gado da cidade, mais precisamente o bairro que se intitulava por Mandchúria. Este foi o bairro no qual se alocaram por quase três décadas os bordéis e as casas de diversão mais conhecidas e tradicionais da cidade.

Com as reformas do centro da cidade a ‘Zona’ foi se transferindo ao poucos para as proximidades da Feira Central, para o bairro da Manchúria, mais especificamente para a quadra compreendida entre as ruas Marcílio Dias, Cristóvão Colombo, Quebra-Quilos, Manoel Pereira de Araújo e as intermediárias 12 de Outubro (atual Carlos Agra) e Pedro Álvares Cabral. Logo a Manoel Pereira de Araújo, que congregava os melhores “cabarés da cidade”, ficou conhecida como ‘Rua Boa’. (SOUZA, 2002, p.324)

Nota-se que a reforma urbanística realizada em Campina Grande ao longo dos anos de 1930 possuía traços evidentes de segregação, apesar de os relatos enfatizarem que esta reforma não afetou apenas as camadas mais populares, mas também parte da “elite” campinense que não podia arcar com os gastos necessários para adentrar aos

moldes europeus, uma vez que a tal (re)adaptação foi imposta pelo prefeito Vergniaud Wanderley a partir do decreto “bota-abaixo”. (Mapa 3)

Observa-se que, com a retirada da população das ruas da área central para que se desse espaço à nova estrutura moderna da cidade baseada no estilo Art Décor, houve um processo de segregação involuntária, considerando-se que a população foi obrigada a deixar suas casas para a realização de tal feito, analisa-se, contudo, que com a criação dos novos bairros, a exemplo disso pode-se citar o bairro da Prata, José Pinheiro entre outros, se constata a implementação de uma segregação no sentido centro-periferia.

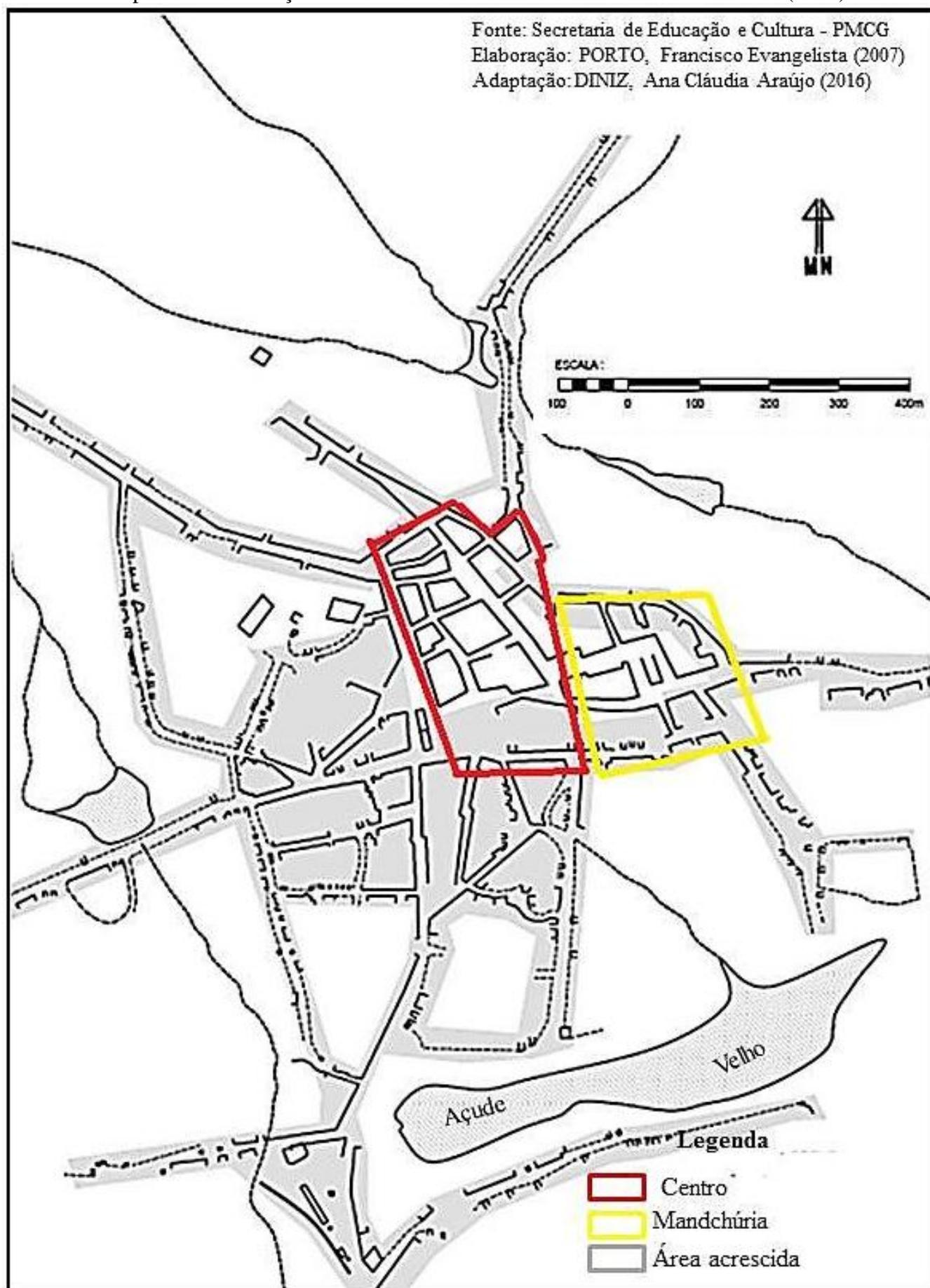
As mudanças foram mais sentidas nas casas abastadas, em multiplicação nos lotes de maiores dimensões de ruas como a Desembargador Trindade, João da Mata, parte da Brandão Cavalcanti (depois Miguel Couto e Getúlio Vargas) e nas principais ruas do novo bairro da Prata, dispostas, talvez intencionalmente, no sentido dos ventos locais predominantes [...] (QUEIROZ, 2008, p.139)

Queiroz (2008) ainda coloca-nos que “Das áreas de expansão até os espaços de ocupação mais antiga da cidade, grande parte das construções novas e reformadas incorporou recuos, jardins, terraços, varandas, janelas em todos os ambientes, pátios e poços de iluminação (p.138)”. Parte da população mais carente foi (des)territorializada juntamente com as meretrizes e acabaram por serem (re)territorializados no mal afamado bairro da Mandchúria, que apesar de estar bem próximo ao centro recém-reformado, era um local sem estrutura básica para abrigar a nova população que ali se aglomerava.

Ainda durante os anos de 1940 a 1960, a cidade continuava com seu crescimento populacional vertiginoso em virtude do algodão, que se tornara a maior fonte de renda de Campina Grande, mas também pela implantação do polo industrial, composto por duas zonas industriais distintas com atividades associadas ao beneficiamento de insumos regionais que variavam entre têxteis, alimentícios e curtume, por fazerem parte das potencialidades local e das cidades adjacentes.³⁷ Para a implantação destas zonas industriais foram concedidos incentivos fiscais das três instâncias governamentais, com isso, a cidade muito se beneficiou através do grande número de projetos para implantação de indústrias como a ampliação das já existentes.

³⁷ Cf. COSTA (2003, p.51)

Mapa 03 – Delimitação da área central enfatizando o bairro da Mandchúria (1930)



Fonte: PORTO, Francisco Evangelista (2007)
Adaptação: DINIZ, Ana Cláudia Araújo (2016)

Contudo, inicia-se uma crise causada pela praga do “bicudo”, que acaba por dizimar o cultivo da malvácea, afetando de forma singular a indústria e somando-se a isso, o Golpe Militar, gerando um colapso em Campina Grande.

O golpe de estado que instaurou a ditadura militar passou a ter uma política centralizadora que beneficiou a capital do Estado em detrimento de Campina Grande. Somando-se a política do governo, o modelo de industrialização implantado pela SUDENE, também entrou em crise. (COSTA, 2003, p.48)

Portanto, verifica-se que Campina Grande vivenciou distintos ciclos econômicos ao longo dos séculos, os quais lhe propiciaram destaque populacional e econômico. Pode-se evidenciar como principais ciclos responsáveis pela solidificação da cidade: as feiras de cereais e as de gado, o algodão, o comércio atacadista e o industrial. Isso não significa dizer que a cidade possuía uma economia mono-funcional, mas sim a evidência de determinada função em seu período correspondente.³⁸

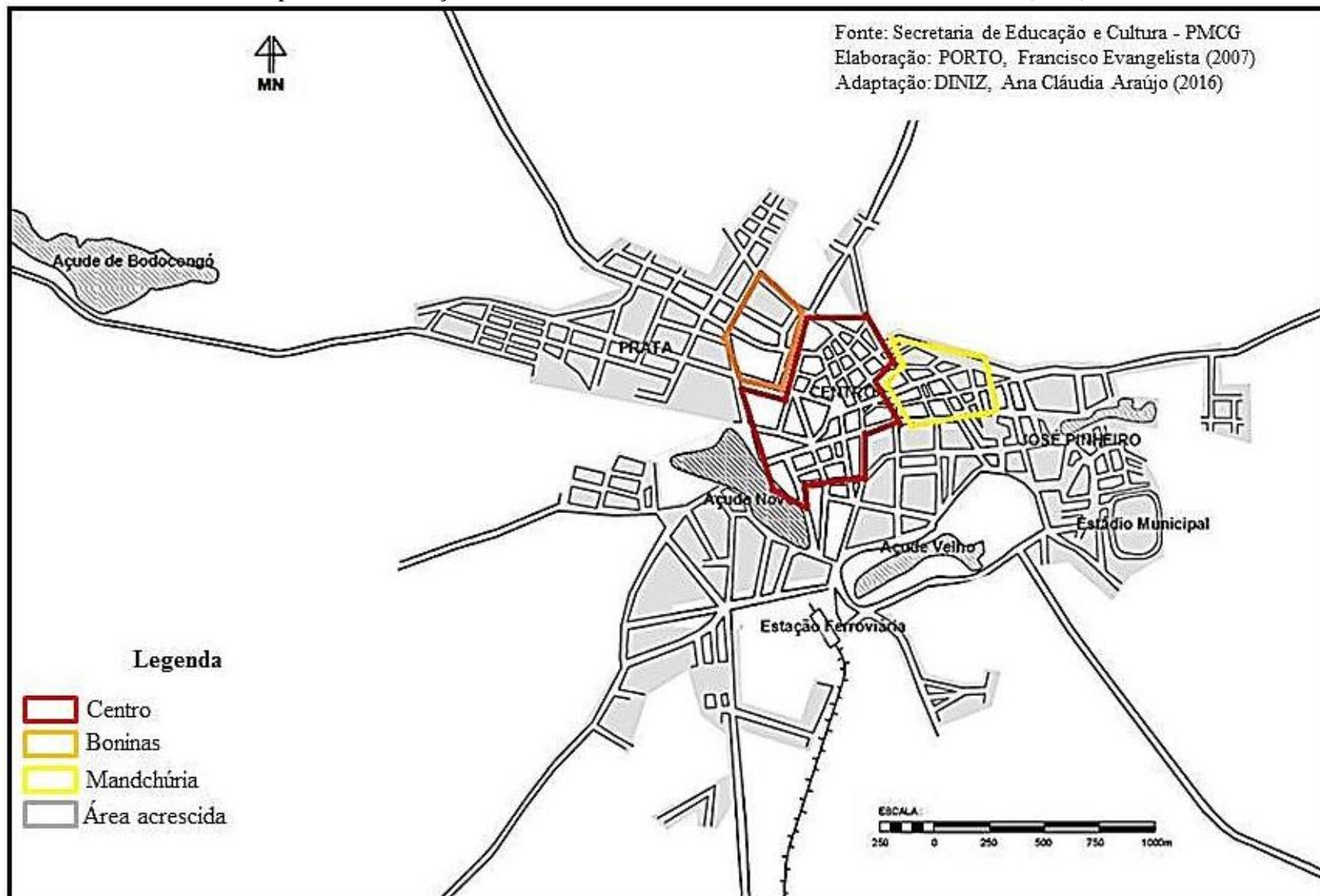
Figueiredo (2012) enfatiza a decadência da cotonicultura ocorrida “Na década de 1950 [...] e com o agravamento do abastecimento d’água devido a precariedade do sistema de Vaca Brava, a cidade vê sua economia duramente afetada”. (p.37). Neste período, a zona de meretrício desloca-se novamente para a área do Centro Primaz, mas agora para as Boninas³⁹, obviamente não deixando de existir na Feira Central, mas abandonando muito do esplendor que tivera outrora. Muitas pensões foram abertas na Rua João Pessoa quase que uma ao lado da outra, mas segundo relatos da época, nenhuma se comparava ao glamour da eterna lembrança da Rua Boa em seus tempos áureos. (Mapa 4)

Ao longo das décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950, os espaços da prostituição flutuam na malha urbana da cidade de Campina Grande de acordo com o crescimento demográfico, urbano e conseqüentemente financeiro da cidade. Por possuir essas características é que os territórios da prostituição são classificados como flutuantes, instáveis e, considerando estes elementos, depende sobremaneira de fatores diversos, tais como político, social e econômico, para sua instalação e permanência em determinados espaços da cidade.

³⁸ Cf. COSTA (2003)

³⁹ A partir da transferência da área de meretrício para as Boninas observa-se que algumas ruas tornaram-se o foco desta prestação de serviço entre elas estão: a Demóstines Barbosa, Félix Araújo, Miguel Barreto, Bartolomeu de Gusmão e Augusto Severo. Cf. Souza, 2002.

Mapa 04 – Delimitação da área central com ênfase na Mandchúria e nas Boninas (1950)



Fonte: PORTO, Francisco Evangelista (2007)
 Adaptação: DINIZ, Ana Cláudia Araújo (2016)

Como já referido anteriormente, a área central de Campina Grande possui desde 1920, um grande histórico relacionado com a prostituição, e essas áreas passaram ao longo do último século por diversas modificações e realocações o que para Rago (2008, p.107) faz com que haja uma ampliação não apenas da área de influência desses territórios, mas também um considerável aumento nos lucros, pois “Os sucessivos deslocamentos geográficos não significaram uma limitação das atividades na vida do submundo. Pelo contrário, proliferaram e diversificaram-se as formas de consumo do prazer, aumentando os lucros que aí se formavam”. (Figura 09)

Figura 09 – Rua Maciel Pinheiro (1950)



Fonte: QUEIROZ (2008)

A ampliação desses territórios, como vimos anteriormente, garante aos(as) profissionais do sexo uma maior expansão com relação à clientela que se altera de acordo com cada área.

[...] as práticas de apropriação desses [...] territórios da prostituição se dão de modo diferenciado. No caso das prostitutas, a legitimidade e controle de seus territórios é mais rígida, não sendo possível, uma prostituta desconhecida no local ocupar o ‘ponto’ de um determinado território [...]. No caso dos ‘michês’, a apropriação de seus territórios é mais simbólica e afetiva, pois não há uma rigidez no seu controle. (SILVA, 2002, p. 94 e 95).

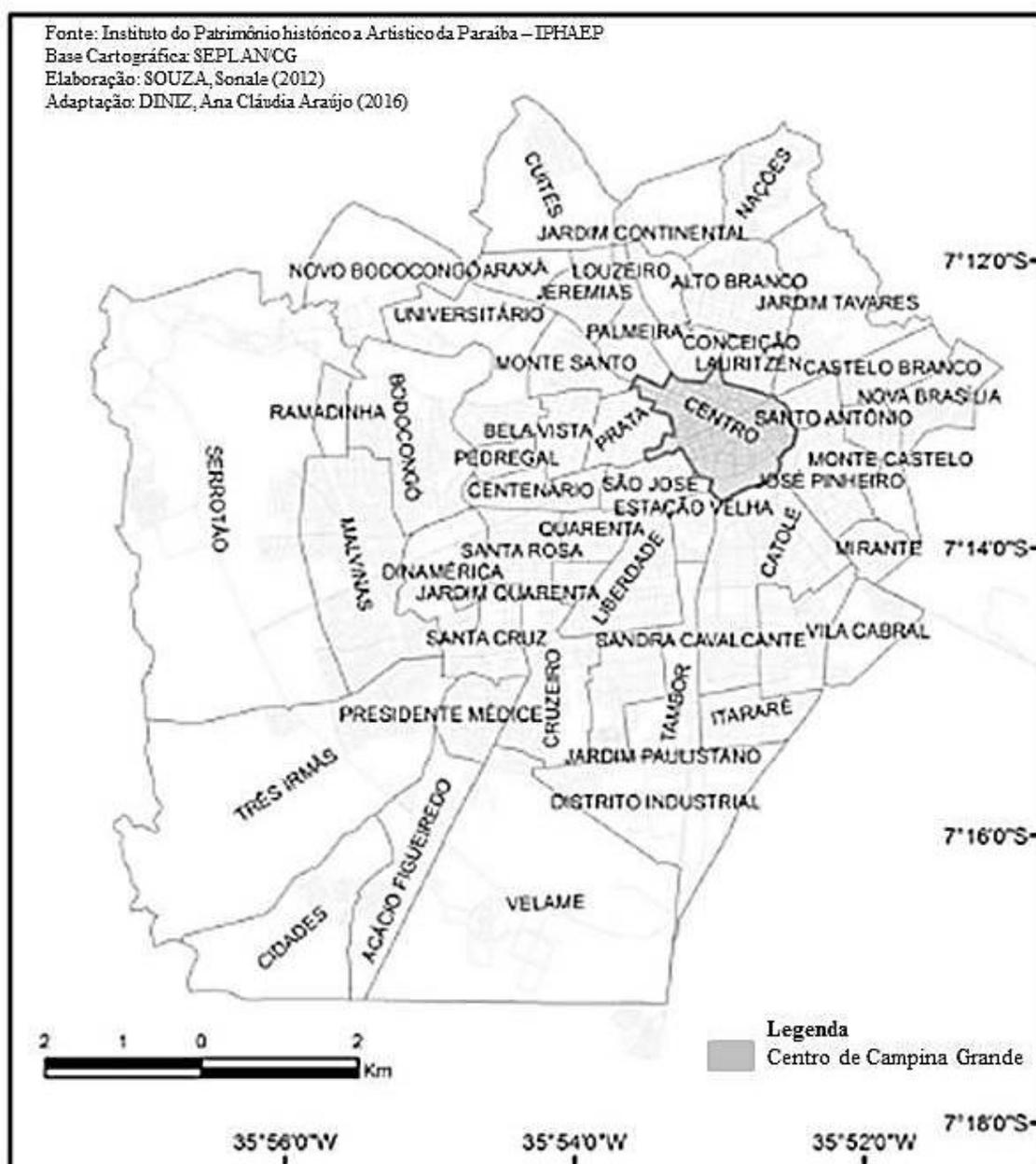
Analisa-se que as apropriações territoriais dar-se-ão, de acordo com as especificidades que os grupos apresentam, pois o fenômeno que ocorre em Campina Grande não ocorre necessariamente com as mesmas características e intensidade em outras localidades. Souza (2000, p.88) analisa que “[...] não significa, em absoluto, que ‘pontos’ não sejam às vezes intensamente disputados, podendo a disputa desembocar em choques entre grupos rivais – por exemplo, entre prostitutas e travestis, com estes expulsando aquelas de certas áreas, [...] [como no] Rio de Janeiro e [...] São Paulo.” Portanto, os conflitos que ocorrem para a formação e permanência desses territórios se dão de forma diversificada e singular de acordo com cada lugar.

Nos dias atuais ainda tem-se que um dos principais problemas enfrentados por estes grupos está relacionado com a aceitação dos mesmos pela sociedade. No entanto, apesar da resistência da sociedade para com profissionais do sexo tanto masculino como feminino, pondera-se que esta inflexibilidade seja ainda maior com relação aos profissionais do sexo masculino, pois a maior parte dos clientes que procura este serviço seriam homens (homossexuais, bissexuais), muitas vezes casados e que não querem assumir socialmente relações homoafetivas. Pereira (1967, p.108), afirma que “[...] como a prostituição masculina é sempre clandestina, é difícil apresentar um quadro de suas atividades, muito menos de suas estatísticas.” Por este motivo, os profissionais do sexo não possuem um local fixo, mas apenas pontos de encontro. Isso se dá pelo fato de que os próprios clientes procuram manter e requerer esse sigilo para que não sejam identificados mantendo desta forma a prostituição masculina como algo mais discreto socialmente, portanto no quarto e último capítulo desta pesquisa enfatizaremos os locais que continuam a servir como ponto de apoio dos territórios aqui analisados.

4 OS TERRITÓRIOS DE PROSTITUIÇÃO: UM PLURALISMO ESPACIAL

Neste capítulo abordaremos a realidade do Centro de Campina Grande em face às questões referenciadas nos capítulos anteriores que envolvem a diversidade territorial do espaço, a segregação socioespacial recorrente, o medo, a violência e demais fatores que afetam as cidades como um todo na atualidade. Daremos início com as relações territoriais coexistentes observadas em alguns espaços do Centro (Mapa 05), que possuem a flexibilidade e a instabilidade característica dos territórios que são abordados nesta pesquisa.

Mapa 05 – Delimitação dos bairros de Campina Grande com ênfase no Centro



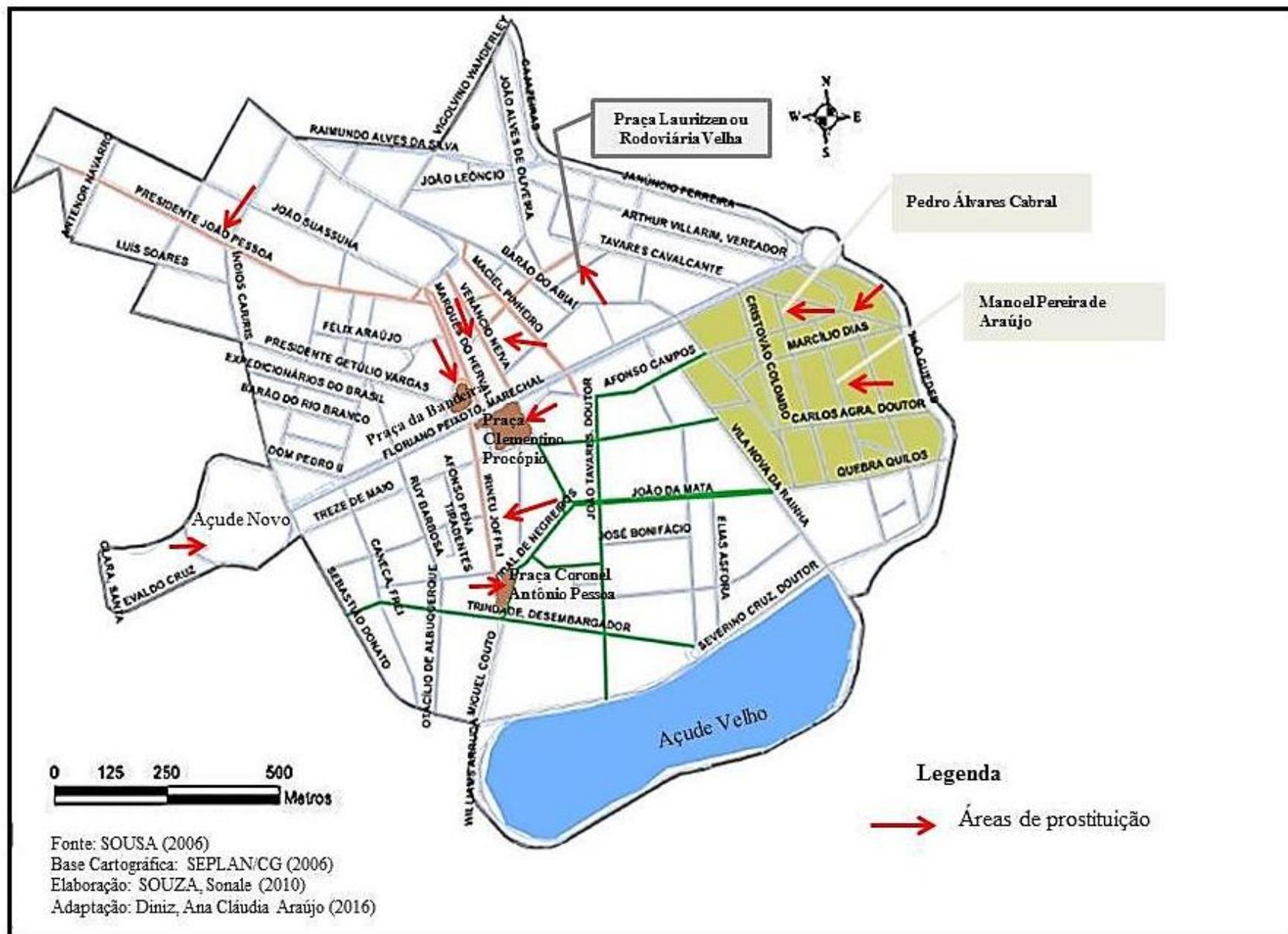
Os territórios aqui abordados possuem sua “legitimação” a partir de uma continuidade através do tempo/espaço e coexistem independentemente dos problemas que se apresentam no cotidiano dos mesmos. A garantia da existência e perpetuação dos territórios é uma das formas de legitimação do poder existente nos mesmos. A partir das observações *in loco* e na tentativa uma forma mais didática de apresentar as áreas onde verifica-se a existência deste pluralismo territorial da prostituição, decidimos que seria mais viável para a demonstração destes territórios com base em um mapa do Centro da cidade onde fossem definidas as áreas de prostituição da cidade, isto é, os locais onde averiguamos a existência dos mesmos, os tipos de prostituição que variam entre feminina, masculina e travesti e os turnos que revezam entre dia e noite conforme o Mapa 06.

Por ser a prostituição feminina mais aceita que a prostituição masculina (contudo esta aceitação é condicionada a um leque de questões, pois a prostituição em si no Brasil não é crime, conforme observamos no segundo capítulo desta pesquisa, uma vez que existem problemáticas que se associam à mesma que estão além do fato da prostituição em si), sempre foi mais notória, porém existindo uma sobreposição destes territórios distintos. Em alguns territórios das cidades observa-se que há basicamente o que Mattos & Ribeiro (1995) denominam de “superposição de territórios”, sendo que os autores analisam com maior ênfase os espaços públicos da cidade, onde verifica-se um alto índice de aglomerações. Estes espaços seriam/são o alvo para a existência da prostituição.

A mudança dos territórios ocorre em virtude da variação dos “atores” ou transeuntes que por ali circulam, pois durante o dia grande parte da área central possui além das residências, áreas de comércio formal da cidade, bem como escolas, bancos, comércios informais entre outros serviços, mas durante a noite, a partir de determinado horário, algumas dessas ruas, a exemplo podemos citar a Rua Presidente João Pessoa, pode-se verificar a circulação dos profissionais do sexo⁴⁰ que se dispõem nas calçadas, praças e bares a espera da clientela.

⁴⁰ Neste tópico quando nos referirmos aos profissionais do sexo trata-se tanto das profissionais do sexo feminino denominadas muitas vezes pelos entrevistados e por elas próprias de prostitutas e os travestis, como os profissionais do sexo masculino que seriam os michês ou garotos de programa. Contudo, quando necessário abordaremos os grupos individualmente, considerando-se que os mesmos possuem suas peculiaridades que serão abordadas de forma exclusiva.

Mapa 06 – Delimitação das áreas de prostituição na atualidade no Centro de Campina Grande/PB



Contudo, neste universo em questão há exceções à regra supracitada, que é, por exemplo, a Feira Central da cidade, que é formada a partir da junção de diversas ruas onde encontraremos uma diversidade de tipos de prostituição que ocorrem com frequência à luz do dia e com ampla nitidez nos dias de maior movimentação da feira. A feira possui relevância espacial histórica para a cidade, uma vez que é à mesma que se atribui o auxílio econômico necessário para o crescimento em diversos âmbitos de Campina Grande. Nota-se também que a feira detém em si uma relevância simbólica/social, considerando-se o fato da resistência da mesma no tempo-espaço.

As territorialidades aqui estudadas existem muitas vezes de forma simultânea e por este fato vê-se o surgimento de determinados problemas, uma vez que sempre haverá um dos territórios, geralmente o que tem mais influência, que tentará exercer seu poder em busca da extinção do outro, nem sempre obtendo êxito na tentativa. Portanto, haverá a marginalização do território em questão e uma mudança constante deste espaço que possuirá funções distintas de acordo o território que está no “comando”.

Analisa-se as especificidades/peculiaridades que estes territórios possuem, pois são essas que o legitimam e dão o sentido à sua permanência, considerando a disputa que há dentro e fora destes territórios. Nota-se também a flexibilidade e a funcionalidade dos mesmos, pois durante o dia, os mesmos apresentam uma configuração socioespacial e, durante a noite, este mesmo território se modifica abrigo assim outra configuração.

Em Campina Grande a área central da cidade concentra em si a maior parte dos hotéis e pousadas existentes em toda à cidade. Pode-se afirmar que a grande rotatividade de uso destes estabelecimentos está no fato de seus clientes usufruírem dos serviços por um curto espaço de tempo, ou seja, a grande maioria utiliza esses hotéis e pousadas para a realização dos programas, contudo, nota-se que alguns, em viagem de trabalho e por isso já hospedados, aproveitam para sair em busca de diversão sexual. Outro motivo para esta rotatividade está no fato da sua proximidade aos territórios de prostituição, tendo em vista a diversidade do nível de prostituição, nem todos os clientes teriam poder aquisitivo para pagar o valor cobrado nos hotéis e pousadas localizados em outras regiões ou até mesmo como se deslocar para os mesmos.

Esses motéis situam-se no bairro do Catolé (Bel Recanto e Taiti), no bairro do Tambor (Deliruis), no acesso à BR 104 (Shop Motel) em direção a Caruaru (PE) e ao

município de Queimadas (PB) e na BR 230 (Happy House Motel) em direção a João Pessoa (capital do estado), e adjacências. Como já citado estes locais estão localizados fora da zona de conforto de muitos clientes que utilizam-se dos serviços prestados por esses profissionais e por esta razão os estabelecimentos localizados no Centro da cidade são os mais procurados.

Verifica-se que os hotéis e as pousadas realizam a cobrança da permanência de forma diferenciada. Os hotéis costumam realizar concessões, com relação aos valores e a permanência, uma vez que trabalham com diárias, já as pousadas possuem valores específicos de acordo com o tempo de permanência no estabelecimento, sendo sua estrutura e serviços inferiores se comparados aos dos motéis, o que faz com que os valores sejam mais acessíveis aos usuários.

Portanto, observa-se a relevante quantidade de pousadas na área central, pois apesar dos valores serem mais baixos, a grande rotatividade faz com que haja considerável lucratividade tornando este ramo um bom empreendimento em vários sentidos. Com isso podemos afirmar que estes hotéis e pousadas de alta rotatividade dão o auxílio necessário à atividade de prostituição. A configuração socioespacial e a organização territorial são constituídas de forma a colaborar e facilitar o acesso aos fregueses como também o deslocamento para a realização do programa.

O local de trabalho quando refere-se à prostituição, enquanto subjetivo e composto de elementos que concedem o sentido de pertencimento aos territórios, tais como: costumes, hábitos corriqueiros, cultura, onde os mesmos ficam impregnados destes quando os sujeitos o ocupam, a partir das práticas de poder exercidas cotidianamente dentro e fora deste territórios.

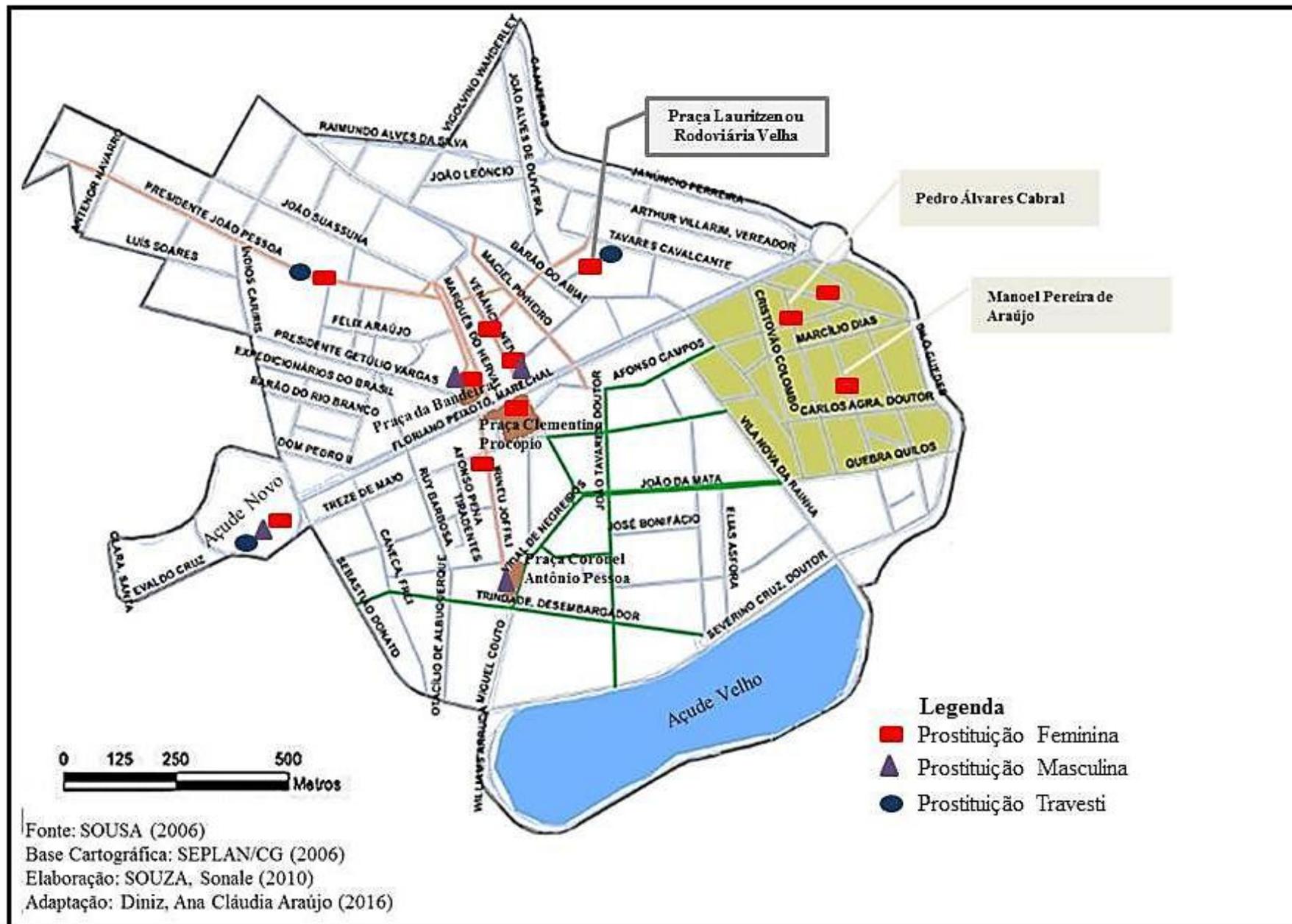
A prostituição gera uma redefinição espacial, tendo em vista os espaços não terem sido planejados e definidos socialmente para este uso, portanto, seus fixos e fluxos são o atrativo para a absorção desta nova territorialidade embora não tenha sido almejada para tal.

Toda e qualquer atividade comercial necessita de algumas particularidades inerentes à função para que se torne viável, sendo o ponto comercial bem localizado uma das exigências para tal. Com a prostituição seria diferente, pois a mesma necessita de lograr êxito na localidade onde está inserida, isto é, o profissional do sexo se

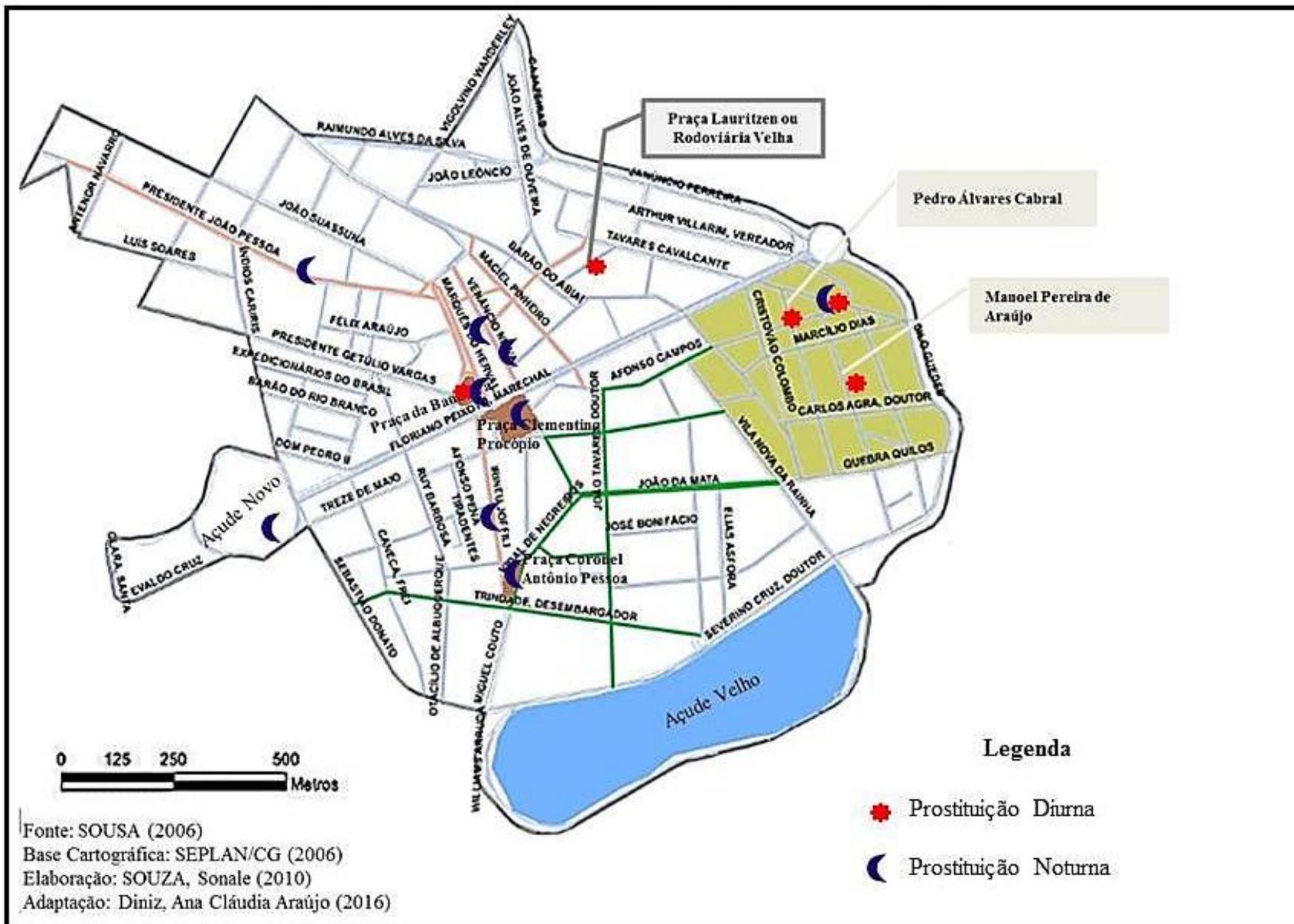
estabelecerá onde obtenha rendimentos e sucesso. Para que o local venha a ser propício para o exercício da profissão é necessário principalmente uma movimentação satisfatória de pessoas, mas também que o local seja de boa visibilidade e acesso aos possíveis clientes. O “ponto” precisa também oferecer algum nível de segurança para os profissionais que ali estejam. Portanto, a evolução da prostituição está associadas à evolução da cidades, considerando-se o fato da prostituição adaptar-se rapidamente aos obstáculos, interposições e alterações ocorridas nos espaços urbanos.

Para que uma melhor análise e observação acerca das peculiaridades dos territórios de prostituição, foram elaboradas cartas com o intuito de especificar com mais clareza e nitidez seguintes singularidades: os tipos de prostituição atuantes na atualidade em Campina Grande, isto é, a divisão entre prostituição feminina, masculina e a travesti, como também os diferentes turnos (dia ou noite)em que as mesmas ocorrem nos respectivos espaços. (Mapas 07 e 08)

Mapa 07 – Delimitação dos tipos de prostituição existentes na atualidade no Centro de Campina Grande/PB



Mapa 08 – Delimitação dos turnos de prostituição no Centro de Campina Grande/PB



4.1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS: BARES, ESPAÇOS LIVRES, CASAS ESPECILAIZADAS E ESPAÇOS MISTOS.

[...] uma geografia que não considere a vivência, o cotidiano e a história de um grupo será descritiva e insuficiente. (DIAS, 2002)

Daremos início ao nosso trajeto analítico na busca de especificar, demonstrar e caracterizar a multiplicidade territorial do centro de Campina Grande pela Praça da Bandeira, que é uma das praças mais movimentadas desta área por estar localizada em um local estratégico, isto é, a mesma situa-se em uma das áreas de maior circulação, como também no entroncamento de acesso para outros bairros. (Figura 10) A praça possui diversas funcionalidades como veremos, mas uma das mais relevantes e que oferece à mesma essa diversidade é o fato da praça servir como “Terminal de ônibus urbano”, concentrando o itinerário de grande parte das linhas da cidade que realizam o itinerário no sentido bairro-centro-bairro, isto é, no sentido de leste a oeste e norte a sul.

Sua grande movimentação também está atrelada ao fato de possuir em seu entorno o Colégio Imaculada Conceição (CIC – Damas), o prédio principal dos Correios da cidade, o Shopping Popular Edson Diniz e uma diversidade de lojas comerciais que também corroboram para essa peculiaridade local apresentada. Dentro da praça encontra-se também alguns serviços formais e informais que se enquadram nos circuitos econômicos propostos por Milton Santos (2008)⁴¹, tais como: duas bancas de jornais, alguns engraxates que possuem ponto cativo no local, uma lotérica, uma cafeteria e lojas de eletroeletrônicos entre outros.

⁴¹ [...] a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização. O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia ‘capital intensivo’, enquanto no circuito inferior a tecnologia é ‘trabalho intensivo’ e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável. As atividades do circuito superior dispõem do crédito bancário. Acontece frequentemente de as grandes firmas criarem e controlarem os bancos, o que é uma maneira de também controlar outras atividades e eventualmente absorvê-las. Uma boa parte dessas manipulações é feita por intermédio de papéis. É o ‘crédito burocrático’ ao qual se refere Calpovitz (1963, p.2). As atividades do circuito inferior são baseadas simultaneamente no crédito e no dinheiro líquido. Mas o crédito aqui é de outra natureza, com uma larga porcentagem de crédito pessoal direto, indispensável para o trabalho das pessoas sem possibilidades de acumular. (p.43-44) Cf. SANTOS (2008).

Figura 10 – Praça da Bandeira (visão panorâmica)⁴²

Fonte: <http://paladardobrejo.blogspot.com.br/> [Acesso: 20/01/2016].

O público que circunda a praça modifica-se ao longo do dia e também de acordo com os dias da semana. Em determinados horários percebe-se que a Praça da Bandeira é tomada pelos estudantes e o público em geral que utiliza o “Terminal de ônibus” para se deslocar para os mais diversos destinos dentro da cidade, outros aguardam a abertura dos portões do CIC e do Colégio Alfredo Dantas (CAD), que possuem aulas nos três turnos diários. Outro público alvo da praça são os aposentados que concentram-se durante à manhã e à tarde para um “bate-papo” (com amigos e antigos colegas de profissão que consideram este espaço como cativo para os (re)encontros habituais), para engraxar os sapatos, para tomar um café, para jogar (verifica-se que a Praça da Bandeira serve como ponto de encontro para uma diversidade de jogos como xadrez, jogos de baralho entre outros e neste caso o público alvo deste grupo não seriam apenas os aposentados, mas também adolescentes, jovens e adultos, haja vista muitos treinarem cotidianamente visando os campeonatos que ocorrem na cidade), encontram-se também durante o turno da noite os estudantes de outros municípios que utilizam o espaço da praça como ponto de encontro do ônibus dos estudantes, os donos de trailers que

⁴² As fotos referentes à Praça da Bandeira retiradas durante a pesquisa de campo não mostram os aspectos aqui explicitados, considerando-se o fato de que a mesma está passando por uma reforma. Esta reforma, contudo ainda não foi encerrada, pois o Governo do Estado conseguiu o embargo da obra na justiça alegando que a reforma da Prefeitura Municipal de Campina Grande estaria deteriorando o Patrimônio Histórico da cidade. Ainda estão tramitando recursos na justiça, mas os tapumes continuam fechando a praça modificando temporariamente as territorialidades ali existentes.

ocupam a praça para a venda dos seus lanches durante o turno da noite, os moto-taxistas e os taxistas que possuem ponto no local.

Alguns movimentos sociais também se utilizam do espaço para a realização de protestos, ou apenas como ponto de encontro, como também shows culturais promovidos pelos Governos Municipal e Estadual, que ocorrem ao longo do ano, a exemplo disso pode-se citar o Carnaval e o Festival de Inverno. Dentre todos estes grupos supracitados observa-se a predominância na localidade de outro grupo marginalizado. Nestes grupos marginalizados encontram-se adultos, adolescentes e até crianças, onde os mesmos são denominados muitas vezes de “pedintes” entre outras intitulações menos corriqueiras. Apesar de exercerem a mesma função estes grupos são distintos, onde cada um possui suas normas e características.

A principal atividade exercida por estes grupos marginalizados envolve o roubo e o furto, onde não raro, o fruto obtido através dos delitos é utilizado como moeda de troca para conseguir alimentação e até drogas, tendo em conta que alguns indivíduos pertencentes a estes grupos muitas vezes já estão inseridos no mundo das drogas, seja como usuários ou como transportadores/aviões. Não obstante, é nítido o uso dos entorpecentes, pois alguns deles usam as drogas à luz do dia. Acerca dos roubos e furtos os mesmos realizam o delito a qualquer hora do dia, contudo os horários de maior movimento são os mais desfrutados por eles, pois além de aumentar o número de possíveis vítimas, há como facilmente se esconder entre os demais pedestres, sendo utilizado como arma facas e canivetes.

Outra funcionalidade da Praça da Bandeira é como ponto de repouso para alguns desabrigados que se utilizam das estruturas da praça, tais como bancos e áreas cobertas para dormirem seja durante o dia ou noite. Mediante as demais territorialidades sobrepostas umas às outras, observa-se que os/as profissionais do sexo também circundam esta praça como os demais indivíduos que pertencem aos outros territórios ali presentes. Não há como definir ao insipiente primeiro olhar quem é quem nesta localidade, pois há uma grande circulação de transeuntes e os profissionais do sexo, principalmente os do sexo masculino, procuram manter determinado sigilo com relação ao trabalho exercido na localidade.

Perlongher (1986) ao trabalhar com os prostitutas abordou dois tipos de prostituição masculina, a exercida em lugares abertos como ruas,

avenidas, praças e em lugares fechados como as saunas. Ao tratar dos ambientes fechados como as saunas, segundo o autor, o acesso se torna mais fácil, pois é um local fixo, ou seja, menos flexíveis que os lugares abertos, os quais possuem uma dinâmica mais difícil de ser acompanhada. (ALCÂNTARA, 2009, p. 41-42)

Alcântara (2009), ainda coloca-nos que

Essa invisibilidade é bastante comum nos territórios dos michês, pois para quem passa por esses espaços, dificilmente notará a presença de um garoto de programa, principalmente, durante o período diurno, onde a movimentação de transeuntes é bem maior. Por esse motivo, as abordagens junto aos michês precisam ser intermediadas por um indivíduo que esteja inserido nesse meio, para auxiliar o pesquisador a criar um vínculo com o grupo, como também identificar os michês nos territórios. (p. 45)

Contudo, ao vislumbrar a dinâmica da praça com um olhar mais analítico, percebe-se com mais clareza a presença destes profissionais que ali circulam durante todo o dia. Nota-se que durante o turno da noite a sutileza abre espaço para atitudes que causem mais notabilidade, considerando o fato de que altera-se completamente o público que circula na Praça da Bandeira e o território é quase que exclusivamente pertencente aos profissionais do sexo.

Mais adiante, do outro lado da Avenida Floriano Peixoto, encontra-se a Praça Clementino Procópio, a mesma possui uma configuração espacial muito parecida com a da Praça da Bandeira, contudo sua cobertura espacial é maior e ela contém mais espaços propícios à violência em determinados turnos do dia, sendo que esta violência aumenta consideravelmente no final de semana (sábado e domingo), pois a circulação no local é reduzida. (Figura 11)

Esta praça abriga em seu interior uma diversidade de territorialidades que acabam por defini-la a partir dos estereótipos estabelecidos socialmente. A mesma também se caracteriza como um ponto de acesso às diversas áreas da cidade. Assim como a Praça da Bandeira, a praça também serve como “Terminal de ônibus urbano”, que concentra o itinerário de parte das linhas da cidade que realizam o itinerário no sentido bairro-centro-bairro (sentido de oeste a leste e sul a norte), mas também abarca algumas linhas específicas de transportes interestaduais, como também é um local onde os estudantes de municípios circunvizinhos ficam à espera do transporte escolar para retornarem às

suas cidades cotidianamente. Observa-se esta realidade durante as manhãs, contudo esta funcionalidade da praça ocorre com maior intensidade no turno da noite.

A praça envolve os setores formais e informais da economia, verifica-se em seu interior a existência de alguns seguimentos comerciais: um sebo tradicional da cidade, uma lanchonete/bar, uma banca de jornal, lojas de artigos infantis e os ambulantes com uma diversidade de produtos. Devido ao fluxo de transeuntes na localidade durante o dia encontra-se também um ponto de moto-taxi e outro de taxi.

Já com relação à permanência dos grupos marginais a questão é tanto quanto crítica, pois conforme já mencionado, a Praça Clementino Procópio possui espaços propícios a esta permanência sem que ao menos sejam notados muitas vezes por quem realiza o trajeto pela área externa da mesma. A partir disso verifica-se conforme supracitado, que alguns menores infratores, guiados e/ou incitados por adultos que se utilizam desta fragilidade espacial, realizam roubos e/ou furtos com armas brancas. Tais fatos ocorrem a qualquer hora, contudo nos finais de tarde, início da noite e principalmente durante os finais de semana (sábado e domingo), momentos em que a circulação no local limita-se apenas às pessoas que não tem outra opção senão realmente transitar pela área, a praça transforma-se num território de “gângues” que gera violência e medo. Por isso Bauman (2009, p.16), coloca-nos que “A insegurança moderna, em suas varias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos. Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo), na constância e na regularidade humana”.

Outro fator sobrepunjante em relação a este grupo em específico é que eles também utilizam o espaço muitas vezes para dormir e principalmente, para o uso de entorpecentes e muitas vezes suas ações contra os pedestres acontecem após o uso de drogas. Verifica-se que a droga mais comum entre este grupo são os solventes, a julgar que os mesmos andam frequentemente com garrafas e/ou panos que inalam a fim de manter constante o torpor causado pela substância consumida. Nota-se ali também a presença das profissionais do sexo, contudo com pouquíssima frequência, haja vista o local ser fechado por conta da arborização o que não colabora com a visibilidade com relação aos clientes. Para melhor visibilidade, estes profissionais dispõem-se nas bordas da Praça Clementino Procópio para que desta forma seja facilitada a visualização da possível clientela. (Figura 12)

Figura 11 – Praça Clementino Procópio no período diurno e noturno

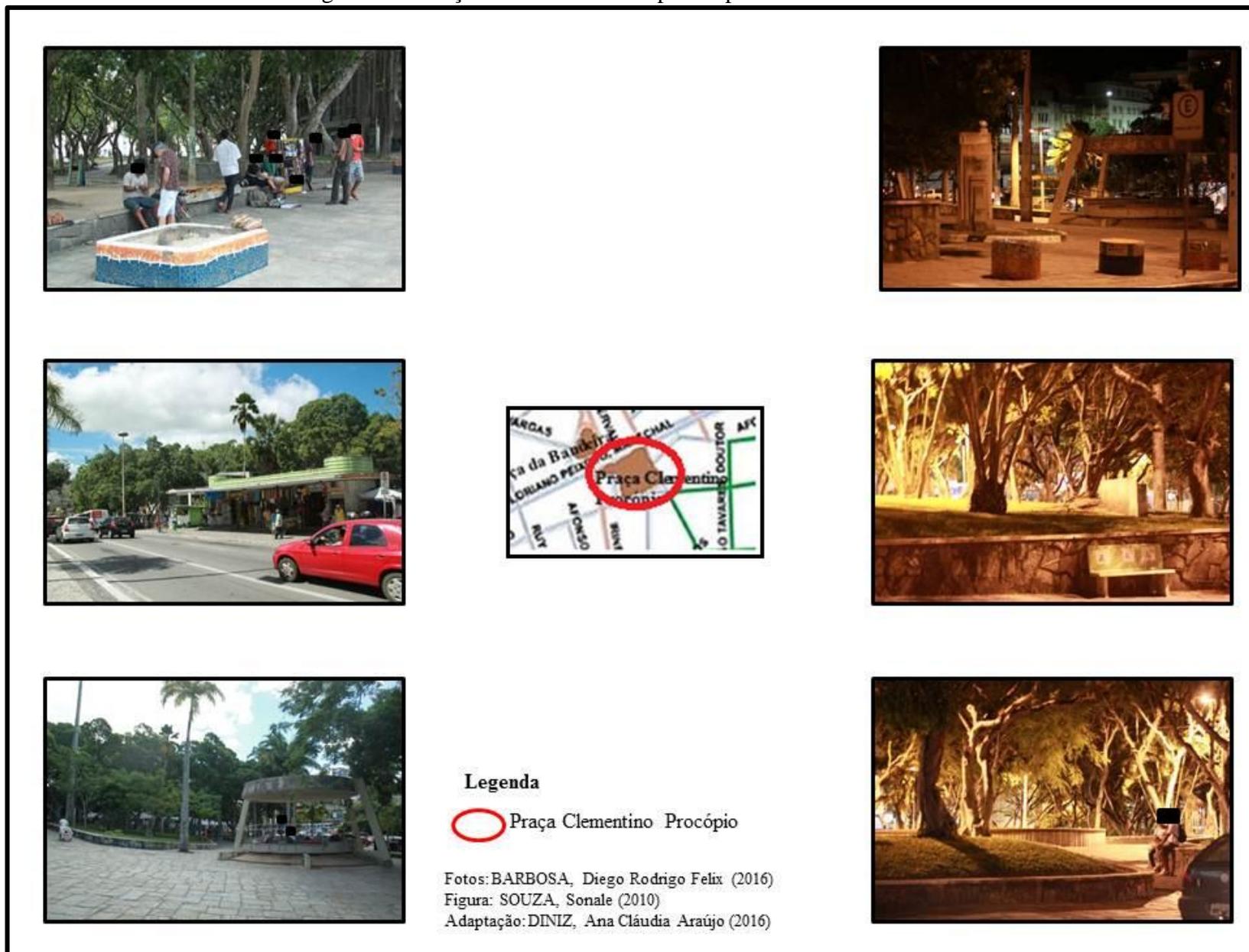
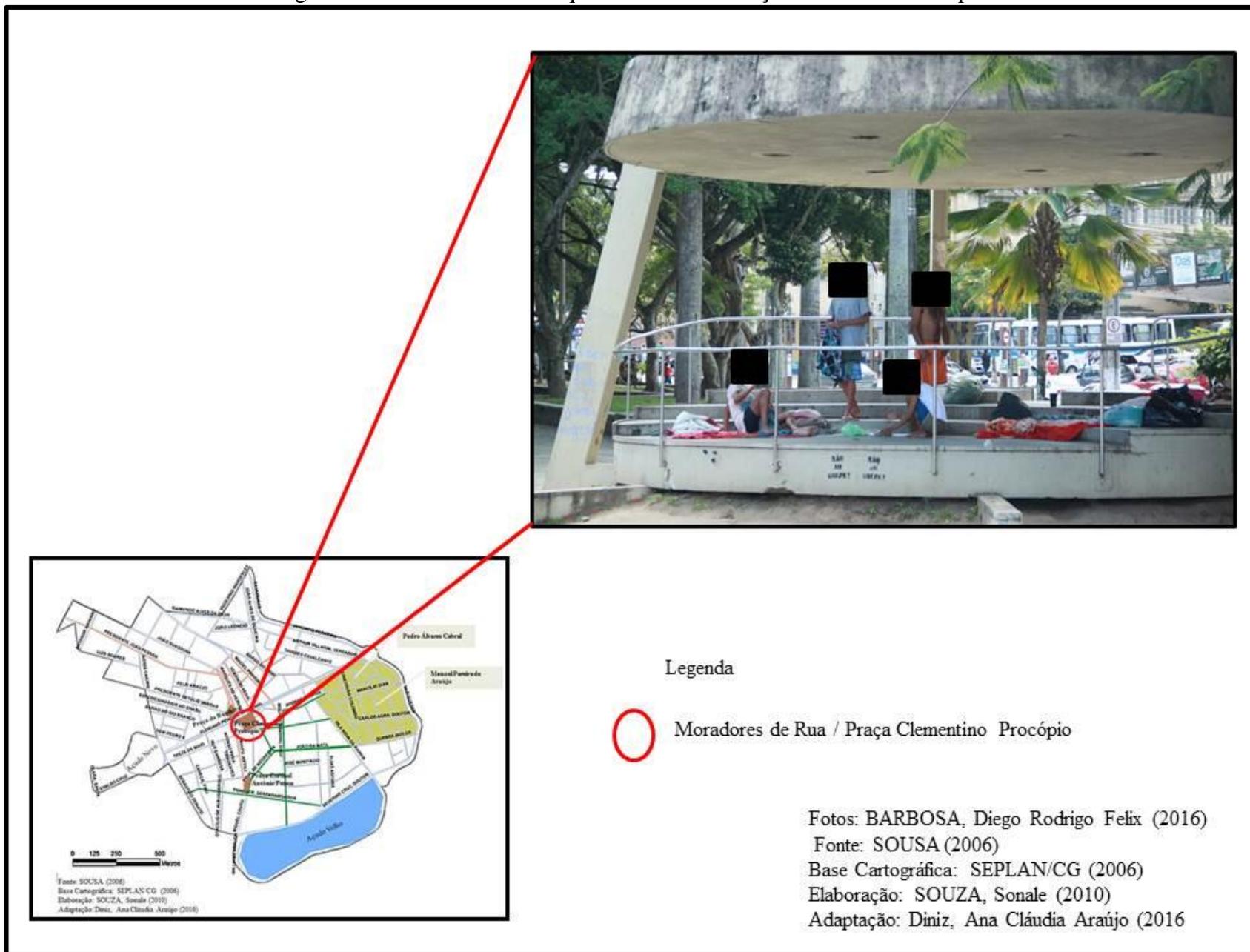


Figura 12 – Moradores de rua que situam-se na Praça Clementino Procópio



Outras territorialidades que da mesma forma estão presentes na referida praça são de grupos denominados como “alternativos”, que também são considerados marginais, tais como: hippies, roqueiros e góticos que se utilizam do espaço para negociarem seus trabalhos artesanais bem como produzi-los. Os produtos variam desde brincos, pulseiras, *piercings*, tornozeleiras entre outros artefatos artesanais.

Nota-se a presença nesta localidade das crianças e adolescentes que trabalham no sinal de cruzamento entre a Rua Vida de Negreiros e a Avenida Marechal Floriano Peixoto que se dispõe dia e noite limpando os para-brisas dos carros, fazendo malabares, pedindo dinheiro ente outras ações. (Figura 13)

Nosso roteiro de territórios sobrepostos na área central de Campina Grande também nos leva à Praça Coronel Antônio Pessoa, que é mais conhecida como a Praça da Morgação. A mesma situa-se também em um local estratégico e serve como um ponto de acesso ao bairro do Catolé. Entre suas funcionalidades, esta praça serve de ponto de encontro dos estudantes que frequentam uma faculdade particular localizada no seu entorno (UNESC) bem como os cursos técnicos. Possui também proximidade com uma escola particular de ensino médio, cursinhos de pré-vestibular e preparatórios para concursos que situam-se em estabelecimentos no entorno da mesma. Há também os comércios informais de lanches e outros ramos alimentícios principalmente no turno da noite, considerando-se que o maior volume de estudantes nesta área é neste turno, o que aumenta a possibilidade de lucratividade. (Figura 14)

Observa-se que na Praça da Morgação a presença de profissionais do sexo se restringe aos do sexo masculino, denominados como michês. Os mesmos são identificados através dos códigos exercidos entre este grupo em questão. Apesar de não identificarmos qual o motivo dessa seletividade espacial nota-se que, em alguns espaços, tem-se a presença de profissionais de ambos os sexos, mesmo que ocorra uma demarcação e/ou divisão territorial, contudo nesta praça o comando territorial da indústria do sexo seria apenas dos michês.

Figura 13 – Sinal onde localizam-se as crianças fazendo malabares, limpeza de vidros e etc

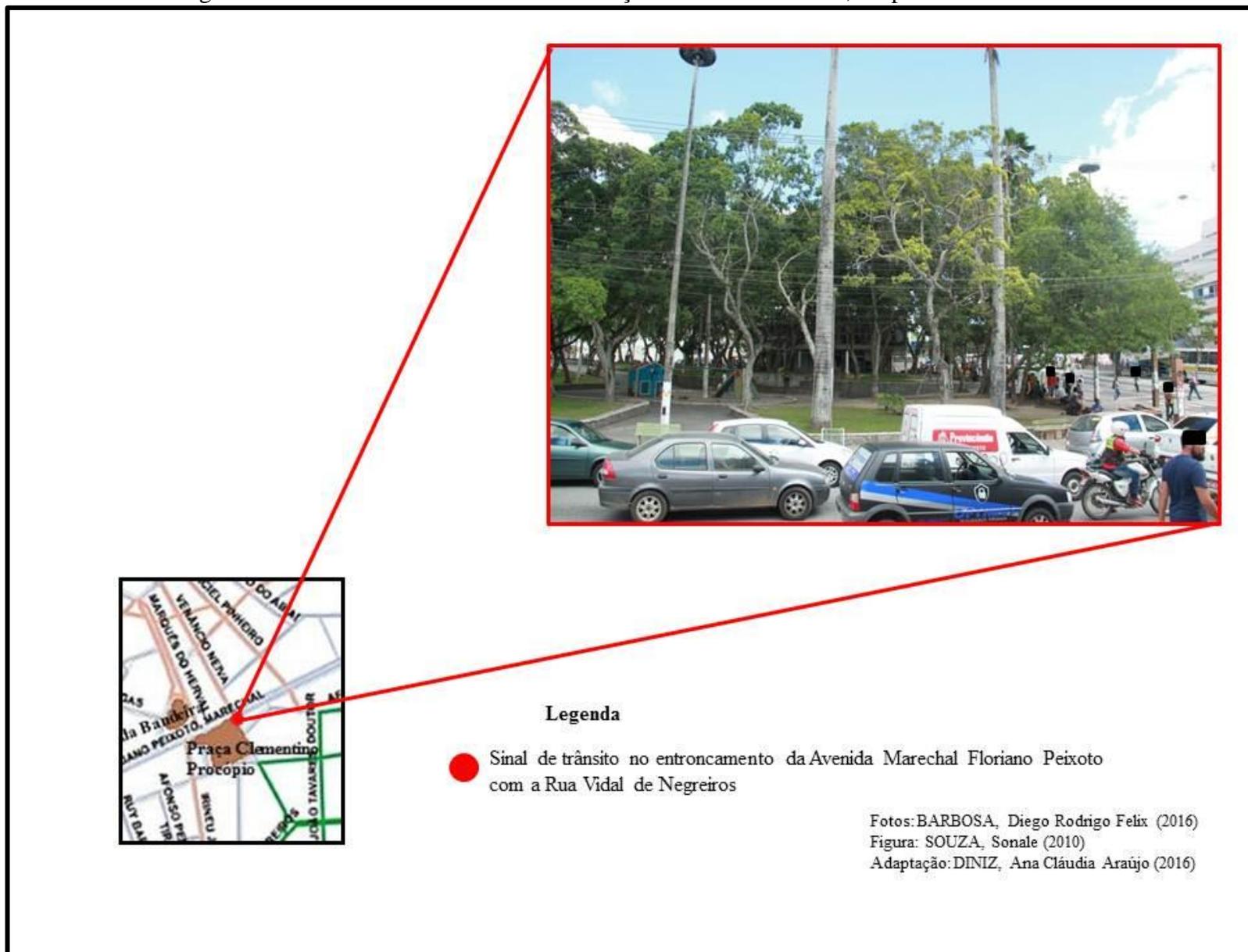


Figura 14 – Praça Coronel Antônio Pessoa /Praça da Morgação (dia/noite)



Legenda



Praça Coronel Antônio Pessoa /
Praça da Morgação



Fotos: BARBOSA, Diego Rodrigo Felix (2016)
Fonte: SOUSA (2006)
Base Cartográfica: SEPLAN/CG (2006)
Elaboração: SOUZA, Sonale (2010)
Adaptação: Diniz, Ana Cláudia Araújo (2016)

Outro local do Centro que possui enclaves territoriais é o Calçadão da Cardoso Vieira. Analisa-se que depois da Praça da Bandeira este seja o espaço que possui maior diversidade territorial em sua formação socioespacial. O Calçadão serve de ponto de encontro para idosos dialogarem e jogarem cotidianamente. Há uma gama de vendedores ambulantes (circuito informal) de artigos importados (da China) e nacionais que variam entre: chips para celular, antenas de Tv, brinquedos infantis, celulares (novos e usados), etc. Agrupam-se também nesta área pessoas que praticam a mendicância (idosos e crianças), como também profissionais do sexo devido à versatilidade dos grupos que pertencem a este território. (Figura 15)

Com relação à prostituição, o calçadão serve apenas como lugar de reconhecimento dos possíveis clientes. Ali a prostituição é constituída predominantemente pelas mulheres, ou seja, a prostituição caracterizada como feminina. Percebe-se que como outros espaços da prostituição existentes na área central, este também possui o *trottoir*.

A Rua Presidente Getúlio Vargas possui uma territorialidade peculiar, pois a primeira quadra dessa rua, que se inicia no entroncamento com a Marques do Herval (entre a escola CIC – Damas e o prédio dos Correios) até a transversal da Rua Rui Barbosa (a esquina do tradicional Bar Ferro de Engomar), é ocupada por “flanelinhas”, que de acordo com a classificação especificada por Idalino (2013, p.73), “Trata-se de um tipo de trabalhador informal que se apresenta como guardador de carros estacionados em espaços públicos. Compõe a problemática mais ampla da informalidade, tão presente do desenvolvimento urbano-industrial brasileiro”. Portanto, os mesmos não detêm nenhum vínculo com a prefeitura e nenhum outro órgão público, nem tão pouco são terceirizados, pois esta área ainda não faz parte das localidades centrais onde já foram inseridas a Zona Azul.

[...] se inventam como “flanelinhas” e ou lavadores de carros. Se estabelecem e passam a cobrar, aos motoristas que estacionam seus carros em áreas públicas, um preço pela vaga e segurança de seus veículos e ou um preço pela lavagem de carro. Desse modo demarcam um território, criam uma ocupação e um ‘serviço’, ao público, constituem uma clientela, estabelecem regras (tácitas) de convivência e prestação de serviço (portanto, um padrão de sociabilidade) e, assim, recusando a condição de exclusão social extrema a que são submetidos (‘vagabundo’ ou ‘marginal’), se inventam como socialmente úteis (conforme expressão do cientista francês Robert Castel). Não permitindo que outros ‘flanelinhas’ e lavadores de carro

Figura 15 – Calçada da Cardoso Vieira e seus múltiplos territórios



atuem na sua área, garantem a percepção de uma renda. Os espaços assim conquistados são praticamente tudo o que ‘possuem’. O valor do ‘serviço’ algumas vezes é estipulado por eles próprios, outras vezes, por conta do proprietário do veículo. (IDALINO, 2013, p.74)

Para dar seguimento à rotina cotidiana, estes flanelinhas dispõem-se nesse trecho da Rua Presidente Getúlio Vargas durante o dia olhando os carros e motos que ali são estacionados pelos que trabalham na área central da cidade ou mesmo aqueles que se dirigem à localidade por curto espaço de tempo. Realizam também outros serviços, tais como a lavagem interna e externa destes meios de locomoção. (Figura 16)

Nota-se, com base das observações *in loco*, que o grupo de homens que realiza este trabalho são pessoas de uma mesma família, onde os mesmos detêm o poder pleno e absoluto da área há certo tempo, no tocante a realização deste serviço. (Figura 14) Este grupo familiar exerce seu poder sobre este espaço, geralmente, de segunda a sábado durante o horário comercial, ou seja, das 08h00 às 18h00⁴³, considerando que a Rua Presidente Getúlio Vargas é uma das importantes artérias do Centro de Campina Grande, isto é, a mesma dá acesso a ruas importantes e movimentadas do comércio da cidade como as ruas Presidente João Pessoa, Marque do Herval e adjacências como também é uma importante ligação entre os bairros da Prata e São José, por isso Pimentel & Barbosa (2013, p.4) afirmam que “O elevado número de automóveis que circula durante o período diurno, reflete a funcionalidade da rua [...]”.

A partir da observação identificou-se que alguns clientes possuem vagas exclusivas pelo fato de serem assíduos e conhecidos dos flanelinhas. Infelizmente não conseguimos acesso aos dados referentes aos valores pagos pelos clientes assíduos e que são mensalistas.

Até o ano de 2012 a Rua Presidente Getúlio Vargas continha uma movimentação peculiar também durante o turno da noite. Na mesma área de influência desta família de flanelinhas se encontrava uma das unidades do Campi da Universidade Estadual da

⁴³ Sobre a jornada de trabalho, nos pontos do centro da cidade, o normal é que preencha o dia inteiro e se estenda de segunda ao sábado. A inclusão do domingo ocorre em casos que as atividades do entorno continuam nesse dia, como nas imediações de shoppings, entre outras. Ou em situações especiais, como em eventos (comemorações, shows, manifestações religiosas etc.). Em quaisquer casos, é preciso permanecer no ponto até o último carro. Cf. IDALINO (2013, p.77)

Paraíba (UEPB), que abarcava os cursos de Administração e Ciências Contábeis, portanto, era grande o fluxo de transeuntes, veículos e motos, de alunos e professores, mesmo durante a noite em virtude da Universidade. Todavia, após a transferência deste Campi para a Central de Aulas, que fora construída no bairro de Bodocongó, houve a desativação desta função na localidade, mudando assim a funcionalidade da rua no período noturno e também a rotina dos flanelinhas que trabalham no turno da noite quando da existência desta movimentação noturna na localidade em questão.

Dessa forma, a rua não é considerada apenas um lugar de passagem, na medida em que abarca a multiplicidade do espaço urbano, suas funções, conteúdos e singularidades, ao representar no plano do vivido relações simbólicas, onde segundo Ribeiro, afloram as diferenças e as contradições que permeiam a vida cotidiana, bem como as tendências de homogeneização e normatização impostas pelas estratégias do poder que subordina o social. (PIMENTEL & BARBOSA, 2013, p.11)

Muitos desses espaços acabam por torna-se tangenciáveis como verifica-se, ou seja, a partir dos distintos grupos existentes as pessoas evitam circular pelos locais que possam vivenciar situações de risco mesmo que sejam apenas relatos de terceiros e com isso acabam por gerar mapas mentais dos espaços do medo fazendo com que os transeuntes resvalem-se em meio às ocupações territoriais marginais. Acerca desta problemática Costa & Sá (2007) analisam que,

Uma ‘quase institucionalização’ da violência e do medo fez com que ruas, praças e parques de nossa cidade se transformassem em espaços cuja utilização segura é limitada a certos horários do dia, pois, na maior parte do tempo, alguns desses espaços são tangenciáveis, cuja permanência é ‘comprometedora’ e/ou de risco para os possíveis frequentadores. Como os lugares respondem distintamente a certos fenômenos, percebemos que a resposta de algumas camadas da população campinenses foi o enclausuramento, o que resultou em espaços públicos mais inseguros, porque vazios, ou ocupados por ‘deliqüentes’. (p.112)

A partir do exposto, verifica-se que o poder está presente em todas as esferas da sociedade, onde o mesmo é exercido e disseminado de formas diversas, tendo em vista que vivemos em uma sociedade hierarquizada, onde o poder é visualizado como uma prática social comum.

Figura 16 – Flanelinhas na Rua Presidente Getúlio Vargas



Outra localidade central que possui um leque de territorialidades é o Terminal Rodoviário Cristiano Lauritzen, conhecido popularmente como Rodoviária Velha, pelo fato do mesmo ter sido deixado em segundo plano quando da implantação do Terminal Rodoviário Argemiro de Figueiredo no ano de 1985 no bairro do Catolé. Todas as linhas interestaduais foram deslocadas para o novo terminal, restando apenas as linhas intermunicipais de curta distância (estas linhas direcionam-se para cidades circunvizinhas tais como: Lagoa Seca, Alagoa Nova, Areia, Esperança, entre outras), sendo que muitas delas também se deslocam para o novo terminal. (Figura 17)

Esta mudança ocorreu pelo fato do mesmo não comportar mais o aumento dos destinos e, conseqüentemente, o volume de passageiros que não foi vislumbrado quando da sua projeção inicial, bem como o transtorno que gerava com relação ao tráfego na cidade. Sua funcionalidade principal seria a via de transportes, contudo o terminal possui além dos guichês de venda de passagens, vários outros tipos de serviços formais e informais, que variam desde: produtos artesanais (sandálias de couro), engraxates, relojoeiros, vendedores de produtos importados, etc.

A Rodoviária Velha também serve de ponto de pouso para os transportes alternativos que possuem maior flexibilidade de horários como também maior agilidade com relação aos trajetos percorridos, pois possuem um número restrito de passageiros em virtude do tamanho dos veículos e não necessitam realizar as paradas obrigatórias realizadas pelos transportes convencionais. Alguns grupos de “pedintes” habitam o local, considerando o fato de que o mesmo possui espaços que propiciam esta questão. Durante o dia verifica-se a existência de algumas profissionais do sexo que circulam no local à espera de clientes e, como o terminal ainda possui grande rotatividade de passageiros que utilizam tanto o serviço prestado pelas empresas que realizam os diversos itinerários aqui explicitados como também os transportes alternativos, fazendo do local um atrativo para estas prostitutas. Este fato ainda é favorecido com a existência de pelo menos três pousadas de alta rotatividade circunvizinhas ao terminal, fato este que facilita o deslocamento destas com seus clientes.

Os horários de funcionamento dos estabelecimentos da área são das 05h30 às 19h00, de segunda a sexta e nos finais de semana os comerciantes locais trabalham apenas até as 17h00, com exceção apenas dos guichês de venda de passagens que

Figura 17 – Dinâmica espacial diurna e noturna da Rodoviária Velha (dia/noite)



Legenda

 Dinâmica espacial do Terminal Rodoviário



Fotos: BARBOSA, Diego Rodrigo Felix (2016)
 Fonte: SOUSA (2006)
 Base Cartográfica: SEPLAN/CG (2006)
 Elaboração: SOUZA, Sonale (2010)
 Adaptação: Diniz, Ana Cláudia Araújo (2016)

funcionam durante o domingo até as 16h00. Depois dos horários aqui descritos, a localidade não possui outra funcionalidade, por tornar-se um local tangenciável.

A Rua Presidente João Pessoa é outro território que apresenta a dinâmica territorial aqui analisada nos diversos espaços do Centro de Campina Grande. Contudo, similarmente aos demais, ela apresenta suas peculiaridades espaciais que levam a existência da sobreposição territorial, pois esta rua possui forte associação ao econômico da cidade desde o período áureo do ciclo da cotonicultura na cidade, como visualizamos no capítulo anterior.

Nesta rua encontram-se bancos (Itaú, Unibanco, HSBC) e comércios formais e informais dos mais variados, que vão desde as lojas especializadas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos de grande e médio porte, lojas de artigos elétricos, materiais de construção, produtos chineses importados diversos, papelarias de venda no atacado e varejo, lojas de colchões, entre outras especialidades. Em virtude dessas lojas de artigos muitas vezes não possuem seus próprios entregadores, colabora para a inserção de grupos de fretistas que demarcam seus pontos, pontos estes que são cativos e ficam durante todo o dia à espera de serviços que sempre surgem em decorrência do fluxo de clientes que procuram na Rua João Pessoa as lojas com os melhores preços para realizarem suas compras de bens duráveis ou não. (Figura18)

Analisa-se, porém, que a funcionalidade deste local é totalmente alterada quando há o fechamento das lojas no período noturno, onde de acordo com Silva (2002, p.42) “Os territórios de grupos de prostitutas podem ocupar espaços da cidade apenas durante a noite, servindo esses espaços, durante o dia, para outras atividades. Tais territórios são conhecidos como territórios cíclicos”. Pois uma vez que este espaço que antes era voltado às questões econômicas e comerciais relacionadas a bens duráveis e não duráveis, passa a ser dos profissionais do sexo que se espriam durante à noite a espera de seus clientes.

[...] tem início um processo de mudança das funções, historicamente, atribuídas ao bairro, principalmente, no horário de trabalho das profissionais do sexo. Isso porque, no período noturno, as principais funções da via (circulação, lazer e moradia) passam a conviver com a função de espaço de prestação de serviços sexuais, passando assim a dinâmica do lugar a ser regida pelo ritmo das garotas de programa. No horário de trabalho das prostitutas é o território das profissionais do sexo, que apesar de marginalizado pela sociedade ascende e passa a

ditar as regras de convívio, o que tem provocado sérios conflitos. Relatos de violência por parte dos residentes em relação as prostitutas são frequentes, como também as queixas dos moradores que falam do barulho, da agitação promovido pela presença das prostitutas, e até situações onde moradoras foram abordadas por clientes confundidas com as mulheres que trabalham na via. (PARENTE, 2014, p. 17)

Portanto, na Rua Presidente João Pessoa a prostituição é exclusivamente de rua ou *trottoir*, como evidenciamos no segundo capítulo desta pesquisa, considerando o fato de que estes profissionais se estendem pela rua formando grupos a espera dos clientes. Observa-se após a verificação *in loco*, que os profissionais do sexo de dispõem apenas na margem esquerda da rua no sentido Bairro/Centro, essa articulação dá-se em virtude deste ser o sentido do trânsito na localidade, pois esta via expressa de circulação possui um sentido único para os automóveis.

Verifica-se a partir do exposto, que a predileção por esta margem da Rua Presidente João Pessoa, está atrelada ao fator de facilitação do acesso aos clientes que circulam em sua maioria neste turno do dia de carro, não excluindo desta maneira a potencialidade de clientes que não possuem veículos automotivos. Dessa maneira, se possibilita uma abordagem mais rápida, favorecendo a realização do acordo entre profissional e cliente, acerca da realização do programa, tais como: valor, duração, localidade e o que inclui o mesmo. (Figura 19)

Outro fator sobrepujante acerca da Rua Presidente João Pessoa e o território da prostituição é o fato de que na localidade existem dois tipos de prostituição: a feminina e a travesti. Verifica-se que nestes dois territórios, apesar de estarem espalhados na mesma localidade, não há uma junção dos grupos, isto é, os indivíduos que formam o grupo das profissionais do sexo feminino não se unem às travestis e vice-versa.

Figura 18 – Rua Presidente João Pessoa nos dois turnos (dia e noite)



Legenda

— Rua Presidente João Pessoa

Fotos: BARBOSA, Diego Rodrigo Felix (2016)

Figura: SOUZA, Sonale (2010)

Adaptação: DINIZ, Ana Cláudia Araújo (2016)

Percebe-se, portanto, que não ocorre uma homogeneização dos grupos pelo simples fato de todas serem do mesmo sexo, bem como não existe um conviver solidário entre as profissionais do sexo. Pelo contrário há uma disputa, uma competição acirrada, entre os grupos de mulheres que se prostituem na área e um processo heterogêneo de apropriação dos espaços públicos [...], de modo que esses atores se agrupam e se solidarizam de acordo com interesses comuns. Assim, nos pontos onde existem mulheres na faixa etária mais alta não ocorre a presença de mulheres mais jovens. Outro exemplo dessa fragmentação entre as garotas de programa consiste no fato de se agruparem de acordo com a aparência, não somente aquela ligada a beleza física, mas a aparência no sentido das vestimentas, de modo geral as que são mais bem vestidas costumam ocupar espaços comuns. (PARENTE, 2014, p. 11)

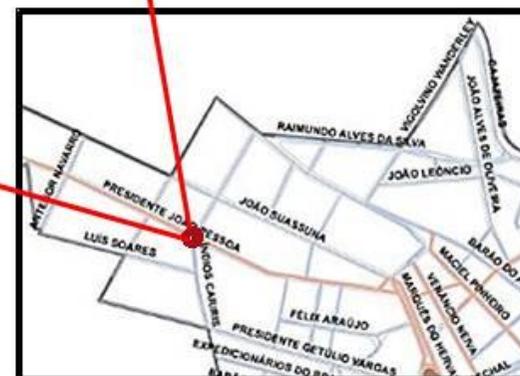
Portanto, cada grupo limita-se a sua área de abrangência. Nota-se também que há relutância quando do surgimento de algum(a) profissional, seja mulher ou travesti, que já não seja inserido(a) nestes grupos para utilizar-se da área como seu ponto de trabalho.

Nas ruas, a prostituição tem suas regras. Ao longo das calçadas e esquinas, os “pontos” são demarcados por pequenos grupos que nem sempre aceitam se misturar. Mulheres mais velhas dizem não querer aproximação com as adolescentes; os travestis preferem distância das mulheres; as prostitutas mais “abastadas” têm território fixo longe das mais pobres. Na noite, a segregação ocorre até mesmo pelo tipo de drogas que cada grupo consome. (PARENTE, 2014, p. 11)

Já, a dinâmica espacial territorial apresentada pela Feira Central de Campina Grande, processa-se de forma diferenciada de todas aqui apresentadas. A feira possui propriedades que a (re)significam, levando-se em consideração sua trajetória no tempo e no espaço, como pode-se verificar no capítulo anterior onde revela-se as problemáticas que envolviam a Feira Central de Campina Grande quando a mesma situava-se nas principais ruas da cidade na primeira metade do século XX. Ademais, a feira já serviu de cenário para revoluções sociais importantes para a história nacional, a exemplo disso, pode-se citar a revolta dos Quebra-Quilos e o Rasga-Valas que ocorreram em 1874 e 1895 respectivamente.⁴⁴

⁴⁴ Cf. COSTA (2003)

Figura 19 – Profissionais do sexo em um dos pontos situados ao longo da rua João Pessoa



Legenda

- Entroncamento da Rua Presidente João Pessoa com a Rua Índios Cariris

Fotos: BARBOSA, Diego Rodrigo Felix (2016)

Figura: SOUZA, Sonale (2010)

Adaptação: DINIZ, Ana Cláudia Araújo (2016)

Esta é a principal feira da cidade e nesta localidade encontram-se os dois circuitos da economia, superior e inferior, sendo o último predominante em face ao primeiro. Além do Mercado Municipal, a feira propaga-se através das ruas: Vila Nova da Rainha, Dr. Antônio de Sá, Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral, Manoel Pereira de Araújo, Capitão João de Sá, Tavares Cavalcante, Deputado José Tavares, Marcílio Dias, Dr. Carlos Agra. (Mapa 07)

A feira funciona de segunda a sábado, geralmente das 05h00 as 18h00, mas os dias de maior concentração de pessoas tanto para venda como compra, são nas quartas-feiras, sextas-feiras e aos sábados, pois além das barracas e bancas que são mantidas montadas diuturnamente, montam-se outras, fazendo-se uso inclusive dos espaços no chão da feira para exposição de mercadorias que desejam vender, dificultando muitas vezes a circulação no local.

Cada uma dessas ruas abarcadas pela feira é especializada em um tipo de produto, ou seja, a feira é setORIZADA e estes setores subdividem-se em: feira de flores, feira de queijos e doces, feira de roupas, feira de fumo, feira de troca, feira de artesanato (artigos em couro de bode, barro entre outros), feira de galinhas, feira de peixes, carne e cereais, sendo que estes estão situados no Mercado Central. Os produtos hortifrutigranjeiros (hortaliças, legumes e frutas) são majoritariamente advindos da agricultura familiar dos municípios circunvizinhos, já os demais produtos são adquiridos na CEASA que localiza-se no bairro do Alto Branco ou em outros locais de revenda. (Figura 20)

Portanto, são cada um destes setores dão vida, cor e sentido à rica dinâmica espacial presente neste espaço. Conforme especificado e dialogado amplamente no terceiro capítulo desta pesquisa, a Feira Central de Campina Grande, já na localidade onde se encontra, já enquadrava-se como um dos principais palcos relacionados à prostituição da cidade desde a primeira metade do século XX e ainda o mantém, não da forma de outrora, mas ainda possuindo laços com esta profissão de forma significativa, inclusive em relação a algumas regiões da feira, a exemplo disso, pode-se citar a Rua Manoel Pereira de Araújo.

A partir do exposto pode-se afirmar que a Feira de Central ainda mantém a prostituição que outrora fez deste lugar uma das áreas mais procuradas da cidade para aqueles que estavam à procura de diversão regada de bebidas, jogos, danças e sexo. Na Feira Central as profissionais do sexo trabalham durante o dia, tendo em vista que o

público alvo do local circula mais durante o dia devido ao horário de funcionamento da feira. Verifica-se assim a existência de dois tipos de prostituição e especificadamente em duas ruas distintas, a prostituição de rua (*trottoir*) e a prostituição em bares/pensões, ocorridas nas ruas Manoel Pereira de Araújo e na Pedro Álvares Cabral, respectivamente.

Nos dois casos nota-se a presença dos agenciadores, contudo nem todas as garotas que se prostituem na rua estão na “posse” do agenciador. Depois de visualizarmos a feira enquanto local histórico diversificado, verifica-se que a mesma também possui seu lado marginalizado, uma vez que há uma concomitância entre a prostituição de rua e o tráfico de drogas. Muitas meninas que ali se prostituem são usuárias de entorpecentes, não se limitando apenas ao consumo, como também realizando o transporte e até mesmo a venda desses produtos ilícitos para usuários diversos, a exemplo de usuários pode-se citar os meninos que circundam a feira e as praças da cidade bem como a Avenida Canal munidos de armas brancas, efetuando roubos para que possam sustentar seus vícios.

As garotas viciadas que se prostituem também seguem o mesmo ritmo desses garotos, contudo as mesmas possuem o corpo como moeda de troca para que consigam sustentar seu vício. Por isso pode-se afirmar que neste caso nem sempre as mesmas se prostituem para ganhar dinheiro.

Figura 20 – Diversidade espacial da Feira Central



Legenda

— Feira Central (área de propagação e sua diversidade espacial)

Fotos: BARBOSA, Diego Rodrigo Felix (2016)
 Fonte: SOUSA (2006)
 Base Cartográfica: SEPLAN/CG (2006)
 Elaboração: SOUZA, Sonale (2010)
 Adaptação: Diniz, Ana Cláudia Araújo (2016)

Com relação ao *trottoir*, presente na Rua Pedro Álvares Cabral, nota-se a presença das profissionais do sexo nesta rua apenas nos dias de maior movimentação da feira, como também no início do mês, considerando o fato de a procura pelos serviços prestados por essas profissionais sofrer um aumento considerável associado aos recebimentos de salários dos clientes. Todavia, não foi possível em nossas observações certificar a presença de agenciadores(as) para os quais estas garotas estariam trabalhando e, no caso da sua inexistência, os ganhos obtidos através dos programas não são divididos com mais ninguém.

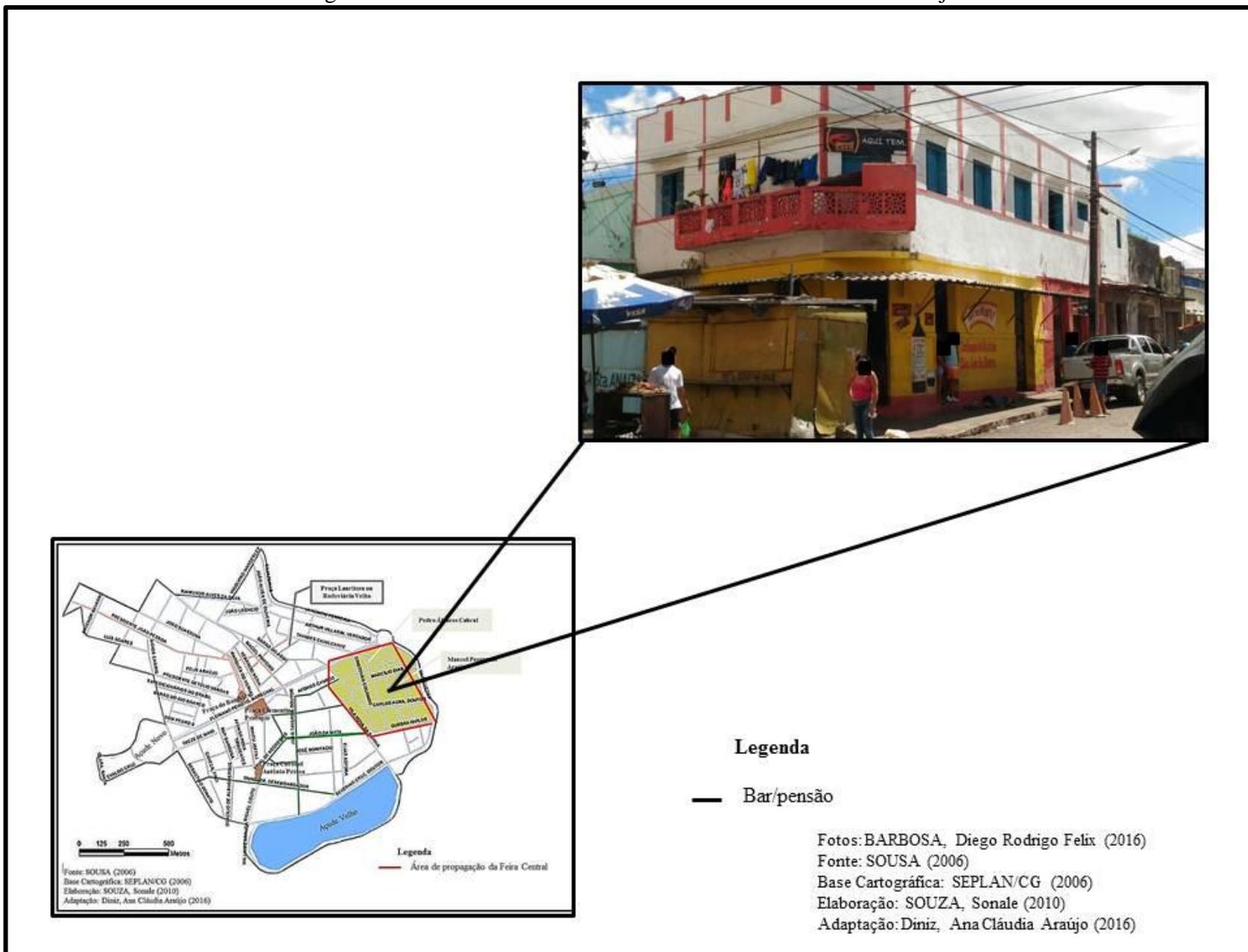
Com relação às profissionais do sexo que trabalham na Rua Manoel Pereira de Araújo, verifica-se que as mesmas se encontram em bares/pensões. Ponderamos atribuir à denominação de bares/pensões, tendo em vista que estas localidades na primeira impressão apresentam-se como estabelecimentos para venda de bebidas, onde as garotas estariam ali apenas como entretenimento local. Porém, ao adentrar mais a estes espaços, consegue-se visualizar os quartos que o local possui, onde os mesmos são próprios para a realização dos programas. (Figura 21)

Nestes bares/pensões, as garotas de programa possuem, além da disponibilização dos quartos para a realização dos programas, “vínculo” com o estabelecimento, tendo direito à “proteção” dos donos destes bares/pensões que mantém a ordem e segurança no local. Em troca desta “proteção”, as garotas de programa pagam pela utilização dos quartos onde realizam os programas além de fazer com que os clientes consumam o máximo possível no bar. O pagamento referente aos quartos fica associado à quantas vezes cada uma delas fizeram uso dos mesmos.

A Rua Tavares Cavalcante⁴⁵ também possui um bar/pensão que com funcionalidade similar à apresentada na Rua Manoel Pereira de Araújo, mas há um quesito que denota a peculiaridade da prostituição deste bar/pensão: as garotas residem no local, diferentemente das que trabalham na Rua Manoel Pereira de Araújo, que residem em localidades distintas da cidade e de municípios circunvizinhos.

⁴⁵ Durante a observação *in loco* não conseguimos nenhuma imagem do local, mesmo que apenas da parte externa, pois há sempre alguém realizando a “ronda” do local.

Figura 21 – Bar/Pensão localizado na Rua Manoel Pereira de Araújo



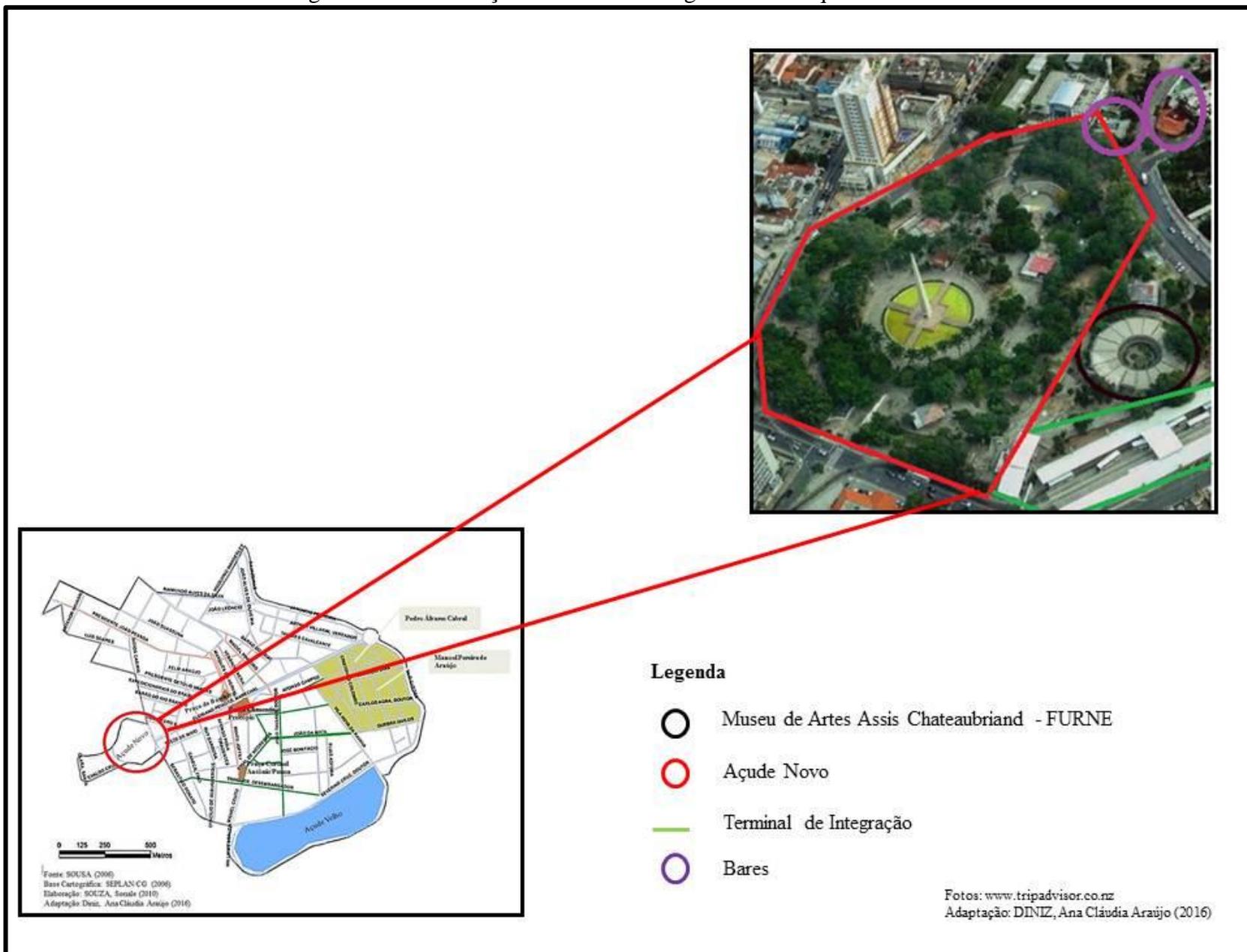
Outro local que possui uma ampla diversidade territorial é o Parque Evaldo Cruz, mais conhecido como Açude Novo, devido ao fato do mesmo já ter servido como fonte de abastecimento de água para a cidade num passado nem tão distante, mas hoje aterrado, dando lugar ao parque. Atualmente, o local abriga o Terminal de Integração da cidade, o antigo Museu Assis Chateaubriand – FURNE, algumas lanchonetes e bares tanto no seu interior como ao redor, sendo, portanto, uma localidade que abarca diuturnamente vários grupos sociais em virtude desses múltiplos espaços ali presentes. (Figura 22)

A presença de menores infratores é constante ao longo do dia: os mesmos rodeiam o Açude Novo em busca de pedestres para realizarem roubos e furtos, haja vista a maciça circulação de transeuntes. Outra problemática associada à localidade é a presença de usuários de drogas, considerando a formação do parque se assemelhar a uma depressão, só que neste caso totalmente arborizado, o que dificulta a visualização de quem está circulando parque externamente, sendo fator favorecedor tanto para o uso de entorpecentes quanto para os corriqueiros roubos que ocorrem na parte interna e externa do local.

Verifica-se também que o parque serve de ponto de encontro para diversos tipos de grupos, tais como roqueiros, punks, emos, entre outros. Os mesmos espraiam-se entre a parte interna e externa do Terminal de Integração e a parte externa do Museu Assis Chateaubriand – FURNE, demarcando os espaços de convivência entre os mesmos.

Em seu entorno, no sentido centro-bairro, o Parque Evaldo Cruz, contém algumas lanchonetes e bares que possuem funcionamento apenas no período noturno. Estes estabelecimentos concedem dessa forma, uma nova dinâmica espacial ao local em questão, principalmente os bares que são um chamariz para os indivíduos que estão a procura de beber, escutar música como também dançar.

Figura 22 – Delimitação da área de abrangência do Parque Evaldo Cruz



Os três bares presentes no local (Banana Beer, Saloon Bar e Chopp and Beer), possuem características peculiares entre si, levando em consideração o fato de que cada um deles abarca de certa forma um público em específico. O Banana Beer possui música ao vivo, variando geralmente entre gêneros musicais, entre eles MPB, Rock and Roll, Sertanejo e Pop. O Saloon Bar e o Chopp and Beer apresentam um repertório musical entre os gêneros pagode, samba e forró. (Figura 23)

Verifica-se que estes espaços são propícios para a criação e efetivação dos territórios da prostituição, levando-se em consideração o fato de que estas localidades possuem os atrativos vislumbrados e necessários para se lograr êxito tanto para agenciadores como para os profissionais do sexo que se propagam nestes territórios.

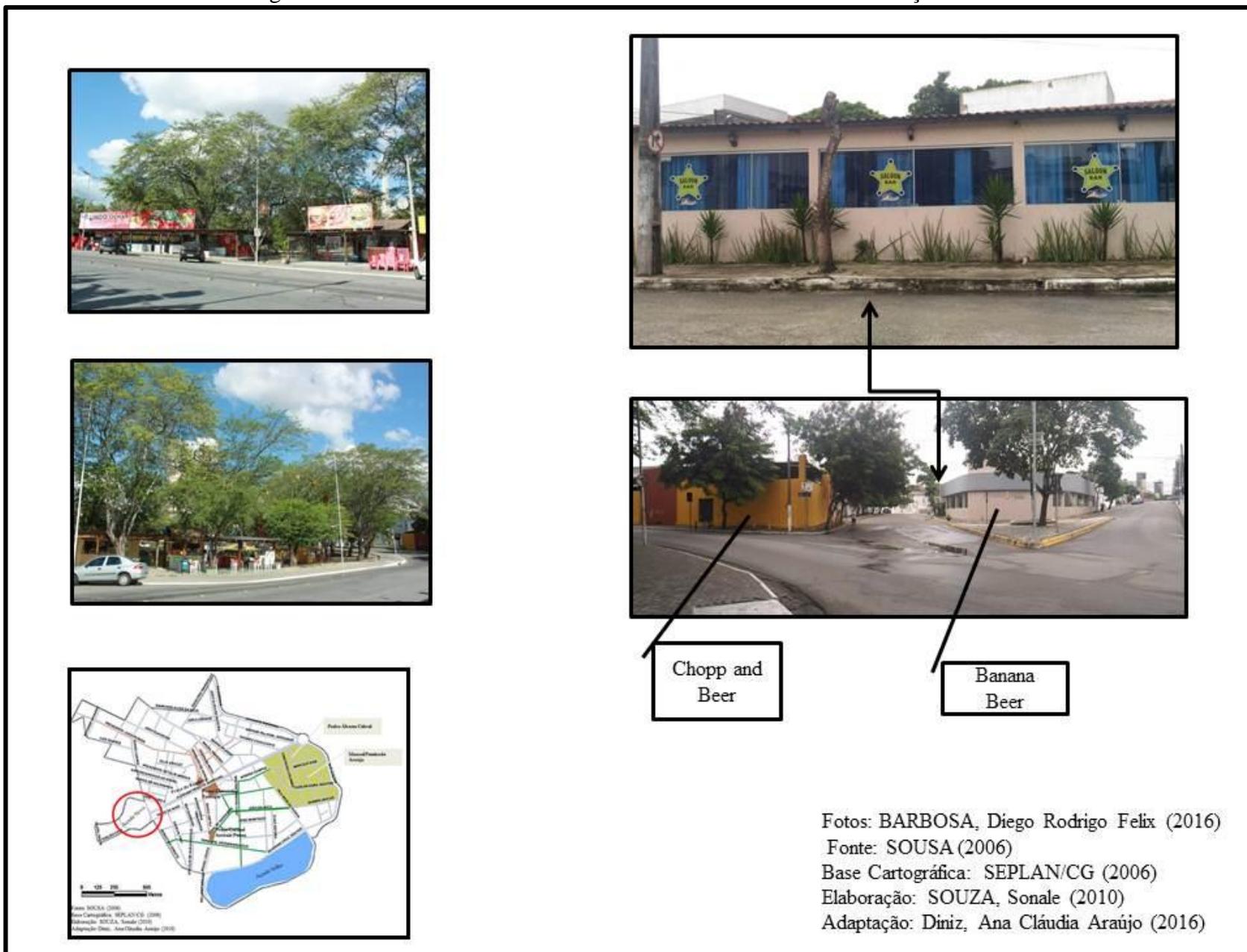
É importante lembrar que, além de “fazerem ponto” nas esquinas, muitas mulheres se dirigem para alguns bares do bairro em busca dos turistas e dos homens da cidade que não querem se expor nas ruas. Esses bares servem, especialmente, de ponte entre o turista que não conhece a cidade e, que, portanto, ao invés de se expor abordando as mulheres nas ruas, prefere frequentar um bar onde possa contratar os serviços sexuais. (PARENTE, 2014, p. 16)

A partir disso, Alcântara (2009, p.38) enfatiza a problemática em questão quando relata-nos a importância da identidade para a diferenciação destes territórios que se sobrepõe.

Os territórios de prostituição que se desenvolvem em áreas urbanas, além do controle e apropriação do espaço, criam suas formas de identidades que o ajudam a se diferenciar de outros territórios urbanos como os das drogas, dos homossexuais, moradores de rua, emos, punks e outros. Esses diferentes processos de identificação no espaço urbano, como salienta Costa (2007) provocam micro segregações que singularizam pequenos espaços, especialmente, quando se trata de grupos em que certos comportamentos de conduta não são aceitos abertamente pela sociedade.

A exemplo disso pode-se citar a confluência de público. Os dias de movimentação nestes bares vão de quarta-feira a domingo, contudo a lotação maior ocorre nos finais de semana, isto é, de sexta-feira a domingo, pois há geralmente a contratação de pequenas bandas para apresentações ao vivo, sendo assim cobrado pagamento de entradas para

Figura 23 – Lanchonetes e bares da área externa e dos arredores do Açude Novo



acesso ao local. Muitas vezes essa entrada está associada a algum tipo de bebida em promoção como forma de atrativo local.

Nestes bares há a presença de prostitutas, michês e travestis, contudo, há também a presença da figura do agenciador(a), que age de forma a ser pouco notado. O mesmo só entra em cena caso haja alguma intercorrência referente à resolução do programa, que geralmente envolve a durabilidade e os valores, como também quando o profissional do sexo se encontra em algum tipo de situação de risco.

Outra localidade a ser analisada é a Rua Índios Cariris, pois sua dinâmica espacial não difere das demais aqui expostas. É uma área predominantemente comercial, ainda que com a presença de residências de forma esparsa. Devido a sua especificidade enquanto área comercial, o período de maior movimentação de pedestres e carros é durante o dia. Os comércios ali inseridos envolvem partes médico-hospitalares e automotivos, com funcionamento durante o horário comercial e os bares/pensões, com seu funcionamento diurno. (Figura 24)

Nesta rua localizam-se bares/pensões, os mesmos assemelham-se os situados na Rua Tavares Cavalcante no tocante à dinâmica espacial e condições de trabalho para os profissionais que possuem vínculo com os donos do local.

Portanto, neste subitem analisamos as diversas peculiaridades dos múltiplos territórios existentes no Centro da cidade de Campina Grande dando ênfase aos territórios de prostituição que se espraiam por esta área desde o século passado, resistindo sobremaneira às intervenções e demais problemáticas que cercam estes territórios considerados marginais.

Figura 24 – Rua Índios Cariris no turno diurno e noturno



Legenda

— Rua Índios Cariris

Fotos: BARBOSA, Diego Rodrigo Felix (2016)

Figura: SOUZA, Sonale (2010)

Adaptação: DINIZ, Ana Cláudia Araújo (2016)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano passou/passa por diversos processos de produção e reprodução, e a partir dos mesmos assume uma diversidade de formas, contudo estes processos acabam por refletir no social, positivamente para uma minoria e negativamente para a maioria da sociedade, a julgar pelo fato de que estes processos de (re)produção espacial são dicotômicos, ou seja, inclusivos e exclusivos. Pondera-se que mediante esta conjuntura, os indivíduos mais beneficiados são os que detêm o capital privado, considerando o fato de que o capital privado é fator que representa grande influência nesse processo de formação espacial.

A área central de Campina Grande – PB, por apresentar importantes funções em relação aos diferentes usos da mesma, possui uma diversidade de dimensões espaciais que se estabelecem concomitantemente, todavia analisou-se nesta pesquisa os territórios marginais da prostituição. A produção destes territórios é marcada pelas relações de poder estabelecidas entre os diferentes sujeitos que os compõem. Estes controlam, constroem e até mesmo destroem os territórios a partir de suas vivências que darão “legitimidade” ou não a estes territórios marginalizados.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta e ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o autor ‘territorializa’ o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143)

Nota-se que não existe um modelo fechado e único de território, assim também ocorre com os territórios da prostituição, pois cada um dos territórios apresentará suas peculiaridades de acordo com os espaços apropriados e os indivíduos neles inseridos, uma vez que os mesmos devem ser analisados mediante as experiências neles contidas.

Analisa-se portanto, que as transformações urbanas ocorridas no Brasil entre os séculos XIX e XX são um reflexo destes processos de (re)produção espacial, contudo são fenômenos mais abrangentes, ou seja, não foram um privilégio brasileiro, uma vez que a Europa já apresentava essas transformações a certo tempo. Logo, propagou-se o

discurso de modernidade de maneira tal todos almejam estar inseridos nos moldes europeus, visto que a Europa ditava o *frisson* que contagiava todo o mundo.

Por consequência, o centro da cidade possui inúmeras referências históricas, por ser a referência da ocupação inicial da cidade e, conforme verificado durante a pesquisa, esta área ainda possui fortes traços da paisagem, mesmo que alterada de alguma forma, referente ao seu aldeamento inicial denominado de Centro Primaz.

Devido ao *frisson* do dia a dia, muitas vezes não nos atentamos para a diversidade existente no Centro de Campina Grande. A partir da pesquisa aqui realizada tornou-se viável indicar quais espaços da malha urbana do Centro da cidade estão imbuídos no universo da prostituição convencional, universo este que se encontra ali presente desde a primeira metade do século XX. Alguns autores aqui estudados corroboraram para um aprofundamento acerca da questão histórica entre a prostituição a cidade de Campina Grande, a exemplo, pode-se citar Sousa (2001) e Queiroz (2008).

Apesar de alguns bairros, devido ao fato de serem mais distantes do Centro, possuírem alguns serviços semelhantes, senão idênticos aos oferecidos no bairro em questão, há outros que apenas o Centro da cidade possui. Pois conforme Souza (2000) especifica, apenas o *Central Business District* (CBD), consegue suprir a necessidade de alguns tipos de serviços.

A partir das peculiaridades espaciais destes territórios, em consonância com as observações *in loco* e as imagens, tentamos criar os mapas da prostituição do Centro de Campina Grande – PB enfatizando as localidades onde (r)existem estes profissionais, como também especificar os turnos de trabalho em cada localidade e o tipo de prostituição ali exercida.

Durante a pesquisa trilhamos caminhos que fazem parte do cotidiano de todo campinense, uma vez que o Centro da cidade é um local que inevitavelmente a maioria dos indivíduos em trânsito precisa percorrer, passando por sua principal artéria, que é a Avenida Marechal Floriano Peixoto. Esta corta a cidade de leste a oeste, considerando o fato de que a mesma é um ponto de divergência/ligação para as demais localidades da cidade.

Estes territórios se formam de maneira espontânea e informal, contudo alguns já se cristalizaram no tempo/espaço. Entretanto são áreas já estigmatizadas e

estereotipadas pelo fato de abrigarem espaços territorializados e marginalizados, como a prostituição, e que acabam sendo rotulados e mal vistos perante a sociedade. Sociedade esta criadora dos estereótipos, mas que se encontra imergida de diversas formas a problemática em questão.

Verifica-se, portanto, que a prostituição possui grande dinâmica no espaço urbano, como também imensa capacidade de acomodar-se, de resistir aos diversos tipos de intervenções e imensurável facilidade de acomodação, o que lhe garante a flexibilidade inerente a estes territórios, configurados como flutuantes e instáveis. Dito isso, analisa-se que o fenômeno da prostituição é algo que dificilmente se colocará um ponto final, isto é, nunca será extinta, no tocante ao Brasil, pois apesar de ainda estar inserido na informalidade, se encontra cristalizado no Tempo-Espaço, porém, de acordo com o ex-deputado federal Fernando Gabeira, que mostrou-se solícito à causa dos profissionais do sexo, ao colocar em dos seus projetos de lei acerca da prostituição:

Já houve reiteradas tentativas de tornar legalmente lícita a prostituição. Todas estas iniciativas parlamentares compartilham com a presente a mesma inconformidade com a inaceitável hipocrisia com que se considera a questão. Com efeito, a prostituição é uma atividade contemporânea à própria civilização. Embora tenha sido, e continue sendo, reprimida inclusive com violência e estigmatizada, o fato é que a atividade subsiste porque a própria sociedade que a condena a mantém. Não haveria prostituição se não houvesse quem pagasse por ela⁴⁶.

Contudo, o projeto desenvolvido pelo ex-deputado Gabeira não foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. A justificativa aplicada à negação deste projeto de lei seria a “provável disseminação da prostituição”, pelo fato do mesmo conter em uma de suas propostas a solicitação de exclusão dos artigos 228, 229 e 231 do Código Penal.

Mediante o exposto, além das questões que envolvem essa instabilidade territorial, percebe-se não ser essa a única problemática que envolve a prostituição diretamente, pois apesar de ser “aceita” socialmente, a mesma não possui o reconhecimento almejado por estes profissionais. Este fato contribui para que outras problemáticas associem-se, gerando complicações à vida dos mesmos, principalmente daqueles que trabalham de forma mais vulnerável, a exemplo pode-se citar os profissionais que trabalham nas ruas.

⁴⁶ Projeto de Lei nº 98/2003. Cf. <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/114091.pdf>

As problemáticas aqui expressas seriam as que envolvem a violência e exploração sexual, percebe-se ocorrer de forma corriqueira.

Acerca deste fato Roberts (1988) ratifica ao explicar que

[...] é a criminalidade do sexo em si que cria condições que são propensas à exploração – se o comércio do sexo não fosse ilegal ou quase ilegal em toda parte, as prostitutas poderiam se organizar contra a sua exploração, tanto pelos cafetões baratos quanto pelos grandes chefes. (p.350)

Deste modo, a legitimidade destes profissionais garantiria sobremaneira alguns direitos que lhes são negados, direitos estes colaborariam inimaginavelmente para que os grupos inseridos nestes territórios concebidos e administrados de forma informal e marginal fossem inseridos socialmente. Em contrapartida, pode-se colocar outra argumentação acerca da não legitimidade destes territórios, que envolvem a falta da real aplicabilidade das leis referentes ao lenocínio, contudo Maricato (2008, p.42) coloca-nos mediante a uma série de problemas associados à legislação ao enfatizar que “Entre a lei e a sua aplicação há um abismo que é mediado pelas relações de poder na sociedade”.

Para finalizar, se pensarmos que a problemática da prostituição envolve apenas alguns dos parâmetros aqui explicitados e analisados, não de forma incipiente, mas sim com uma perspectiva diferente das aplicadas em outras áreas também absorvidas nas questões sociais, tem-se em mente que nenhuma esfera do poder público tem se debruçado em (re)pensar projetos e/ou políticas públicas que trabalhem com a possibilidade de reconhecimento da prostituição enquanto profissão, possibilitando a garantia da dignidade de todo e qualquer indivíduo que tenha como livre arbítrio, contudo não última opção, a prostituição.

Necessita-se analisar esta categoria com um olhar prioritário, todavia sem colocá-los apenas como explorados, na figura de vítimas, mas sim promover ações que garantam mais segurança, justiça, saúde, educação e principalmente igualdade. Pois enquanto estivermos munidos de preconceito e discriminação, deixaremos inevitavelmente que a vulnerabilidade desses profissionais possua uma expansão infindável.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Jean Moreira. **Territórios invisíveis: territorialidades dos garotos de programa na área central de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009.

ALEXANDRE, Marcelo Bezerra do Nascimento. **Embuá de Ferro: sociabilidade na estação ferroviária de Ingá (1936-1985)**. Monografia (Graduação em História), Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

ALMEIDA, Maria do Socorro Niccolly Ribeiro de. **Relações Socioespaciais no contexto das indústrias de calçados informais de Campina Grande – PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. In: **Cadernos MetrÓpole**. nº11. p.137-157.1ºsem, 2004.

ARENDDT, Hanna. **Da violência**. Brasília: UNB, 1985.

Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. **Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil: levantamento nacional e contexto internacional**. Rio de Janeiro: ABIA; 2013.

BASSANEZI, Maria Sílvia. Migrações Internacionais: mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. (p.167-193)

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. AGUIAR, Eliana (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BERMAN, Marschal. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

BORTOLUZZI, E.; BARBOSA, F. S. Mapa da violência em Campina Grande no ano de 2014. In: **Simpósio de Instituições e Gestão Pública da UFCG**, 2015. Campina Grande. Anais... Campina Grande: EDUFCG, 2015. (16 p.)

BÉZE, Patricia Mothé; CÂMARA, Jorge Luís. Uma visão constitucional da casa de prostituição. In: Revista Eletrônica de Direito Penal AIDP-GB. Ano 2. Vol.2, nº2. Dez, 2014. p.165-176

CABRAL, Vinicius; ORNAT, Marcio Jose; SILVA, Joseli Maria. Espaços de Morte e Representações Sociais de Travestis na Cidade de Ponta Grossa – Paraná. In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 139-161, jan. / jul. 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. João Pessoa: Departamento de publicidade, 1947. Reimpressão de 1998 pela Editora Caravela.

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. **Discursos e imagens da cidade: o processo de requalificação urbana de Campina Grande-PB (1970-2000)**. Tese (Doutorado em Sociologia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. Campina Grande De(fl)vorada por Forasteiros: passagem de Campina Grande patriarcal a Campina burguesa. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: PMCG, 2000.

COSTA, Antônio Albuquerque da. Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Dissertação (Mestrado em Geografia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

COSTA, Antônio Albuquerque da; SÁ, Alcindo José de. Metamorfoses dos espaços públicos: o medo que transforma as paraças em percursos tangenciáveis. In: SÁ, Alcindo José de. (orgs.). **Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados**. Recife: Fotolaser Reproduções Gráficas, 2007. p.112-123

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CRUZ, Luciana Maria da. **Morfologias urbanas do medo: a materialização da (in)segurança em bairros nobres do Recife**. (Dissertação de Mestrado) Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

CUNHA, Patrícia. Telejornalismo, medo e coesão social: um estudo sobre representações da violência na mídia. In: SÁ, Alcindo José de. (orgs.). **Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados**. Recife: Fotolaser Reproduções Gráficas, 2007. p.276-287

DIAS, Patrícia dos santos. **“Passos Perdidos”**: um estudo sobre a prostituição na cidade de Planaltina-DF. Dissertação de Mestrado em Geografia (Departamento de Geografia), Distrito Federal: Universidade de Brasília, 2002.

DINIZ, Ana Cláudia Araújo. **Prostituição no centro de Campina Grande – PB: cartografias de uma territorialidade marginal**. Monografia (Graduação em Geografia). Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FIGUEIREDO, Maria Aparecida Barbosa de. **Cotidiano e vida privada em imagens:** Campina Grande/PB (1950-1970). Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

FONSECA, Guido. **História da prostituição em São Paulo.** São Paulo: Resenha Universitária, 1982.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **Da academia ao bar:** círculos intelectuais, cultura impressa e repercussões do modernismo em Campina Grande-PB (1913-1953). Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HABNER, June E. Mulheres da elite: honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs). **Nova História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013. (p.43-64)

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de. (orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

IDALINO, Rosa Emília Araújo; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. A condição social dos “flanelinhas” em Campina Grande. In: JUNIOR, Antônio Guedes Rangel; SOUSA, Cidoval Morais de.(orgs.) **Campina Grande hoje e amanhã.** Campina Grande: EDUEPB, 2013. p.73-80

JAYME, Juliana Gonzaga; CHACHAM, Alessandra Sampaio; MORAIS, Mariana Ramos de. Mulheres da “Zona Grande”: Negociando identidade, trabalho e território. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana.** n.14 - ago. 2013. p.138-163

Legislação Informatizada. Disponível em: < www2.camara.leg.br >. Acesso em: 10/06/2015.

LENCIONE, Sandra. Algumas observações sobre a construção de conceito e os conceitos de cidade e urbano. In: SAQUET, M.A; SUZUKI, J. C; MARAFON, G. J. (orgs.). **Territorialidades e diversidades no campos e nas cidades latino-americanas e francesas.** São Paulo: Outras Expressões, 2011.

LIMA, Ricardo Moisés Beserra da; COSTA, Antônio Albuquerque da; ARRUDA, Maria do Socorro de Araújo. A criminalidade na cidade de CAMPINA GRANDE-PB: um estudo do período de 2006 a 2011. In: **Revista Scire.** Vol 01 – Num 02 – Julho 2013. 1-14p.

MAIA, Doralice Sátyro. De cidades tradicionais a centros históricos: o núcleo original e o centro histórico das cidades médias brasileiras. In: SANFELIU, Carmem Bellet; SPOSITO, Maria da Encarnação (orgs.). **Las ciudades medias o intermedias em um mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 3 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2008.

MARQUES, Monique Alves. **Prostituição vs. exploração sexual: uma análise crítica sobre o consentimento da vítima no crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**. Monografia (Graduação). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.

MATOS, Rogério Botelho; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. In: **Boletim Goiano de Geografia**. 15(1): 57-79, jan. dez. 1995.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. In: **Coletâneas do Nosso Tempo**. Ano VII-v.8. nº8, 2008. P.129-153

PARENTE, Luciana Rachel Coutinho. As relações do turismo com a prostituição feminina de rua em Recife, Pernambuco – Brasil: permanências e transformações na dinâmica socioespacial. In: **XIII Coloquio Internacional de Geocrítica: El control del espacio y los espacios de control**. Barcelona, 2014.

PASINE, Eliane. **Corpos em evidência, pontos em ruas, mundos em pontos: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

PEREIRA, Armando. **Sexo e prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1967.

PERLONGHER, Nestor Osvaldo. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo**. Dissertação (Mestrado de Antropologia Social). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estado de Campinas. 1986. 315 p.

PINHEIRO, Vera Lúcia. **Socialização, Violência e Prostituição**. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

PIMENTEL, Ivan Ignácio; BARBOSA, Ana Carolina Santos. A prostituição de travestis e a formação de territórios marginais: o caso da Avenida Augusto Severo – RJ. In: **II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Belo Horizonte, 2013.

PORTO, Francisco Evangelista. **O mapa da cidade: o papel das políticas públicas e suas relações com o crescimento urbano da cidade de Campina Grande – PB**. (Dissertação de Mestrado). Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2007.

Projeto de Lei nº98/2003. Disponível em: <
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/114091.pdf>>. Acesso em: 10/06/2015.

QUEIROZ, Ivan da Silva. Territórios de pouca fé: uma análise dos testemunhos de insegurança e medo na cidade contemporânea a partir de Juazeiro do Norte/CE. In: SÁ, Alcindo José de. (orgs.). **Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados**. Recife: Fotolaser Reproduções Gráficas, 2007. p.124-138

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: EESC/USP, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margaret. Imagens da Prostituição na Belle Epoque paulistana. In: **Cadernos Pagu**. De trajetórias e sentimentos. Campinas, Unicamp, n 1, p. 31 – 44, 1993.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos: Histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução: Myrna T. Rego. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no Sul do Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUSA, Adriano Amaro de. (orgs.). **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. (p.109-124)

SILVA, Jan Carlos da. O conceito de território na geografia e na territorialidade da prostituição. In: ANGELO, Miguel. **Território e prostituição na metrópole carioca**. São João de Meriti, Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu Fluminense, 2002. (p.16-56)

SILVA, Tony Carlos de Araújo. **Análise descritiva aplicada aos principais crimes ocorridos no município de Campina Grande-PB em 2012 e 2013**. Monografia (Graduação em Estatística). Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande 1920-1945**. Tese (Doutorado em História Social). Campinas: UNICAMP, 2001.

SOUSA, Adriano Amaro de. A dimensão Geo-Histórica do Industrial Nipo-Brasileiro no contexto do oeste paulista. In: SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUSA, Adriano Amaro de. (orgs.). **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. (p.177-199)

SOUSA JUNIOR, José Dantas de. O perfil das pessoas vítimas de crime na cidade de Campina Grande e no interior do estado da Paraíba a partir de um estudo sobre o CEAV de 2007 a 2012. In: **Revista MovimentAção** v.02, n.01, pp. 62-76, 2015.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Tese de Doutorado em História, UFPE, Recife, 2002.

SOUZA, Fabiano Badú de. **Modernidade à conta gotas: por uma história do abastecimento de água em Campina Grande – PB (1950-1958)**. Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L. C. **Geografia: conceitos e temas**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Sonale Vasconcelos. **Relação cidade-campo: permanência e recriação dos subespaços rurais na cidade de Campina Grande – PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFPB: João Pessoa, 2013.

TOBIAS, Silvia Carolina de Mattos; SILVA, Luiz Henrique B. de Azevedo. Lenocínio e a satisfação da lascívia. In: **Revista Faculdade Montes Belos**. v.5, n°2. Abr. 2012. 11p.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.